



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 73 SÁBADO, 28 DE MAIO DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - VAGO

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rocha

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 – 81ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE MAIO DE 2016 | |
| 1.1 – ATA | 6 |
| 1.1.1 – ABERTURA | 6 |
| 1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE | |
| 1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2) | 6 |
| 1.1.2.2 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados | |
| Projeto de Lei de Conversão nº 10/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 708/2015), que <i>estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002</i> | 6 |
| 1.1.2.3 – Inclusão em Ordem do Dia | |
| Inclusão do Projeto de Lei de Conversão nº 10/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 708/2015) na Ordem do Dia da próxima terça-feira dia 31 do corrente..... | 6 |
| 1.1.2.4 – Oradores | |
| SENADORA GLEISI HOFFMANN - Preocupação com os efeitos das medidas econômicas que estão sendo adotadas pelo governo do Presidente da República interino, Michel Temer; e outros assuntos. | 8 |
| SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Insatisfação com o discurso continuado do PT de que o processo de impeachment trata-se de um golpe; e outros assuntos..... | 14 |
| 1.1.3 – ENCERRAMENTO | 32 |
| 1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS | |
| 1.2.1 – EXPEDIENTE | |
| 1.2.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União | |
| Nº 26/2016 (nº 419/2016, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.071/2016 (TC 011.846/2015-1) | 33 |
| 1.2.1.2 – Comunicações | |
| Do Senador Jorge Viana, que justifica a não participação de S. Exª em missão realizada no período de 24 a 26 do corrente (Ofício nº 31/2016) | 71 |
| Do Senador Romero Jucá, de reassunção do mandato de Senador da República, e retomada do efetivo exercício em 24 do corrente (Memorando s/nº/2016) | 72 |
| Do Senador Romero Jucá, de recondução ao cargo de 2º Vice-Presidente (Memorando s/nº/2016) | 73 |
| Do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exª em missão em 18 a 21 de abril último..... | 74 |
| Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 23 a 27 de abril último (Memorando nº 108/2016)..... | 74 |
| Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 28/2016) | 75 |
| Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática (Ofício nº 29/2016) | 76 |
| Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 27/2016) | 77 |
| Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Ofício nº 28/2016)..... | 78 |
| Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 29/2016) | 79 |
| Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Sociais (Ofício nº 30/2016)..... | 80 |
| Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 32/2016)..... | 81 |

| | |
|---|-----|
| Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Ofício nº 35/2016)..... | 82 |
| Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 94/2015, destinada a investigar irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça, que encaminha o Relatório Final nº 8/2016 . (Vide item 3.1)..... | 83 |
| 1.2.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados | |
| Projeto de Lei de Conversão nº 10/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 708/2015), que <i>estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002</i> (Ofício nº 788/2016)..... | 84 |
| 1.2.1.4 – Requerimentos | |
| Nº 368/2016, do Senador Hélio José, de autorização para desempenho de missão no período de 1º a 4 de junho próximo. Deferido | 120 |
| Nº 369/2016, do Senador Lindbergh Farias, de autorização para desempenho de missão no período de 1º a 4 de junho próximo. Deferido | 122 |
| Nº 370/2016, do Senador Cidinho Santos, de autorização para desempenho de missão no período de 30 do corrente a 4 de junho próximo. Deferido | 124 |
| 1.2.1.5 – Vacância de Cargo na Mesa Diretora | |
| Tendo em vista a vacância de cargo de Suplente de Secretário, da Mesa do Senado Federal, a Presidência procederá, oportunamente, à eleição para preenchimento da referida vaga..... | 126 |
| 1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL | |
| 1.2.2.1 – Adoção de medida provisória | |
| Adoção da Medida Provisória nº 728/2016, que <i>revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> . Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Memorando nº 14/2016-Bloco Democracia Progressiva/SF e Ofícios nºs 100/2016-PSB/CD e 189/2016-Bloco PP/PTB/PSC/CD)..... | 126 |
| 1.2.2.2 – Comunicações | |
| Da Liderança do Bloco PP/ PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 179/2016) | 131 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 719/2016 (Ofício nº 229/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 132 |
| Da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 719/2016 (Ofício nº 49/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i> | 133 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 720/2016 (Ofício nº 230/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 134 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 723/2016 (Ofício nº 231/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 135 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 724/2016 (Ofício nº 232/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 136 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 725/2016 (Ofício nº 239/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 137 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 726/2016 (Ofício nº 240/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 138 |
| Da Liderança do Bloco Solialismo e Democracia no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 726/2016 (Ofício nº 35/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 139 |
| Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 727/2016 (Ofício nº 162/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i> | 140 |
| Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de indicação de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 727/2016 (Ofício nº 164/2016). | 141 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 727/2016 (Ofício nº 241/2016). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> | 142 |

1.2.2.3 – Relatórios

| | |
|---|-----|
| Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, da Justiça Federal da 22ª Região (Ofício nº 2.124/2016, na origem)..... | 143 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, do Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região (Ofício nº 466/2016, na origem)..... | 143 |
|--|-----|

2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA**3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO****3.1 – RELATÓRIO FINAL**

Relatório Final nº 8/2016, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 94/2015, destinada a investigar irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

SENADO FEDERAL

| | |
|-----------------------------|-----|
| 4 – COMPOSIÇÃO | 144 |
|-----------------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| 5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA | 147 |
|--|-----|

| | |
|-----------------------------|-----|
| 6 – LIDERANÇAS | 148 |
|-----------------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS | 151 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO | 172 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| 9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES | 182 |
|--|-----|

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 234 |
|--------------------------------------|-----|

CONGRESSO NACIONAL

| | |
|------------------------------------|-----|
| 11 – COMISSÕES MISTAS | 258 |
|------------------------------------|-----|

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 272 |
|--------------------------------------|-----|

81ª Sessão, Não Deliberativa, em 27 de Maio de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Srª Gleisi Hoffmann e do Sr. José Medeiros.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 37 minutos e encerra-se às 11 horas e 15 minutos.)

ATA

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(vide item 1.2 do Sumário)**

MATÉRIA RECEBIDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2016, que *estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais, transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, proveniente da Medida Provisória nº 708, de 2015.* **(vide item 1.2.1.3 do Sumário)**

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para a apreciação da Medida Provisória esgotou-se em 1º de abril de 2016 e o de sua vigência esgotar-se-á em 31 de maio do corrente.

A matéria será incluída na pauta da Ordem do Dia de terça-feira, dia 31 de maio.

Estou inscrita para fazer o uso da palavra, mas, antes de passar a Presidência ao Senador José Medeiros, eu queria tratar de outro assunto que não é objeto da minha inscrição para a fala de hoje. Trata-se de uma situação muito triste que ficamos sabendo agora, durante o feriado de ontem, de uma garota de 16 anos, no Rio de Janeiro, que foi estuprada por 30 homens. Nessa mesma noite em que ela foi estuprada, dia 20, na última sexta-feira, também uma jovem era estuprada em Bom Jesus, Piauí, por 17 homens. Nunca é demais lembrar que, há exatamente um ano, hoje, dia 27 de maio de 2015, quatro meninas foram vítimas de estupro coletivo em Castelo do Piauí e atiradas de um penhasco de mais de dez metros. Uma delas morreu logo depois.

Estamos com uma intensa movimentação nas redes sociais de denúncia dessa barbaridade. Aliás, o caso do Rio de Janeiro, Senador Medeiros, só ficamos sabendo, porque uma das bestas que participou do crime postou, na rede social, fotos, vídeos da menina sendo estuprada, e isso veio a público nesta semana.

Realmente é uma situação de comoção. É grande a dor da família da menina e de todos que acompanharam essa situação. Então, o nosso mais veemente repúdio a isso que aconteceu.

E com certeza nós temos que tomar medidas muito firmes para que essa cultura do estupro não se torne algo corriqueiro, para que essa cultura do estupro coletivo não se torne algo corriqueiro, inclusive incentivada pelas redes sociais.

Quero informar à Casa que conversei com a Senadora Simone Tebet, que é Presidente da Comissão de Combate à Violência contra Mulher, e também com a Senadora Vanessa Grazziotin, que é da Procuradoria da Mulher, aqui no Senado da República, a respeito. Nós estamos preparando uma nota de repúdio em conjunto com a Câmara dos Deputados, com a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados. Na terça-feira, nós vamos fazer a leitura dessa nota aqui no plenário do Senado e no plenário da Câmara e também teremos o acompanhamento de um grupo de Parlamentares que irá, primeiro, fazer uma visita às vítimas, uma visita às famílias das vítimas e também pedir a adoção de medidas, principalmente à área de segurança pública, para que esses crimes sejam investigados.

Não é possível que a gente conviva com essas situações de barbáries. Essas meninas não foram estupradas, porque estavam bêbadas; não foram estupradas, porque estavam com roupa curta; não foram estupradas, porque estavam se oferecendo. Foram estupradas, porque são mulheres, aliás, o que nós vemos, hoje, na so-

cidade, quando se tenta justificar uma situação de estupro, que estava nos *posts* da rede, é que, muitas vezes, as mulheres se expõem, seduzem, e, por isso, merecem ser estupradas.

Houve uma pesquisa, se não me engano do Ipea, em 2014, em que 26% dos entrevistados consideravam que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas, o que é uma barbaridade. Na verdade, são atacadas pelo fato de serem mulheres. E eu fico me perguntando: as mulheres não atacam os homens que andam sem camisa, que andam de *short*, que andam de calção pelas ruas. Muitos deles andam normalmente assim.

Então, nós temos que mudar essa cultura, nós temos que protestar contra isso e tomar medidas muito duras a respeito. Nós já avançamos muito na nossa legislação. Nós temos hoje leis muito mais avançadas e conseguimos também retirar do nosso ordenamento jurídico legislações que subjugavam as mulheres. Mas, infelizmente, a cultura da violência, a cultura machista, essa cultura do estupro ainda permeia as relações da sociedade. E nós vamos ter que enfrentar isso com uma discussão aprofundada.

Isso tem muito a ver, Senador Medeiros, com a visão que a sociedade tem da mulher como extensão da propriedade privada do marido, como extensão da propriedade privada do homem. Nós não conseguiremos, só pela mudança no ordenamento legal, fazer a alteração da cultura. Então, nós vamos precisar do auxílio e, principalmente, do posicionamento dos homens para conseguir combater situações como essa.

Eu queria aqui reafirmar não só em meu nome, mas também das Senadoras com quem eu conversei, a nossa solidariedade às vítimas, às famílias, e dizer que vamos estar atentas aqui no Parlamento, nós, mulheres, nós, Senadoras, Deputadas, para fazer esse enfrentamento e não deixar que essa barbárie continue acontecendo.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Sem revisão do orador.) – Senadora Gleisi, é um importante assunto que V. Exª traz na manhã desta sexta-feira. Eu só queria fazer uma ressalva aqui: é que o Ipea divulgou esses números naquela época, e isso foi até motivo de pedido de demissão do diretor, porque ele acabou dizendo que 65% dos brasileiros concordavam com que uma mulher que andasse com trajes mínimos estava incentivando o próprio estupro. E depois o Ipea reconheceu o erro.

Na verdade, era um número menor, mas concordo com V. Exª, porque ainda era um número grande: 26%. Não eram 65%, mas eram 26%. E é um absurdo, na época em que nós estamos, segundo dizem, no ápice da evolução humana, acontecer esse tipo de coisa, e ainda mais, sob a justificativa de que: “Olhe, se a mulher andou assim ou assado, ela deve ser responsável pelo próprio estupro!” Recentemente, em um país vizinho, também aconteceu isso, e, no próprio tribunal, a corte começou a insinuar que ela era culpada pelo próprio estupro.

Então, a gente tem que, realmente, condenar isso da forma mais veemente possível. Eu não tenho dúvida de que a Procuradoria da Mulher deve se pronunciar, porque, se o sujeito fez esse tipo de coisa e ainda foi ostentar, fazer a modalidade do estupro ostentação – porque é a nova modalidade agora, estupro ostentação: ele faz, filma, para postar no Facebook –, isso é o cúmulo da falência do entendimento da convivência social.

Mas dizem que o indivíduo é produto do meio. E, quando há condenação total do grupo, da sociedade, para uma ação dessas, com certeza esse tipo de coisa vai ser desestimulada. É importante que toda a imprensa, as igrejas, todos os movimentos sociais, enfim, todos os grupos, e até os “manos”, como dizem no linguajar, possam condenar esse tipo de coisa, porque isso não é coisa de gente; isso é coisa de bicho, e de bicho da pior espécie.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Medeiros.

Vamos precisar da solidariedade e do apoio de todos os homens daqui do Senado da República, da Câmara, para que a gente possa, realmente, fazer esse enfrentamento. A vida da mulher não tem sido fácil na sociedade patriarcal. V. Exª falava sobre a pesquisa do Ipea, e, de fato eles fizeram uma correção, mostrando que 26% dos entrevistados, e não 60%, como tinham dito anteriormente, é que consideram que as mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Mas é um percentual muito alto: 26% terem essa visão de que a vítima é a culpada.

Aliás, nós estamos com uma campanha nas redes de que vítima não tem culpa, de que vítima nunca tem culpa. E a gente quer que se denunciem todos os tipos de violência: violência interna, violência familiar, estupro, enfim. E eu estava dizendo que não tem sido fácil a vida da mulher no patriarcado, porque é muito recente a conquista que nós tivemos, por exemplo, de tirar da legislação, ou mesmo da doutrina penal, a defesa da honra como uma justificativa para a morte de mulheres. Tivemos essa justificativa muito presente em nossos tribunais.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Até bem pouco tempo, tínhamos o termo “mulher honesta” no Código Civil.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente. Conseguimos mudar isso muito recentemente. E a mulher vem sofrendo violências, vem sofrendo ataques sistemáticos em razão de ser mulher.

Quando nós aprovamos aqui a Lei do Feminicídio, tivemos críticas de muitos setores da sociedade, principalmente de muitos homens, de que não devíamos ter um tipo penal próprio para o homicídio contra as mulheres, porque, afinal, o homicídio já estava tipificado no Código Penal e não precisava.

Mas precisa, sim, porque, infelizmente, nós temos violência praticada contra as mulheres pelo simples fato de ser mulher. O estupro é um crime pelo fato de ser mulher. Então, nós não podemos deixar que isso permeie as relações na sociedade. Nós temos realmente de enfrentar isso com muita determinação para que não tenhamos um retrocesso. Quando nós achamos que estamos avançando, nós vemos situações como essas que envergonham a humanidade, não a sociedade, mas a condição humana. Muitas vezes, achamos que isso é coisa que se dá longe de nós, quando nós temos notícia sobre estupro coletivo na Índia ou em outros países. Mas isso está se dando aqui, muito perto, muito próximo. E se nós não tivermos uma reação firme, isso vai continuar acontecendo inclusive com divulgação; vai continuar acontecendo inclusive com estímulo, o que é muito grave.

Então, eu queria agradecer a V. Ex^a, que se manifestou solidário, e também reafirmar aqui de novo a disposição das Senadoras Simone Tebet, que é a nossa Presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, e Vanessa Grazziotin, que é a nossa Presidente da Procuradoria da Mulher, com quem eu falei. Vamos fazer uma nota, montar um grupo de Senadoras e de Deputadas para fazer essas visitas nos locais, pedir que a apuração desses crimes seja feita o mais rapidamente possível, que a punição seja muito forte, muito firme, e que não tenhamos demora para fazer o julgamento desses criminosos.

Eu queria convidar, então, o Senador José Medeiros para assumir a Presidência da Casa, para que eu possa usar a palavra da tribuna.

(A Sr^a Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra a Senadora Vanessa... Estou tão acostumado com a Senadora Vanessa Grazziotin chegar cedo aqui...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A sua companheira de plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... que estou confundindo a Senadora Gleisi com a Senadora Vanessa.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Hoje ela não está.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado.

Eu não poderia deixar de estar hoje aqui nesta tribuna, no Senado da República, para falar sobre esse assunto que comuniquei da Mesa – fiz questão que fosse comunicado pela Mesa –, esse grave caso de estupro coletivo, de violência contra uma jovem de 16 anos, no Rio de Janeiro, e também contra uma jovem no Piauí, que foi estuprada por cinco homens. Hoje faz exatamente um ano que houve também um estupro coletivo no Piauí em que uma das jovens veio a falecer. Então, isso é muito grave. Não dá para o Senado da República e para as nossas instituições fecharem os olhos ou ficarem passivos diante disso.

Por isso, fiz questão de estar aqui e de registrar da Mesa o posicionamento da Senadora Vanessa Grazziotin e também da Senadora Simone Tebet, que respondem, nesta Casa, pela Procuradoria da Mulher e pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Nós vamos, sim, além de fazer uma manifestação formal através de uma nota, formar um grupo de mulheres para acompanhar esses casos e cobrar das autoridades que a apuração seja feita o mais rápido possível e também que a punição se dê de forma exemplar, para que nós não tenhamos a repetição desses casos.

Mas eu queria também, Sr. Presidente, falar hoje de um tema que acho muito importante, que é consequência das discussões que nós tivemos na semana passada, com a alteração da nossa meta fiscal, aumentando o déficit fiscal, e também das discussões que tivemos sobre as medidas econômicas, financeiras e fiscais que vão ser tomadas pelo Presidente interino, Michel Temer.

Preocupa-me muito, Sr. Presidente, a situação que estamos vivendo no Brasil. Já se passaram 12, 13 dias deste novo Governo que já abalaram as nossas estruturas, por contradição, por situações que não esperávamos ver e que vão comprometer não só a economia brasileira, mas, sobretudo, o direito dos trabalhadores, o direito das pessoas, as conquistas recentes e poucas que a população brasileira teve no campo da proteção social. Eu me refiro aqui aos anúncios que foram feitos pelo Presidente provisório do País, depois de um golpe cometido contra a Presidenta Dilma, que foi afastada por um *impeachment* que não tinha razão de ser, porque não encontrava respaldo na Constituição e na legislação brasileira. Então, hoje nós temos um Governo provisório sem legitimidade, que está fazendo tudo ao contrário do que disse que ia fazer.

Bom, nós aprovamos... Nós, não, porque nosso voto foi contrário. O Congresso Nacional aprovou, na quarta-feira, a proposta de alteração da meta fiscal, proporcionando um déficit de R\$170 bilhões no Orçamento Público da União – R\$170 bilhões. Tentou-se, na discussão da aprovação desse déficit, dizer que a responsabilidade era da Presidenta Dilma, que entregou o País quebrado e acabou com as finanças públicas brasileiras. Disseram que era necessário esse déficit vir a público e ser aprovado pelo Congresso Nacional, porque era uma forma realista de ver as contas públicas, e que a Presidenta Dilma, até então, não havia deixado isso acontecer por uma série de subterfúgios, inclusive as ditas pedaladas, um dos motivos pelos quais ela foi afastada nesse processo fajuto de *impeachment*. Pois bem, isso não é verdade, porque, no ano passado, quando a Presidenta Dilma encaminhou ao Congresso Nacional, em outubro de 2015, o projeto de lei orçamentária para 2016, Sr. Presidente, ela encaminhou esse projeto de lei com um déficit – com um déficit. Ela disse: “As receitas estão menores que as despesas. Nós não vamos ter condições de fazer economia para pagar o serviço da dívida.” Não era nem que as receitas estavam menores. As receitas estavam diminuindo, e não haveria condições de fazer economia para pagar os serviços da dívida. Por isso, ela apresentou ao Congresso Nacional um Orçamento com déficit, dizendo: “Nós vamos ter um déficit. Portanto, o Brasil tem que saber, o Congresso Nacional tem que saber, e nós vamos administrar.”

O que fez este Congresso Nacional? Devolveu o projeto de lei orçamentária à Presidenta e disse que não aceitaria que viesse para cá um Orçamento com déficit. Então, a tentativa da Presidenta Dilma de fazer com que as coisas viessem para cá de forma clara, de fazer com que as coisas viessem para este Congresso de maneira realista, mostrando os problemas que tínhamos e pedindo ao Congresso Nacional um auxílio para resolver a situação, não logrou êxito.

Pois bem. A Presidenta refez o Orçamento, refez a avaliação das receitas e enviou, então, o Orçamento com superávit. Não um superávit grande; um pequeno superávit para pagar parte dos serviços da dívida.

Ocorre que, já logo no início de 2016, a avaliação do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento foi de que as receitas teriam frustração, ou seja, nós não teríamos aquela receita prevista e enviada ao Congresso Nacional – até por determinação deste Congresso, que não quis aceitar o Orçamento com déficit. Aquelas receitas não se realizariam e, portanto, nós não teríamos um resultado primário superavitário; nós teríamos um resultado deficitário.

O que fez, então, a Presidenta? Mandou um projeto de lei, no início de março deste ano de 2016, ao Congresso Nacional, pedindo autorização para que aquele superávit das contas do Orçamento que foi enviado pudesse se transformar em um déficit. E, na época, o cálculo enviado ao Congresso Nacional foi de um déficit de 96,7 bilhões. A Presidenta justificava isso com a frustração de receita – ou seja, como a economia estava em uma situação difícil, a receita prevista não ia se realizar – e também com o crescimento de despesas que não temos condições de cortar, porque são despesas legalmente instituídas: despesas de educação, de saúde e de previdência, que tem vinculação ao salário-mínimo. Então, ela dizia: nós não podemos cortar essas despesas, temos que pagar. E dizia mais: como a economia está em uma situação difícil, nós avaliamos que o Estado brasileiro não pode deixar de fazer investimentos e também não pode deixar de aportar recursos em programas sociais para proteger a sua população, já que estamos com um índice de desemprego maior do que tivemos em anos anteriores. Então, ela propôs, além das despesas fixas que aumentaram e da frustração de receita, um conjunto de outras despesas que avaliou serem importantes para ajudar o País a retomar o seu desenvolvimento econômico. Estava lá o Minha Casa, Minha Vida, obras do PAC e aumento de recursos no SUS (Sistema Único de Saúde). Pois bem, fez isso de maneira detalhada, mostrando cada situação e onde esse dinheiro do déficit seria utilizado, e mandou no início de março.

Esse projeto da Presidenta está desde o início de março parado – estava parado na Comissão até quarta-feira desta semana – na Comissão Mista de Orçamento. O Congresso Nacional sequer nomeou os membros da Comissão Mista de Orçamento para que pudessem avaliar o projeto enviado pela Presidenta Dilma e pudessem, assim, além de avaliar, votar e ajudar a termos uma solução para a nossa economia e uma solução para as contas públicas, já que nós precisávamos aprovar esse projeto para pagar fornecedores, para colocar recursos em programas sociais, para garantir que projetos do Governo andassem.

Mas isso não aconteceu. E por que não aconteceu? Porque estávamos com um processo de *impeachment* iniciado no Congresso, na Câmara dos Deputados, que depois veio para o Senado da República, e se queria que esse processo de *impeachment* tivesse um resultado positivo no sentido de afastar a Presidenta Dilma.

Por isso nada foi feito, nem por parte da Câmara nem por parte do Senado, nada foi feito para discutir e votar aquele projeto. E o governo teve que ficar, sim, com as suas contas travadas, sem pagar fornecedor, com problemas inclusive para funcionamento de seus programas. Por quê? Porque a visão maior do Congresso Nacional era afastar a Presidenta através de um processo de *impeachment* fajuto, volto a dizer, fajuto, golpista, que não tinha base constitucional.

Pois bem, conseguiu-se afastar a Presidenta Dilma. Qual foi a primeira ação do Governo interino, golpista, para se viabilizar? Enviar um projeto de lei de novo para o Congresso Nacional fazendo um adendo àquele projeto de lei enviado em março pela Presidenta, aumentando o déficit de R\$96,7 bilhões para R\$170 bilhões, quase o dobro, de R\$96,7 bilhões para R\$170 bilhões – quase o dobro do déficit previsto em março de 2016.

É muito interessante porque quem enviou esse projeto do Governo interino, golpista, do Vice-Presidente Michel Temer foi exatamente quem criticava a Presidenta Dilma pelas pedaladas fiscais, quem criticava a Presidenta Dilma por não cumprir meta de resultado primário e superavitário, quem dizia que a Presidenta Dilma tinha descontrolado nas contas públicas. Pois bem, foi exatamente esse grupo, dirigido pelo Vice-Presidente Michel Temer, Presidente interino, que enviou esse projeto. E quem o defendeu na Casa na terça-feira, quem o defendeu na quarta-feira foi exatamente a Base aliada agora, que era oposição ao governo da Presidenta Dilma: o PSDB, o PMDB, os partidos que sempre falaram em responsabilidade fiscal. E sabe qual foi o principal argumento para fazer essa defesa? Que isso era realista do ponto de vista fiscal, que era responsável porque mostrava à população brasileira que realmente havia um déficit ou que havia uma herança maldita deixada pela Presidenta Dilma. É de um oportunismo político imenso isso que fizeram, porque a Presidenta já tinha falado lá atrás, em outubro de 2015, que nós teríamos déficit no Orçamento. E este Congresso não aceitou, não quis receber o Orçamento e devolveu para a Presidenta fazer a correção.

E aí, nesta semana, na quarta-feira, aprova-se um aumento maior no déficit sob o argumento de que é responsável fiscalmente, porque está trabalhando com transparência fiscal. Ora, façam o favor, é muita hipocrisia fazer uma coisa dessas! É muito hipocrisia usar um argumento desses! Sabem por que aumentaram esse déficit? Porque não quiseram fazer nenhum ajuste nas contas orçamentárias de curto prazo. Não quiseram enfrentar no Congresso Nacional a discussão do aumento de receita, aumento de imposto, porque isso vai precisar ser feito.

Também não quiseram aqui discutir onde teriam que se cortar despesas que não aquelas que, agora, estão se pretendendo cortar da área social. Não quiseram ter nenhum esforço, mas, mais do que isso, fizeram esse ajuste para um déficit maior porque tinham uma conta para pagar: a conta do *impeachment*. Ou os senhores acham que esse *impeachment* foi aprovado de forma fácil? Que não houve negociação? Que não houve nenhuma troca? Não é verdade! Foi muita negociação feita para convencer Deputados e Senadores a aprovar o afastamento da Presidenta Dilma. E, obviamente, isso levou em consideração negociações em relação a verbas públicas, ao orçamento, à liberação de recursos, a pagamento de emendas. Foi isso que aconteceu. Então, o Governo interino, golpista, do Vice-Presidente Michel Temer resolveu aumentar o déficit de R\$96,7 bilhões para R\$170 bilhões. Logo ele, logo o grupo dele, que sempre questionou a Presidenta Dilma em termos de responsabilidade com o orçamento público.

Bom, depois disso feito, o que fez o Governo interino e golpista do Vice-Presidente Michel Temer? Reuniu seus Ministros da área econômica e disse: “agora, vamos apresentar aqui as medidas para uma reforma fiscal estrutural. Nós não queremos cortar despesas de curto prazo; nós queremos mexer na estrutura do orçamento, para viabilizar as finanças públicas.” E viabilizar as finanças públicas para quê? Para pagar os serviços da dívida, para pagar os juros da dívida, para que tenhamos uma dívida bem pequenininha em relação ao nosso produto interno bruto e para que isso dê credibilidade ao País no exterior, para que os fundos externos que trabalham no mercado financeiro venham aqui fazer seus investimentos e tenham uma remuneração bem gordinha com os juros atuais que temos da taxa Selic, que é a referência de remuneração do nosso mercado. É isso que está acontecendo.

E, aí, quais são as medidas feitas e divulgadas pelo Governo provisório? São medidas que mexem diretamente nos direitos dos trabalhadores. Vamos começar pela reforma previdenciária. A reforma previdenciária – aliás, quando a própria Presidenta Dilma falou que seria necessário fazê-la, nós já tínhamos críticas – vem em uma versão piorada. A questão da idade mínima, que, *a priori*, pode parecer correta e justa, afinal, ninguém pode se aposentar tão cedo, precisamos de uma idade mínima para aposentadoria, e 65 anos poderia ser uma boa idade – poderia, se não houvesse tantas diferenças de trabalho no Brasil; se não houvesse diferença entre o trabalho da mulher e o trabalho do homem. Porque se quer colocar uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres, para trabalhadores do campo e da cidade, para trabalhadores braçais e intelectuais. Aí, pergunto: onde é que está a justiça disso? Onde se discutiu que temos que tratar as situações diferentes de forma diferente, para exatamente haver uma justiça social? Não se discutiu, apenas vêm com argumento raso e fácil de que, se colocar uma idade mínima, vamos resolver um problema do déficit na previdência. Não se falou de outra solução que querem dar, mas que está embutida no momento em que dizem – e, aí, afeta a previdência, por isso estou falando disso agora – que tem que haver um teto para despesa pública, que é a desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários.

Os senhores sabem que hoje quase 80% dos benefícios previdenciários são benefícios de um salário mínimo. E o salário mínimo hoje tem correção real, ou seja, a inflação e mais uma correção para não perder o poder de compra.

Isso teve um efeito muito importante na economia brasileira e muito importante na proteção da maioria pobre do Brasil, que é quem ganha um salário mínimo na Previdência. Aliás não é só quem contribuiu para a Previdência e é aposentado, mas nós também temos aí os benefícios de prestação continuada, que são fundamentais, os benefícios da aposentadoria compulsória, mesmo para aqueles que não conseguiram contribuir e que são pobres, têm uma renda menor.

Esse sistema da Previdência, que incorporou mais de 30 milhões de pessoas nos últimos treze anos foi fundamental para que a gente tivesse um pouco de justiça social no País recentemente, dando renda ou garantindo que a renda dos mais pobres não tivesse um encurtamento.

Pois bem, se nós retirarmos o reajuste real do salário mínimo da Previdência, nós vamos devolver milhares de pessoas não à pobreza, porque ainda temos pobreza no País, mas à miséria. A troca de quê? A troca de fazer economia para pagar os serviços da dívida, para mostrar que nós temos uma dívida baixa em relação ao nosso Produto Interno Bruto e para facilitar o investimento de fundos estrangeiros que vêm para o Brasil. Para grandes investimentos? Não, para a grande especulação financeira.

Então, é isso que está em jogo. Essa política fiscalista que vai mexer na Previdência é uma política que vai fazer os pobres pagarem a conta dos ricos. É uma política que vai fazer os pobres perderem os seus direitos.

E não adianta falar que isso é fundamental para o equilíbrio do Orçamento, porque na limitação de despesas que nós vamos ter no Orçamento daqui para frente, que eu quero falar, nós não vamos ter limite, por exemplo, para incidência de juros sobre a dívida. E por que nós não vamos ter?

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Os juros não são uma despesa? Os juros são despesa, sim. Mas aí, não. Aí o mercado tem que resolver.

É um absurdo o que estamos vivendo no País, Sr. Presidente, em relação à retirada de direitos. Ou seja, faz-se uma expansão fiscal sem precedentes no ano de 2016, aumentando o déficit para R\$170 bilhões, portanto pagando todas as contas mais emergenciais e principalmente aquelas decorrentes do *impeachment*, do afastamento da Presidenta, e, na sequência, coloca-se um plano para o Brasil, que se diz que é estrutural para reduzir as despesas orçamentárias, que afeta principalmente o direito dos mais pobres.

Aí vem uma outra ação que vai ter também impacto muito grande, que, *a priori*, parece correta, parece boa, que é limitar as despesas do Orçamento à variação da inflação de cada ano. Ou seja, o meu orçamento em 2017 não vai poder ser maior, em termos de valores, do que aquele valor que foi em 2016, reajustado pela inflação.

Parece bom isso, não é? Parece equilibrado, mas não é. E sabe por que não é? Porque nós não podemos tratar o Orçamento público dessa forma. E sabe por que não é? Porque a Constituição de 1988, a nossa Constituição cidadã, já determinou que algumas áreas têm que ter prioridade para investimentos do Estado. E são elas a saúde, a educação e a área de assistência social. O que fez a Constituição? Delimitou um percentual da receita que nós temos na arrecadação, não só da União, mas também de Estados e Municípios para essas áreas.

O que vai acontecer se nós tivermos, por exemplo, um limite pela inflação? Digamos que o nosso País consiga um crescimento econômico de 2016 para 2017. Nós vamos ter, com esse crescimento econômico, um aumento das nossas receitas e das nossas arrecadações. Pois bem, a educação e a saúde vão receber uma proporção, que é definida pela Constituição Federal, dessa arrecadação. Então, se a arrecadação subir 10%, nós vamos ter uma proporção de recursos para a saúde e para a educação maiores em 10%, e também para a área de assistência social. Mas se esse Congresso aprovar a medida do Presidente Temer que vem para cá, uma lei ordinária, dizendo que o orçamento só pode ser reajustado pela inflação, se a inflação for menor do que a variação do crescimento econômico, nós não vamos poder crescer a verba da saúde e da educação na proporção que crescer a receita, mas tão somente no limite que crescer a inflação. O que vai acontecer com a diferença do dinheiro? Vai para onde? Vai pagar juros, vai pagar serviços da dívida. É isso que está colocado, porque para juros e serviços da dívida não tem limite. É para pagar, é para fazer o reequilíbrio, é para dizer que a dívida tem que ser baixa.

A dívida brasileira em termos líquidos em relação ao nosso Produto Interno Bruto estava em 36%. Com essa medida que tomaram, na quarta-feira, de aumentar o déficit para R\$170 bilhões deve ir para a faixa de 40%. A dívida bruta, que estava na faixa de 66%, deve ir para a faixa de 70%. Nós podemos dizer alta? É razoável. Não é alta, nós temos países em que o endividamento é o dobro do Produto Interno Bruto. Claro que ninguém quer uma dívida que extrapole, mas ter dívida é normal em uma economia capitalista. Aliás, nós, como

peessoas físicas, como famílias, temos dívidas. Por que o Estado brasileiro não pode ter dívida? Até porque para fazer investimentos é preciso que ela aconteça.

Agora, o que não pode é achar que as dívidas têm que ser bem baixinhas para que o País tenha credibilidade, para que os investimentos estrangeiros aqui aconteçam em uma maior monta, mas não investimentos estrangeiros produtivos, investimentos estrangeiros especulativos, porque é com isso que nós estamos apostando.

Nós vamos fazer um ajuste no orçamento público, vamos diminuir os nossos recursos para a saúde, para a educação, para a assistência social, vamos mexer na Previdência Social para dizer que teremos um equilíbrio financeiro e orçamentário, para dizer, para os grandes apostadores do mercado financeiro: “venham para o Brasil, coloquem o seu dinheiro aqui, porque a remuneração é boa”. Afinal a taxa de juros está alta e parece-me que não há nenhuma tendência de que ela vá cair. E aí nós vamos garantir o pagamento. O Brasil vai ser um País que vai garantir todos os investimentos que forem feitos aqui. E eu não estou falando de investimento produtivo, estou falando de investimento especulativo.

Outra medida também bizarra é que o BNDES deve devolver aos cofres da União, ao Tesouro Nacional, R\$100 bilhões. O BNDES é um banco público, é um banco de fomento. O que é um banco de fomento? É um banco que tem recursos para emprestar, para a área privada, dinheiro para que a produção possa acontecer em nosso País. O BNDES empresta para grandes, pequenas, para médias empresas. E quem faz aporte de recursos no BNDES é o Tesouro Nacional, que é o seu principal financiador. Pois bem, o Tesouro Nacional faz os aportes, o BNDES empresta esses recursos com juros mais baratos, para ajudar a produção nacional. Quando o BNDES recebe esse pagamento de volta, quando faz apuração dos seus balanços, ele distribui seus juros, seus dividendos com o Governo Federal, que é o seu principal aportador.

A medida que o Vice-Presidente interino, golpista, quer colocar em prática não é esperar o recebimento dos dividendos por parte do BNDES; é que o BNDES devolva, adiante uma receita ou um recurso que foi colocado nele pelo Tesouro Nacional, de forma mais rápida e antes de fechar o seu balanço e a sua apuração, que é no final do ano, para fazer o pagamento dos dividendos.

É interessante isso, porque essa situação configura, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que eles configuraram para a Presidenta Dilma como as chamadas pedaladas fiscais. Disseram que a Presidenta Dilma fez pedalada fiscal ao não pagar os bancos públicos no momento em que eles pagaram programas sociais que administravam. Só que, com essa medida, o Presidente interino Michel Temer quer que o banco devolva ao Tesouro Nacional recursos antes de apurar se o Tesouro tem direito a receber lucros e dividendos. Então, é uma pedalada ao contrário, que pela Lei de Responsabilidade Fiscal, caracteriza operação de crédito. Essa caracteriza operação de crédito. Está descrita lá, que caracteriza, porque é um adiantamento de receita feita por um banco público.

É muito engraçado, porque essa turma que assumiu o poder, essa turma que está aí no comando interino do País, que criticou a Presidenta Dilma, que fez com que o *impeachment* acontecesse aqui, esse *impeachment* fajuto, que disse que ela não tinha responsabilidade fiscal, agora vem propor formalmente uma pedalada fiscal. Aumentaram o déficit e vêm propor uma pedalada.

Além de propor a pedalada, vão retirar do BNDES recursos que poderiam estar sendo investidos na produção brasileira, em operações de crédito para pequenas, para microempresas, para ajudar nesse momento de crise, porque em um momento de crise como o que nós estamos vivendo – e é uma crise que não tem impacto só no Brasil, é uma crise mundial, e o Brasil faz parte desse contexto –, é errado fazermos contenção, segurarmos recursos; é errada uma política de austeridade. Nós precisamos colocar dinheiro no mercado, para que possamos ter mais produção, portanto gerar emprego, melhorar o consumo e criar um círculo virtuoso. Mas não; está-se fazendo exatamente o contrário: retirar dinheiro do BNDES para colocar no Tesouro, para pagar juros, para pagar serviço da dívida, para dizer que há equilíbrio orçamentário. E junto com isso, vai retirar dinheiro de programas sociais e do direito dos trabalhadores.

A questão do Fundo Soberano é outra proposta para ajudar no equilíbrio financeiro e orçamentário. Essa está ligada a uma situação muito mais crítica, que é acabar com o sistema de partilha do pré-sal. Nós tivemos essa discussão aqui no Senado da República e infelizmente perdemos, porque foi flexibilizado o sistema.

Ou seja, querem que a exploração do pré-sal se dê, única e exclusivamente, pela modalidade de concessão. Eu faço uma licitação do campo de óleo do pré-sal. A empresa privada que ganhar essa licitação vai ficar com todo o óleo que houver ali, vai pagar só a parte da licitação.

(Interrupção do som.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

Vai pagar só a parte da licitação, ou seja, do que vai oferecer pelo campo de petróleo. E todo o óleo vai ficar com a empresa privada. Não vamos nos esquecer de que o pré-sal é a maior reserva petrolífera que foi descoberta no mundo nos últimos tempos.

O que era o sistema de partilha? Parte desse óleo ficava com a União, com o Governo Federal. Ou seja, a empresa privada fazia a licitação junto com a Petrobras e dividia. Então, se uma quantidade maior de óleo fosse encontrada, não iria ficar só com a empresa privada. Iria ficar também com a empresa estatal. E nós teríamos, a partir daí, um fundo, que é o Fundo Soberano, que receberia e já estava recebendo recursos para que pudéssemos guardar para situações futuras, seja para momentos de crise em que precisássemos usar o Fundo Soberano, ou seja para investimentos que fossem importantes.

Então, o que está fazendo o Governo do Vice-Presidente interino Michel Temer, esse Governo golpista? Vai fazer com que aquele projeto que foi aprovado aqui no Senado, que flexibiliza o sistema de partilha, seja aprovado na Câmara, deixando o pré-sal apenas para concessão simples, e vai acabar com esse Fundo Soberano, porque, segundo ele, a partir daí, não vai mais haver recursos – como a Petrobras não vai participar, o Governo não vai participar – para integrar o Fundo Soberano, como estava determinado na forma em que era feito o processo de partilha, de exploração dos recursos do pré-sal. Nesse fundo, há cerca de R\$2 bilhões. Onde vão colocar esse dinheiro? Para dentro do Orçamento. Para que vão usar esse dinheiro? Para programas sociais? Para investimentos? Não. Vão usar esse dinheiro para pagar serviços da dívida, para fazer superávit primário no ano de 2017.

Então, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quem está nos ouvindo, o que vamos ter a partir de agora é um desmonte do Estado de bem-estar social do Brasil, que, aliás, foi recentemente conquistado; iniciou-se com a Constituição de 1988 e teve um aprofundamento nesses últimos 13 anos de governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Nós não precisávamos fazer isso.

A política que estava sendo desenvolvida pela Presidenta Dilma – de trazer ao Congresso um déficit menor, de fazer medidas de curto prazo para o equilíbrio das finanças públicas – era algo que podia responder a este momento crítico. Não iríamos pagar o serviço da dívida todo; não iríamos fazer superávit de curto prazo; mas também não iríamos deixar na miséria parte considerável do povo brasileiro. Iríamos garantir os programas sociais, os projetos que ajudam a população em momentos de dificuldade. Agora não. Agora vão mexer com recursos da educação; vão mexer com recursos da saúde; vão mexer com recursos da assistência social; vão mexer – não tenho dúvidas – no sistema de proteção, que, inclusive, tem o Bolsa Família com um dos seus pilares; vão mexer na Previdência; e vão interromper programas importantes que são programas de investimento que possibilitariam geração de emprego e movimentação da economia, como é o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Aliás, antes de sair, a Presidenta Dilma tinha deixado contratado um número de casas para fazer em parceria com as entidades, com os movimentos sociais, numa modalidade diferenciada. Essa foi a primeira a ser suspensa, até porque este Governo não é dado a fazer articulação com a sociedade civil organizada. Foi suspensa.

E, agora, na semana passada, a área econômica também apresentou a proposta de suspensão de todas as contratações do Minha Casa, Minha Vida. Esse é um programa que foi fundamental para o desenvolvimento do nosso País; não só fundamental porque dá condições de as pessoas de baixa renda terem acesso a casa, a pagar uma prestação mais barata, a poder entrar num sistema de financiamento, o que é essencial para a proteção da família, quer dizer, você ter a casa própria, mas foi um programa importante para o desenvolvimento da economia porque mexeu com obras em todos os Municípios brasileiros; ajudou na contratação da mão de obra; ajudou na comercialização de material de construção, na economia local. E esse programa agora vai ser parado, vai ser suspenso, porque, segundo o Governo, não dá para usar os subsídios do FGTS. Nós não podemos usar também os recursos do Orçamento da União porque temos que fazer economia.

Eu fico me perguntado: como nós vamos recuperar a economia brasileira com essas medidas drásticas que estão sendo tomadas? Não consigo entender como nós vamos fazer com que a economia tenha circulação, com que volte o emprego. Não. Essas medidas são única e exclusivamente para ajudar, para viabilizar, para melhorar a situação do mercado financeiro brasileiro e mundial. Infelizmente, é isso.

Nós estamos entrando, de novo, num círculo vicioso, que vai estourar em cima da parte mais fraca da sociedade, que é a maioria do povo brasileiro e a maioria pobre da população brasileira.

Então, eu queria dizer, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, ao povo brasileiro que está nos ouvindo que é lamentável o que nós estamos assistindo. Quando, lá atrás, nós dizíamos que esse *impeachment* era um golpe, que um governo interino seria um governo golpista, posto que não tinha legitimidade, nós estávamos nos referindo exatamente a isso, não só por ser um processo viciado, porque não há crime cometido pela Presidenta Dilma. Isso está mais do que provado. Aliás, a opinião pública internacional tem reiterado essa avaliação de que não há crime cometido pela Presidenta Dilma. Mas fez-se o afastamento. É um golpe porque se quer implantar

um programa que não foi aprovado nas urnas em 2014; um programa que não está espelhado na Constituição Federal de 1988; um programa que é contrário ao que a maioria da população brasileira tem decidido nas últimas eleições deste País. Está-se substituindo um programa de desenvolvimento da economia com inclusão social por um programa liberal. Essa é uma situação muito triste para realidade que o Brasil vive e que vai causar muitos danos à população brasileira.

Além disso, dizíamos também, naquela época, e denunciávamos que uma das outras justificativas para esse processo de *impeachment* era exatamente voltarmos a uma situação anterior a todo esse processo de apuração de denúncias que nós estamos vivendo no País.

E isso ficou claro, muito claro no vazamento de conversas que foram divulgadas na segunda e terça-feira desta semana, em que um Senador da República, então Ministro do Planejamento, Senador Romero Jucá, fala de forma clara que, sem afastar a Presidenta Dilma, não teria como ter uma limitação à Operação Lava Jato.

É sobre isto que nós estamos falando: é sobre um golpe, um golpe dado em cima da Constituição, dos direitos, um golpe dado em cima das instituições democráticas, e um golpe dado em cima das apurações que estão sendo feitas neste País. Lamento muito que tenhamos chegado a essa situação. Por isso a necessidade de nós resistirmos. Por isso a importância de brigarmos nesta Comissão do Impeachment do Senado para revertermos o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Às vezes, as pessoas me passam mensagens no Facebook, no Twitter, dizendo: «Mas, Senadora, a senhora defende tanto a Presidenta, defende tanto a Dilma, e se esquece de falar sobre as questões do Estado do Paraná ou defender programas e projetos para o desenvolvimento do Brasil.»

Não é isso. Se eu defendo a Presidenta Dilma e defendo para que a gente reverta essa situação do *impeachment*, é porque estou defendendo um programa e um projeto de desenvolvimento deste País; eu estou defendendo o Minha Casa, Minha Vida, que só no meu Estado construiu mais de 300 mil casas...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... eu estou defendendo o Bolsa Família, que tirou milhões da miséria; eu estou defendendo o sistema de previdência, que fez a inclusão de muitas pessoas e que hoje dá garantias de uma renda mínima digna para essas pessoas sobreviverem; eu estou defendendo os recursos para a educação, para que a gente continue com as nossas instituições públicas de ensino, para que a gente continue com o investimento nas creches, para que a gente continue com investimentos em escolas de qualidade; eu estou defendendo as políticas de saúde para que o SUS não perca recursos, para que ele continue no Orçamento da União do tamanho que ele está ou maior do que ele está, e para que a gente continue com o programa Mais Médicos. É isso que estou defendendo. A Presidenta Dilma simboliza isso, simboliza conquistas do nosso País.

Por isso a importância de a população brasileira saber o que está acontecendo, ter claro que o afastamento da Presidenta Dilma não é porque nós temos uma crise econômica, não é um afastamento porque se cometeram atos de corrupção no seu governo. Não. É um afastamento para desmontar o Estado de proteção social que recentemente nós conseguimos construir, é uma ofensa ao Estado democrático de direito e é principalmente voltado para o interesse do mercado financeiro.

É importante deixar isso registrado, e é isso que nós vamos falar daqui para frente, mostrando ao povo brasileiro o que se está fazendo através deste governo interino e golpista.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Peço à Senadora Gleisi Hoffmann que assuma agora a Presidência, para que eu possa fazer a minha fala.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Gleisi Hoffmann.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e pelas redes sociais, eu quero prestar, neste dia de hoje, uma justa e sincera homenagem ao jornal *A Gazeta*, de Cuiabá, que, no último dia 23 de maio, completou 26 anos de importantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso, colocando-se sempre ao lado dos reais interesses da população e contribuindo decisivamente para o aperfeiçoamento das instituições mato-grossenses.

No dia em que comemora mais um aniversário, o jornal nos brinda com um encarte, que peço para constar nos *Anais do Senado Federal*. Nele, os responsáveis pelo jornal assumem o compromisso com a sustentabilidade, com o seguinte texto que passo a ler – abre aspas:

Ao longo de seus 26 anos, o jornal A Gazeta consolidou-se no mercado editorial como líder absoluto na preferência dos leitores. [...]

A trajetória de 26 anos é fortemente marcada pela adoção de novas tecnologias, qualidade de seus profissionais e vínculo permanente com a sociedade mato-grossense. Um jornal atento às mudanças e comprometido com as bandeiras de luta da população.

A defesa do Meio Ambiente é pauta permanente desde a sua fundação, em 1990. [...]

Agora, aos 26 anos, A Gazeta assume um novo desafio, muito além da produção de conteúdo jornalístico ambiental. O jornal e todo Grupo Gazeta de Comunicação assumem o compromisso público com a sustentabilidade. [...]

Fecha aspas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a direção do jornal toma uma atitude acertada neste importante momento pelo qual o País passa. E tudo isso com simples atitudes que darão a eles e ao Estado de Mato Grosso ótimos resultados.

Quero também aproveitar o aniversário do A Gazeta para requerer da Mesa Diretora do Senado Federal votos de aplauso ao jornalista Dorileo Leal e a todos os funcionários do Grupo Gazeta de Comunicação pelo transcurso do 26º aniversário e pelos relevantes serviços prestados à sociedade mato-grossense.

Quero ainda manifestar meu respeito a todos os profissionais de imprensa de Mato Grosso e do Brasil que praticam o jornalismo verdadeiro, sincero e imparcial.

Por fim, Sr^a Presidente, ao tempo em que cumprimento o jornal A Gazeta pelo transcurso do seu aniversário, tenho a firme convicção de que uma imprensa livre é fator preponderante para o fortalecimento da democracia.

Peço que possam constar esses encartes nos *Anais* da Casa.

Sr^a Presidente, passando a um segundo ponto, eu pude observar que continua, de uma parte da antiga base governista – porque agora se confundiu. Há hora em que não sabemos quem é oposição e quem é Governo. Governista e oposição, você tem que delinear bem. Então vou dizer o seguinte: os aliados da Presidente afastada Dilma Rousseff continuam dizendo que existe um golpe no Brasil. Eu não tenho dificuldade nenhuma em dizer que não há um golpe no Brasil, porque o Brasil inteiro está acompanhando. Golpe pressupõe ruptura, violência; golpe pressupõe tudo que não está acontecendo no Brasil. O Brasil está com uma democracia ampla, irrestrita e em uma catarse democrática. As instituições estão funcionando de forma independente. E esse discurso tem irritado sobremaneira a nossa Corte Suprema, o Supremo Tribunal Federal, que tem se pautado da forma mais isenta possível.

E digo isso porque as próprias gravações que estão saindo por aí demonstram que o Supremo está agindo como manda o nosso manual maior, que é a Constituição Federal.

Digo isso, porque, por vezes, houve manifestações de um lado e de outro, até em frente a casas de ministros, do lado daqueles que queriam o *impeachment* e do lado daqueles que não queriam o *impeachment*, criticando um e outro ministro. Isso mostra a imparcialidade da nossa Corte. Quero dizer que o golpe realmente é uma afronta à nossa Corte Maior, ao Supremo Tribunal Federal.

Dito isso, nós temos uma Comissão de Impeachment, que está justamente numa fase em que vai verificar se existe crime ou não. Antecipar isso é justamente antecipar o julgamento. Então, não há como nenhum Senador dizer, neste momento, que a Presidente não cometeu crime, porque isso vai ser verificado agora, durante essa nova fase do processo do *impeachment*, que será presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski, que é um Ministro, inclusive, que foi bastante criticado pelos que queriam o *impeachment*.

Então, eu me refiro a esses fatos, a esses pequenos detalhes para demonstrar que nós estamos num período democrático. Estamos tanto numa democracia que, no próximo pleito eleitoral, o Partido dos Trabalhadores vai fazer aliança com vários partidos desses que estão agora na Base do Governo do Presidente Temer, inclusive com o próprio PMDB, que será seu parceiro em várias cidades. Então, como conceber que existe um golpe, se esses partidos vão estar juntos? Quando existe golpe, um foge do outro – os que se antagonizam, os inimigos, os adversários se matam, se agridem. Na verdade, foram liberadas as alianças partidárias, e esses partidos provavelmente estarão juntos na próxima eleição.

Eu entendo que esse é um discurso forte. Eu entendo que o marqueteiro que bolou essa peça publicitária tem que dar... Eu não sei se foi o João Santana, ou se ele já estava lá em Curitiba – é possível que isso tenha saído dele ou da equipe dele –, porque é uma ideia criativa e que realmente tem um forte apelo. Há um forte apelo também no quesito de prejudicar o Brasil. Imaginem um empresário que está, por exemplo, na Europa, nos Estados Unidos ou no Oriente e ouve essa cantilena de golpe: esse sujeito não vai vir investir no Brasil. Então, esse discurso de golpe, na verdade, é um discurso contra o Brasil.

Estamos num processo de *impeachment*, e eu vejo o Partido dos Trabalhadores fazendo um discurso de oposição já, fazendo o que faz melhor. Se há um partido que sabe fazer oposição é o Partido dos Trabalhadores, e eu sempre critiquei a oposição por não copiar o modelo. Eu sempre critiquei a oposição, que ficava se lamentando, porque ficou 13 anos fora do poder, mas ficou porque não sabia fazer oposição. Os flancos estavam abertos. Aliás, o Presidente Lula era para ter sido afastado do cargo. O que fez a oposição? “Não, vamos ajeitar”. Se fosse o PT, tinha derrubado o Lula. Naquele momento, se fosse o PT, tinha tirado o Presidente Lula. Não, a oposição, água com açúcar, muro demais, perdeu o bonde: Lula se reelegeu, elegeu sua sucessora e ficou aí durante 13 anos – uma dura lição! E eu sugiro à Base governista: observem o jeito como o PT faz oposição.

Faz menos de duas semanas que o Presidente Temer está no Governo, e o discurso do Partido dos Trabalhadores é como se se tivesse passado uma borracha nesse período todo, como se não existisse PT e como se o caos tivesse se instalado neste País em duas semanas. Perfeito do ponto de vista de oposição.

Agora, é importante fazer esse contraponto para que não se esqueça. Se não se fizer esse contraponto, o PT volta nas próximas eleições e para fazer tudo de novo, para dar novamente um cheque sem fundo.

Nós passamos por um período de bonança? Passamos. Podíamos passar por aquele tempo de bonança? Minha filha vive me pedindo que eu a leve à Disney. Eu não posso levá-la, mas, se eu der um cheque sem fundo, eu posso. Eu vou levá-la à Disney, só que a conta vai chegar depois.

Eu digo que esse processo está sendo pedagógico, didático para toda a classe política brasileira e novamente bom para o PT. E sabe por quê? Porque, no momento em que a conta chega para pagar, o PT sai do Governo e vai para a oposição. E com um discurso fortíssimo. Por quê? Porque o momento de bonança foi com o PT, o momento de usufruir do cheque sem fundo foi com o PT, e, agora, a hora de pagar a conta vai estar com o outro lado.

Eu tenho verificado que, nos últimos discursos, estão dizendo o seguinte: o Bolsa Família vai acabar, o SUS vai acabar, o estado de bem-estar social vai acabar, e o pobre vai ser dizimado. É um discurso que alinha dizendo o seguinte: PT é igual a pobreza, PT defende a pobreza, e é um discurso que vai batendo todos os dias. Se não fizermos o contraponto, vira verdade.

Na verdade, eu digo o seguinte: o Partido dos Trabalhadores sempre usou a pobreza como um biombo, como um biombo. E digo isso por quê? Porque isso é um mito que precisa ser desconstruído. Esse biombo do estado de bem-estar social e de que o PT é a favor dos pobres não passa de um mito. Isso ficou bem claro na Lava Jato e em tudo o que está aparecendo, porque os verdadeiros amigos do Partido dos Trabalhadores eram os ricos.

Agora eu digo: é proibido ter amigo rico? Não, não é. É feio ter amigo rico? Não é. O que é feio, o que não é aceitável é que, em detrimento da classe mais baixa, beneficiem-se esses amigos ricos, e é o que está ficando claro.

Eu moro num Estado em que a base da economia é o agronegócio, é a pecuária, é o plantio de soja, é o plantio de grãos. Na parte da pecuária, tínhamos vários frigoríficos que faziam suas atividades em Mato Grosso. Hoje existe praticamente só um frigorífico. Sabe por quê? Porque um dos amigos do Partido dos Trabalhadores comprou todas as plantas e fechou. Hoje existe um monopólio no Estado de Mato Grosso, e eu falo aqui o nome da empresa: A JBS é dona de tudo que se pensar em termos de comercialização de carne lá no Estado de Mato Grosso.

Numa das reuniões da CAE, o Presidente do Banco Central esteve presente e começamos a perguntar sobre isso, quais seriam os critérios. Ele falou: “São escolhidas as campeãs, e, então, o BNDES faz os aportes para as campeãs.” Leia-se para os amigos, os amigos ricos, muito ricos. Aliás, com um dos homens mais ricos deste País ficou bem claro que eles tinham uma relação muito próxima. E por que isso é ruim? Aqui se bate tanto, vejo o Partido dos Trabalhadores bater no capitalismo, no sentido de que isso é uma coisa péssima, mas eu digo: nesse Governo, foi feito o pior tipo de capitalismo que existe, que é o capitalismo de Estado, e grande parte do empresariado estabelecido adora um capitalismo de Estado. Sabe por quê? Porque o capitalismo de mercado, de livre mercado, da livre concorrência é um inferno, é uma briga de foice, é uma briga de faca. Se você faz o capitalismo do Estado e você é amigo do rei, você vai dizimar a concorrência, você vai arrebentar, porque ninguém suporta a mão forte do Estado, aquela mão invisível. Então, vem aquele empresário com a mão forte, com aquele vento forte do Estado soprando as suas velas e dizima.

Esse foi o retrato do que aconteceu, tanto é que, quando se começou a falar em pedaladas, quando se começou a falar nesses crimes de responsabilidade, nas discussões, o ex-Presidente Lula, que é hábil, talvez um dos maiores oradores que já apareceu aqui, por estas terras de Cabral, dizia: “Estão criticando a Presidente Dilma, porque ela amparou os pobres, porque ela pegou dinheiro para pagar o Bolsa Família, porque ela pegou dinheiro nos bancos para fazer programas sociais.” Não era verdade. Havia, sim, dinheiro para os programas sociais, mas boa parte tinha ido para onde? Para o PSI, o programa das indústrias.

Então, é uma retórica que não se sustenta. O pobre tem sido usado, e não é invenção do PT. Temos que dar o braço a torcer: o pobre tem sido usado há muito tempo, e a indústria da pobreza é lucrativa, a indústria da pobreza tem eleito muita gente, tem sustentado muitos mandatos e, por último, tem sustentado governos e projetos de partidos.

Nasci em Caicó, no Rio Grande do Norte. Nossa família foi, ainda quando eu tinha três anos de idade, a Mato Grosso. A história do Nordeste é muito isto: é o pai dos pobres, é a mãe dos pobres, e isso vai perpetuando. Agora, precisamos evoluir desse discurso, precisamos construir, começar a ter uma política mais próxima da verdade, para que as bases partidárias, para que os discursos dos partidos possam ter uma sustentação além do sofisma, além da retórica.

Srª Presidente, quero justamente falar um pouco sobre o que aconteceu, nessa semana, aqui no Senado Federal. Varamos a madrugada justamente para tratar do futuro do nosso País. Estamos com quase duas semanas desse Governo, que está, neste momento, na interinidade, enquanto não se define a questão do *impeachment*. Temos tido discussões, essas discussões que eu digo que são arengas menores. Nós estamos há quase um ano falando de *impeachment*, não *impeachment*, com a economia parada, Presidente Dilma, não Presidente Dilma, e eu tenho dito que isso não é importante, isso não é tão importante quanto o momento do Brasil, um momento em que precisamos achar a saída. Essa grande discussão não se trata da pessoa da Presidente Dilma. Eu tenho visto aqui tentarem fazer a vitimização, o “coitadismo” em relação à Presidente, mas não se trata disso. A Presidente Dilma, na verdade, não teve adversário, a Presidente Dilma caiu por si só. O Governo da Presidente Dilma se construiu e se derreteu por si só.

Eu me lembro da eleição, de quando o George Bush tinha ganhado aquela Guerra e voltou para os Estados Unidos – voltou para os Estados Unidos não. Aproximava-se a eleição, e ele estava com um *handicap*, ele estava com uma credibilidade nas alturas. As pessoas diziam que não era possível ganhar do Presidente Bush, e um dos assessores do Bill Clinton criou uma peça publicitária muito forte que dizia: “É a economia, estúpido!”. Com isso, fez voltar o olhar do eleitor norte-americano para a economia, e o Bill Clinton acabou ganhando a eleição.

Na verdade, o que aconteceu com a Presidente Dilma foi isto: ela se enredou numa economia que derreteu. O problema não era se ela tinha um plano bom ou não para a economia: o problema é que não tinha um plano, e derreteu. Ela precisou fazer pedaladas, precisou fazer, como ela disse, o diabo. Isso foi o que arrebitou com ela. Foi caindo a popularidade, foi perdendo a credibilidade dos movimentos sociais, que agora o PT tenta novamente ganhar com esse discurso do pobre contra o rico, com esse discurso de nós contra eles. A grande verdade é que a Presidente Dilma perdeu tudo o que era positivo e que a sustentava. Perdeu a sua base dentro do Congresso. Veja bem, a Presidente Dilma não teve 22 votos aqui, dentro desta Casa. Ela não teve os 172 votos de que precisava na outra. Ela tinha perdido a base política. Ela tinha perdido as ruas e perdido a mão, o rumo da economia.

De repente, as pessoas tentam pessoalizar: “Olhe, ela é uma vítima”. Eu vi alguém aqui dizer até o absurdo de que ela estava caindo porque era mulher. Não existe nada a ver com isso. Eu volto a dizer: é a economia, estúpido! A Presidente Dilma está sendo julgada por crimes de responsabilidade, mas, como pano de fundo, é a economia. Sabe por quê? Eu, com tudo isso que apareceu aqui, pergunto aos brasileiros que agora nos assistem: vocês acham que o Governo do ex-Presidente Lula cometeu menos traquinagem que esse Governo? Ninguém tem dúvida de que cometeu mais traquinagem. Ouviu-se falar em *impeachment* de Lula? Não, sabe por quê? Porque lá, no Nordeste, quem andava de jumento passou a andar de moto, as pessoas estavam contentes com a economia, não se falava nisso.

O que aconteceu com a Presidente Dilma foi isto: ela derreteu todas as bases. Tudo o que tinha prometido não foi possível concretizar. E aí vai, aparece um crime, não tem base política e cai. Por isso, às vezes, dizem: “Mas nós não vivemos num sistema parlamentarista”.

Olha, quando a situação de um governante chega ao patamar em que estava a situação da Presidente Dilma, cai monarca, cai presidente, cai primeiro-ministro, cai tudo, porque não se sustenta. Toda casa precisa de um alicerce; todo prédio precisa de pilstras. A Presidente Dilma tinha perdido tudo. Foi isso.

Aqui mesmo no Congresso, tirando a zaga que, como eu sempre disse, era muito bem postada, que era feita pela Senadora Gleisi, pela Senadora Vanessa e pelo Senador Lindbergh, tirando essa zaga aqui, que a defendia com unhas e dentes – e tem de ser respeitada por isso –, ninguém mais. Até de muitos companheiros era um sonoro silêncio. Foi isso. Aqui, no Senado, sobraram quatro ou cinco defendendo, porque era praticamente indefensável. Eu até cheguei a dizer uma vez aqui que a defesa do Governo da Presidente Dilma era que nem defender bola de Rogério Ceni, quando batia falta: indefensável, era no ângulo.

Mas, nesta semana, nós aprovamos no Congresso a nova meta. O País estava com um déficit público acima de R\$170 bilhões, gerado basicamente pelos gastos predadores e a inconsequência serial dos dois Governos

da Presidente. É justamente disso que nós estávamos falando aqui. O Brasil vive um período muito delicado e que não começou nas últimas duas semanas. É isso que tem de ficar bem claro.

Não bastasse a clara e rude divisão das forças políticas no Congresso Nacional, ameaça real à viabilização de consensos urgentes em favor do País, a economia nacional encontra-se em uma das suas piores fases históricas.

Como é sabido, estamos diante de recessão que há quase um século não fustigava os brasileiros, queda vertiginosa no consumo de bens e serviços e taxa de desemprego acima de dois dígitos. Foi dentro desse cenário precário, agravado pela enorme insatisfação social diante das perdas diárias das árduas conquistas sociais das últimas décadas, a partir do Plano Real, que Michel Temer assumiu o comando da Nação há apenas duas semanas. É bom que isto fique claro: há apenas duas semanas nós temos o Presidente ali, no Palácio do Planalto.

Os primeiros atos do novo Governo, alguns eivados por claros, mas explicáveis, titubeios, evidenciam sincera preocupação com o Brasil e com os brasileiros. Tudo começa pela grande capacidade do Presidente, antigo Parlamentar, de relacionar-se com o Congresso, procurando assim estabelecer a imprescindível linha do diálogo permanente Executivo-Legislativo. Diálogo esse que, na política, não pode deixar de existir.

E eu rememoro aqui os tempos do primeiro mandato e do segundo mandato do ex-Presidente Lula. Eu digo isso para fazer um comparativo. Eu fui servidor público por 21 anos, e existe sempre entre o servidor público e a União intenso tensionamento. E quando o Lula assumiu, sabem o que ele fez? Ele montou uma mesa permanente de negociação. Era diálogo o tempo inteiro. Na época, estava à frente do Ministério do Planejamento, conduzindo isso, um antigo diretor chamado Duvanier, o saudoso Duvanier, que, inclusive, já não está mais entre nós. Nós até o apelidamos de “embarrigador geral da República”, porque era o tempo inteiro, eu saía de uma reunião e marcava-se outra. Mas havia diálogo, existia o diálogo.

E aí eu volto: Lula realmente continuou e teve aquele governo de sucesso porque mantinha intenso diálogo, coisa que acabou não acontecendo no governo da Presidente Dilma. E agora vemos com alvíssaras que volta a haver diálogo. Política é feita de conversa. Na minha cidade, existe um senhor que gosta muito de política. Ele diz: “Política é a arte da prosa”.

Mas agregue-se igualmente à admirável capacidade de diálogo e de agir com racionalidade do Presidente a de reconhecer erros e, sobretudo, ter o bom senso republicano de corrigi-los. A ideia de que um líder, qualquer líder, seja infalível, um iluminado, flerta com o autoritarismo ao conceder-lhe uma equivocada aura sobre-humana. Qualquer um que o faça assim está fadado ao fracasso. Os próprios textos sagrados dizem que “a soberba precede a honra”. E há outro ditado por aí que diz: “na política, quem não enverga quebra”.

Se houve equívocos em decisões, nesses primeiros dias, eles vêm sendo revistos e corrigidos rápida e pontualmente. Contudo, sua principal e mais relevante decisão, relativa à composição da equipe econômica, mostra-se irretocável sob todos os aspectos.

A nova equipe, sob o comando sóbrio, lúcido e firme do Ministro Henrique Meirelles, tem sido considerada um verdadeiro time dos sonhos, reunindo alguns dos mais talentosos economistas e gestores públicos do País. Aliás, Henrique Meirelles era uma insistência do ex-Presidente Lula há tempos. Desde o início do governo da Presidente Dilma, o ex-Presidente Lula insistia que ela o nomeasse como Ministro da Fazenda. E está montando um time extraordinário. Inclusive, muitos desses que vão compor a diretoria econômica possuem bem-sucedida experiência na Academia e no mercado externo.

Eis o time que haverá de recolocar o Brasil na trilha do crescimento – e faço questão de nomeá-lo porque João Saldanha dizia que “time bom é aquele que a torcida sabe a escalação”: Ilan Goldfajn, no Banco Central; Marcelo Caetano, na Secretaria da Previdência; Mansueto de Almeida, na Secretaria de Acompanhamento Econômico; Carlos Hamilton, na Secretaria de Política Econômica; e Maria Silvia, no BNDES. Junte-se ao grupo Pedro Parente, indicado para a Presidência de uma violentada Petrobras.

Recepcionado com entusiasmo pelo mercado, investidores internos e externos, especialistas da área, jornalistas nacionais e estrangeiros, sociedade e praticamente a totalidade da classe política, esse novo e auspicioso time já está em campo para recolocar o Brasil nos trilhos.

O Brasil conheceu nesta semana as medidas inaugurais que visam estancar a quase crônica sangria das finanças públicas e a inadmissível derrocada econômica do nosso País. Estão previstas várias ações nos âmbitos administrativo e legislativo, como asseverou Henrique Meirelles ao participar, na segunda-feira, dia 23, em São Paulo, do Fórum da *Veja*, promovido pelo principal semanário brasileiro. Haverá estrito controle de despesas primárias e financeiras, com foco na eliminação da ineficiência do gasto público, ao lado de uma busca na ênfase, no desempenho e na prestação do serviço público.

A linha central de atuação da equipe econômica está na busca de rápida recuperação da segurança e da confiança para mercados, consumidores e investidores domésticos e externos, ao lado da estabilidade das finanças públicas, ora sob tremendo e inédito abalo.

Outra bem-vinda decisão de Meirelles e equipe, já em um segundo momento, está na adoção de medidas com vistas a estimular a produtividade, o que reclama a radical modernização da indústria nacional com qualificação da força de trabalho...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... e tornar atraente o ambiente de negócios no País. Essa é medida de extrema importância. Digo isso porque as poucas indústrias que havia no meu querido Estado de Mato Grosso estão indo sabem para onde? Para o Paraguai, onde o ambiente negocial está mais favorável.

As duas medidas, caso bem-sucedidas, concederão a necessária competitividade ao Brasil, algo imprescindível para induzir o desenvolvimento e o crescimento sustentável, que haverá de beneficiar 204 milhões de brasileiros.

Não é segredo, Sr^a Presidente, mesmo para o mais desavisado observador, que o continuado namoro dos governos do PT com os bolivarianos durante a última década e o engessamento de organismos multilaterais como o Mercosul causaram enormes, embora reversíveis, prejuízos ao País. Nesse particular, nosso ex-colega de Senado Chanceler José Serra já deu início à necessária revisão da política externa brasileira. Mas aqui também quero fazer uma ressalva. O Ministro e nosso atual colega Senador Armando Monteiro já defendia e vinha fazendo algumas ações no sentido de que não tivéssemos preconceito algum contra mercados, naquela linha do ex-Presidente norte-americano Ronald Reagan, que dizia: “Entre países não existem amizades; existem interesses comerciais.”

Realisticamente atento aos reclamos e às urgências sociais do Brasil contemporâneo, Meirelles mostra-se extremamente preocupado com os trabalhadores, classe retoricamente central para o PT, Partido dos Trabalhadores, que conseguiu lançar ao desemprego mais de 11 milhões de brasileiros.

Pois a equipe econômica do Governo Temer tem como um de seus objetivos mais urgentes trazer de volta ao mercado de trabalho esses milhões de desempregados. A ideia é minimizar a insegurança dos trabalhadores e dos empresários, além de garantir o recebimento futuro da aposentadoria dos brasileiros.

Finalmente, na análise desses momentos iniciais do Governo do Presidente Temer, o que representa um certo conforto ao conjunto dos brasileiros é a garantia de que novos impostos só serão propostos em caso de extrema, mas de extrema necessidade. No momento, tudo isso está afastado.

Embora não explicita com todas as letras, a nova equipe econômica parece intuir ou mesmo considerar a sábia recomendação evidenciada na famosa curva de Laffer, que aponta o ponto ótimo entre tributação e efetivo recolhimento de impostos.

Na perspectiva do contribuinte, a equipe econômica mostra-se, enfim, apenas realista. Como todos percebemos, cotidianamente, o Estado brasileiro parece ter ultrapassado, com desavergonhada audácia, esse ponto ótimo, em prejuízo de todos.

Assim, caberá ao novo Governo, em prazo razoável, mostrar eficiência na concepção e na condução de políticas públicas inteligentes e factíveis, dentro de um Estado mais contido, enxuto, capaz de retornar aos contribuintes serviços públicos de qualidade.

Pelos atores que chegam agora ao prosscênio da economia brasileira e pelo roteiro que se compromete publicamente a observar, devo dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que estou otimista com o prognóstico do Brasil para os próximos meses e anos. Estou otimista com esse horizonte que se aproxima. Estou otimista com esse novo discurso de que precisamos ter serviços públicos eficazes. Não basta dizermos que temos o programa, que temos o serviço; é preciso que ele exista. Não basta dizermos que temos direito a farmácia de alto custo, e, no momento em que o cidadão vai à farmácia de alto custo, não encontra. Não basta dizermos que temos um SUS para todos, e as pessoas morrerem nas filas. É preciso termos um Brasil real. É preciso termos um Brasil factível, um Brasil em que possamos sair apenas do discurso bonito, porque disso o eleitor está cansado. E eu falei aqui diversas vezes: o brasileiro não foi às ruas somente contra a Presidente Dilma; ele foi porque está cansado desse Brasil virtual, desse Brasil bonitinho que se vende nos programas eleitorais...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... e, depois, não se entrega; do Brasil que se vende até o domingo, antes das eleições, e na segunda-feira a realidade é bem outra.

Aqui no Senado Federal, como representante do Estado de Mato Grosso, permaneço atento para auxiliar decisivamente este Governo. E por quê? Porque não tenho dúvida de que estarei auxiliando uma saída para o Brasil. Aí, de repente, se fala: que saída é essa? Porque a saída, realmente, depende de para onde se quer ir. Neste momento, o que o Brasil precisa é ir à frente. Nem para a esquerda, nem para a direita; ir à frente.

E eu falo isso porque Mato Grosso é um exemplo disso. Mato Grosso é um Estado que produz muito. Mato Grosso é um Estado que contribui com quase um quarto da balança comercial brasileira, no equilíbrio, nas exportações. Mas é um Estado extremamente carente e cheio de bolsões de pobreza, cheio de necessidades. Cito aqui um exemplo – parece até pitoresco. Há algum tempo, no pequeno Município de Ribeirãozinho, assaltantes foram até a agência do Banco do Brasil, detonaram com dinamite o prédio do banco, os caixas eletrônicos e foram embora, levaram o dinheiro. Sabem o que aconteceu? A população que foi penalizada com essa ação dos marginais está até hoje sem uma agência do banco. Toda a população tem que andar mais de 60 quilômetros para o Município próximo, Torixoréu, para receber contas, pagar contas. Isso em estradas da maior precariedade possível. O Estado produz muito, ajuda muito o Brasil, mas nem uma agência o Município está conseguindo. Já fizemos várias gestões, e não se consegue.

O Estado de Mato Grosso é o maior produtor de grãos do mundo, é o maior produtor de milho de pipoca do Brasil, é o maior produtor de carnes. Sabem como se escoa isso? Em pouquíssimas e precárias rodovias. Refere-se a um dos maiores índices de colisão frontal no País. Por quê? Pistas simples, com uma rodovia que já não se sustenta.

Então, buscar uma saída para que Estados que produzem muito, que ajudam muito o Brasil possam ser ajudados é o que que espero. E estou trabalhando, para ajudar este Governo, para que possamos ter um novo horizonte, uma saída para o Brasil. Estou torcendo – não o conheço; conheço, de ouvir falar, o Ministro Henrique Meirelles –, estou torcendo como nunca, porque torcer por essa equipe econômica, ajudar essa equipe econômica é ajudar o Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JOSÉ MEDEIROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Caderno F, Especial, publicado no jornal *A Gazeta*, de 23 de maio de 2016.

A GAZETA



CADERNO F - ESPECIAL - CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA, 23 MAIO DE 2016

NOVO DESAFIO

Gazeta assume compromisso público com a sustentabilidade

Seria um contrassenso um jornal que defende a causa da sustentabilidade, que publica matérias sobre o tema, que denuncia crimes ambientais, não adotar práticas sustentáveis". É assim que o diretor de redação do jornal A Gazeta, Mauro Camargo, justifica a iniciativa do Grupo Gazeta de Comunicação em adotar a Gestão Ambiental Interna. Para ele, seria uma incoerência permanecer como antes. "Esta é uma atitude que não cabe mais no mundo moderno. A Gazeta, que sempre saiu na frente em tudo, puxa mais essa bandeira e novamente lidera um movimento inédito em veículos de comunicação de Mato Grosso, ainda raro mesmo nos grandes centros brasileiros".

PÁGINAS 4 E 5

Impressão ambientalmente aprovada

PÁGINA 6

Energia solar será próximo passo

PÁGINA 10

2F - Especial

CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2016

A GAZETA

EDITORIAL

Sustentabilidade, nosso compromisso

Ao longo de seus 26 anos, o jornal A Gazeta consolidou-se no mercado editorial como líder absoluto na preferência dos leitores. Alcançou a impressionante marca de 83% de índice de leitura, segundo o Ibope. Uma marca que se sustenta no tempo em razão da credibilidade construída dia após dia.

A Gazeta é líder de mercado desde sua fundação. E não sem motivo. O jornal nasceu inovando em tecnologia (foi o primeiro totalmente informatizado do Centro-Oeste e o sétimo do País), em conteúdo editorial, em programação visual e, sobretudo, no compromisso com seus leitores.

A trajetória de 26 anos é fortemente marcada pela adoção de novas tecnologias, qualidade de seus profissionais e vínculo permanente com a sociedade mato-grossense. Um jornal atento às mudanças e comprometido com as bandeiras de luta da população.

A defesa do Meio Ambiente é pauta permanente desde sua fundação, em 1990. Continuaremos - de forma sistemática - promovendo a preservação, denunciando a



depreciação, noticiando e estimulando iniciativas de boas práticas ambientais.

Agora, aos 26 anos, A Gazeta assume um novo desafio, muito além da produção de conteúdo jornalístico ambiental. O jornal e todo o Grupo Gazeta de Comunicação assumem o compromisso público com a sustentabilidade.

Gazeta Sustentabilidade é o projeto que norteia as ações internas e editoriais do Grupo na linha de adotar e promover práticas sustentáveis, que vão desde a utilização de papel de origem florestal certificada (de florestas cultivadas) até a substituição de copos descartáveis por canecas de uso permanente. Da lâmpada de LED à produção de energia solar.

O leitor de A Gazeta, que acompanha semanalmente, nas edições das quintas-feiras, matérias especiais sobre sustentabilidade, poderá acompanhar, também, nosso Placar da Sustentabilidade, mostrando mensalmente os resultados dos esforços da direção, funcionários e colaboradores do Grupo Gazeta no projeto Gazeta Sustentabilidade.



Para uns, descarte, para Olímpio Bezerra, arte!

Não se espante se, num terreno baldio ou vazadouro, esbarrar no artista plástico Olímpio Bezerra. É nesses lugares que ele encontra matéria-prima para produzir sua arte. Toda e qualquer peça de madeira serve, neste caso, de suporte para que aplique suas famosas pinturas, que já lhe renderam prêmios nacionais e o status de um dos mais reconhecidos artistas naïf do país. As obras, adianta ele, deverão se misturar a telas novas em uma exposição que está montando e deve ser aberta em breve, aqui mesmo na Capital.

Edição do dia 19/05/2016, EDITORIA DO VIDA



Luc Fernando Maia



Chico Ferreira

Governo estimula práticas sustentáveis

Em tempos de crise, tanto econômica quanto de recursos naturais, o governo de Mato Grosso traçou a meta de reduzir o consumo de papel e energia. Somente para o ano de 2016, existe a previsão de economizar R\$ 21 mil com impressões. Os servidores do Palácio Paiaguás terão duas metas até o fim deste ano: reduzir em 5% o consumo de energia elétrica e em 10% o consumo de papel. Estes são os primeiros objetivos da campanha "Economizar Transforma".

Edição do dia 14/04/2016, EDITORIA DE POLÍTICA

Pecuária quer fugir da 'fama'

A pecuária é considerada por muitas correntes ambientalistas como principal vilã da sustentabilidade. Entre as razões que garantem esta fama negativa está o consumo excessivo de água, que varia entre 15 mil a 25 mil litros por quilo de carne. Outra justificativa é a utilização de extensivas áreas derivadas do desmatamento de florestas nativas. Mas como olhar para o futuro da produção garantindo eficiente utilização dos recursos naturais e ao mesmo tempo maior rentabilidade? Em Mato Grosso, onde são criados 29 milhões de bovinos, ainda há muito para evoluir neste sentido, mas já é realidade a consciência de que a sustentabilidade é a via mais plausível para garantir a continuidade da vida em harmonia com o Meio Ambiente.

Edição do dia 31/03/2016, EDITORIA DE ECONOMIA



Divulgação

O estádio que ninguém vê

Água empoeirada, infiltrações e mudas de árvores arrancadas ou mortas, falta de água nos vestiários durante os jogos, são alguns dos problemas que dão as pistas de que o projeto sustentável para o estádio da Copa do Mundo em Cuiabá não saiu do papel. Um passeio por dentro desse gigante de quatro andares, que vai muito além de um campo de futebol e arquibancadas, revela

um verdadeiro "elefante branco", que custou aos cofres públicos R\$ 600 milhões. Tal abandono dos projetos originais e a clara falta de manutenção levaram o estádio a ser vetado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para a realização de grandes eventos

Edição do dia 17/03/2015, EDITORIA DE ESPORTES



Chico Ferreira

'Recicla Cuiabá' inicia mudanças de hábito e do meio ambiente

Há pouco mais de um ano, todas as quartas-feiras pela manhã, moradores do Residencial Santorini, no bairro Boa Esperança, em Cuiabá, deixam separado o lixo composto por material reciclável para a coleta seletiva. O recolhimento é feito pela Cooperativa de Trabalhadores e Produtores de Material Reciclável de Mato Grosso (Cooperpar) e levado para o galpão onde será feita a triagem e, depois, a venda. O pequeno condomínio faz parte do grupo de locais onde é desenvolvido o projeto "Recicla Cuiabá" que tem o intuito de estimular e promover a coleta seletiva na Capital. Por enquanto, apenas alguns bairros contam com o serviço de coleta diferenciada, porém, a ideia é expandir para toda a cidade, bem como conquistar novos adeptos.

Edição do dia 03/03/2016, EDITORIA DE CIDADE



Júlio Vieira

3F - Especial

CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2016

A GAZETA

CONCEITO AMPLO

17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas foram assinados pelos países membros da ONU em 2015 e substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, criados em 2000



Sustentável é uma empresa que tenha clareza de sua missão e busque permanentemente melhorar seus indicadores econômicos e seu impacto positivo sobre a sociedade e o meio ambiente



Além da dimensão ambiental

LUÍZ FERNANDO VIEIRA
DA REDAÇÃO

O conceito de sustentabilidade passou a ganhar mais atenção a partir dos anos 1980, quando uma comissão das Nações Unidas realizou o primeiro grande estudo dos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Com o tempo, ampliou-se esse entendimento para a busca de um equilíbrio que englobasse também questões econômicas e sociais, com foco na garantia de condições ideais de vida para as próximas gerações. É, portanto, um tema que envolve todos, indistintamente, e deve estar cada vez mais presente no dia a dia das empresas e na pauta dos veículos de mídia, frisa o jornalista Dal Marcondes, colunista de sustentabilidade da revista Carta Capital e coordenador da Rede

Brasileira de Jornalismo Ambiental.

Ele explica que o estudo, publicado sob o título "Nosso futuro comum", deixou como legado a ideia de que a humanidade deve ter um compromisso intergeracional. A partir dele ficou famosa a expressão "ser sustentável é conseguir satisfazer as necessidades das atuais gerações sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também satisfazerem as suas necessidades", claramente relacionada ao uso dos recursos naturais do planeta.

Com o passar do tempo se percebeu que o conceito de sustentabilidade deveria ir além da dimensão ambiental. Foi a partir daí que a definição mais aceita passou a ser a de que a sustentabilidade é a busca permanente pelo equilíbrio entre as necessidades econômicas, o desenvolvimento social e a preservação ambiental, diz Marcondes.

Com a popularização, veio também um desgaste do termo sustentabilidade, lembra o jornalista. Muitas empresas e organizações se apropriaram dele como mero instrumento de marketing, sem que houvesse uma real preocupação com o assunto. Ou mesmo entendimento correto do que seja ser sustentável. "A busca pela sustentabilidade não é um objetivo alcançável, mas um caminho a ser trilhado de forma permanente. É uma trilha de metas que sempre que alcançadas aponta para outras ainda mais desafiadoras", salienta Marcondes.

Segundo ele, a sustentabilidade engloba todas as atividades e deve apresentar impactos positivos em três eixos: o econômico, o social e o ambiental. "Não existe sustentabilidade sem um bom desempenho econômico. Portanto, sustentável é uma empresa que tenha clareza

de sua missão e busque permanentemente melhorar seus indicadores econômicos e seu impacto positivo sobre a sociedade e o meio ambiente", pontua.

A sustentabilidade pode começar internamente, pela economia de recursos e matérias-primas, exemplifica. "É sustentável economizar água, energia e todo tipo de recursos naturais, reduzindo também a produção de resíduos. A empresa que conseguir isso terá dado um passo importante, porque a redução do seu impacto em recursos naturais certamente vai se reverter em melhoria de seu desempenho econômico. Outro ponto importante é o envolvimento da equipe. Empresas são formadas por pessoas e quando essas pessoas estão comprometidas o resultado é sempre melhor", acrescenta.

Sustentabilidade e as empresas de mídia

Dal Marcondes vai além e salienta que algumas empresas podem contribuir de maneira ampliada, como os veículos de mídia (jornais, TVs, rádios, sites). "A sustentabilidade sempre foi vista como uma 'pauta especial' pela mídia. De um tempo para cá muitos jornais e revistas deixaram de lado a máxima de que 'sustentabilidade não cabe no título' e passaram a contar com jornalistas especializados no tema".

Além disso, entre os investidores, a preocupação com a sustentabilidade também reflete uma política mais firme em gestão de riscos sociais e ambientais, cita. "Uma tragédia ambiental como a de Mariana, protagonizada pela Mineradora Samarco, que tem como acionistas a Vale e a Billington, levou bilhões de dólares de prejuízos aos balanços das empresas. Basicamente, sob o ponto de vista meramente econômico, a gestão de risco da Samarco, um dos fundamentos da sustentabilidade empresarial, não foi eficaz. Portanto, sustentabilidade está na pauta como fator de competitividade econômica", analisa. Outro exemplo citado por Marcondes é o da "Moratória da Soja", que vigora nas áreas de fronteira agrícola dessa cultura e foi renovado sem prazo. O objetivo é mostrar aos compradores internacionais que a soja brasileira não vem de áreas de desmatamento ilegal. "A reputação de sustentabilidade criada com essa medida fortalece a presença do produto brasileiro nos mercados internacionais. Os jornais normalmente noticiam esses movimentos na economia, mas raramente se apercebem de que isso é, de fato, um movimento consistente em direção à sustentabilidade", alerta.

"A presença da sustentabilidade de forma mais transparente e explícita nos meios de comunicação vai ajudar a sociedade a se apropriar de forma mais eficaz do conceito e das práticas necessárias para o desenvolvimento sustentável regional, do Brasil e do planeta", finaliza o jornalista, que atualmente é diretor de redação do Portal Envolverde (www.envolverde.com.br).

Jornalista destaca importância do papel dos veículos de mídia e o envolvimento das equipes

4 e 5F - Especial

CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA

GESTÃO AMBIENTAL

'Seria um contrassenso um jornal que defende a causa da sustentabilidade, que publica matérias sobre o tema, que denuncia crimes ambientais, não adotar práticas sustentáveis'

A Gazeta sai na



Com a ajuda da equipe do Centro Sebrae de Sustentabilidade, Grupo Gazeta começou a desenhar a Gestão Ambiental Interna, que agora começa a ser colocada em prática

João Vieira

RITA COMINI
EDITORA DE SUPLEMENTOS

"**S**eria um contrassenso um jornal que defende a causa da sustentabilidade, que publica matérias sobre o tema, que denuncia crimes ambientais, não adotar práticas sustentáveis". É assim que o diretor de redação do jornal A Gazeta, Mauro Camargo, justifica a iniciativa do Grupo Gazeta de Comunicação em adotar a Gestão Ambiental Interna. Para ele, seria uma incoerência permanecer como antes. "Esta é uma atitude que não cabe mais no mundo moderno. A Gazeta, que sempre saiu na frente em tudo, puxa mais essa bandeira e novamente lidera um movimento inédito em veículos de comunicação de Mato Grosso, ainda raro mesmo nos grandes centros brasileiros".

Assim, todos os funcionários das empresas que compõem o Grupo Gazeta de Comunicação - jornal A Gazeta, Gazeta Digital, TV Record Canal 10, Rádio CBN Cuiabá, Gazeta FM, Gráfica Milenium - estão engajados com o compromisso de reduzir o consumo de insumos que impactam diretamente o meio ambiente.

Todos são responsáveis por reduzir os gastos com energia elétrica, água, papel, materiais de consumo, especialmente os poluentes como copos descartáveis, pilhas, tintas, solventes.

Essas medidas, muitas delas relacionadas apenas a mudanças de comportamento e de atitudes, resultam em economia não só de custos, mas principalmente de recursos naturais. Já há um consenso no grupo de que todos são responsáveis e que devem se comprometer com as mudanças. Mauro lembra que são pequenas atitudes que promovem as grandes transformações.

Com a ajuda da equipe de Sustentabilidade (CSS) para as empresas e insuavizar pelo caminho diferencial competitivo a desenhar a Gestão A começa a ser colocada efetiva, como parte da anos do jornal A Gazet segunda-feira (23).

Para melhor conduzir um comportamento mais sustentável, o Comitê Gestor, formado por voluntários que estão ajudando a manter todos os resultados das ações dessas pessoas é de fácil condução do processo seja de cada um e vá a pessoal visando a sustentabilidade.

Vários pontos foram essas novas atitudes e diz respeito à energia e todos fiquem de olho nas ações quando realmente condicionado também para apagar o calor ir pode ficar desligado. O ar condicionado e janelas "rouba" a temperatura do aparelho com o possível desligar o ar e horário habitual do ter uma economia de energia sem comprometer o bem-estar.

Como se trata de uma comunicação, em que os aparelhos são utilizados, a orientação é: "não deixar quando não estiver trabalhando desligar as máquinas na rua. Monitorar o gasto grande. Quando cerca de 12%.

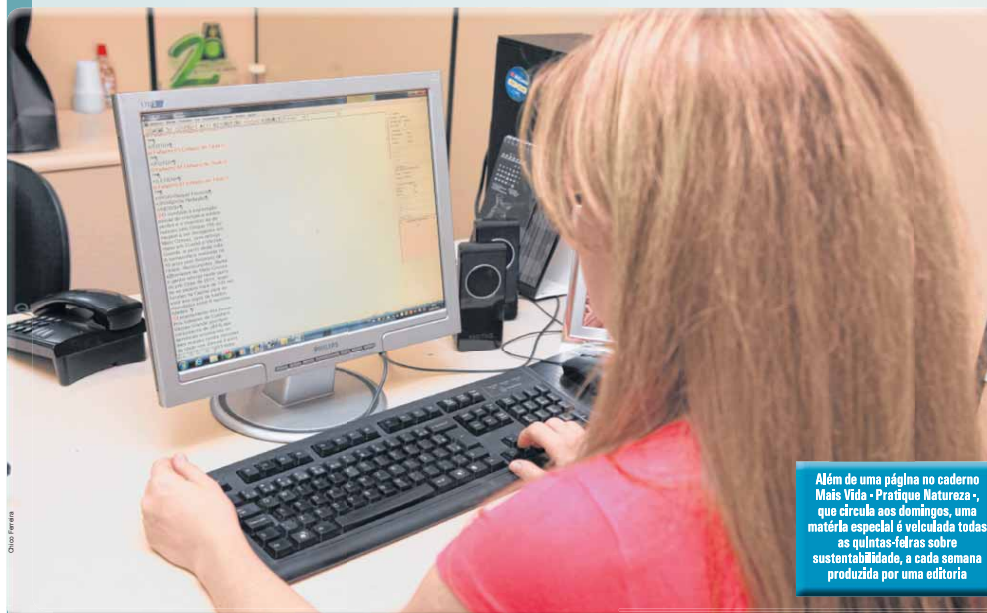
Mesmo com um processo informatizado, em algum documento na estritamente necessária, o funcionamento papel, energia elétrica.

Nos demais setores: administrativa, novos de impressão e de com

Movidos a c

Jornalistas são responsáveis por cada um, multiplicando. Certamente, vamos ter uma atitude: usar e especialmente para fazer. Outra orientação é feito sem desperdício,

Além de uma página no caderno Mais Vida - Pratique Natureza -, que circula aos domingos, uma matéria especial é veiculada todas as quintas-feiras sobre sustentabilidade, a cada semana produzida por uma editoria



Oliver Ferreira

23 de Maio de 2016

A GAZETA



frente outra vez

o jipe do Centro Sebrae de (), referência em todo o Sistema Sebrae e instituições que querem o da sustentabilidade como », o Grupo Gazeta começou ambiental Interna, que agora em prática de forma is comemorações dos 26 a, completados nessa

zir essa caminhada rumo a ais sustentável, foi criado mado por pessoas à frente do processo, os trilhos e a mensurar as propostas. O papel fundamental importância na , embora o compromisso lém da empresa, é um pacto entabilidade do Planeta. m elencados para estimular i serem adotadas. No que elétrica, a orientação é que as luzes, que só devem ficar nte for necessário. O ar deve ser ligado somente tenso, nos dias mais frescos ltra dica é não "combinar" la aberta. O calor externo i que foi conseguida através sumo de energia elétrica. É cerca de uma hora antes do mino do trabalho, isso gera ia em média 10% ao dia e m estar das pessoas. ma empresa de computadores e outros is de forma intensa, a re o computador ligado balhando". No caso dos jornalistas, é ao menos o monitor quando sair para apurar as tores ligados ou em standby by representam um desligados representam uma economia média de

ocesso produtivo do jornal sendo todo alguns momentos há a necessidade de imprimir edação e nesse caso vale a máxima: só imprima io e busque imediatamente o que foi impresso, o da impressão implica no consumo de tinta, e desgaste da própria máquina. s da empresa, especialmente na parte processos serão estudados visando a diminuição sumo de papel.

afé

xovidos a café. Ao longo do dia, são consumidos is de café e água. Imagine somar os copos usados ar pelos dias da semana, do mês, do ano. r montanhas de copos plásticos. Isso representa surdo que pode muito bem ser evitado com uma opo ou caneca individuais. Uma caneca foi criada zer a substituição. iz respeito ao consumo de água, o que deve ser uma vez que se trata de um bem precioso, que



custa caro para o bolso e para o Planeta.

A economia de água se estende também aos banheiros. Mesmo com torneiras temporizadas, é preciso estar atento a possíveis vazamentos e problemas dessa natureza para que sejam corrigidos o mais rápido possível. Papel toalha e papel higiênico também podem ser economizados, se cada um usar apenas o necessário. Eles custam caro para serem produzidos e também provocam impacto ambiental ao serem descartados.

Temática sempre presente

O jornal A Gazeta sempre deu à temática sustentabilidade o destaque que merece. Foi o primeiro jornal de Mato Grosso a ter um caderno específico sobre meio ambiente e, durante algum tempo, o único jornal brasileiro a ter um suplemento ambiental. Agora mantém, além de uma página no caderno Mais Vida - Pratique Natureza -, que circula aos domingos, uma matéria especial veiculada todas as quintas-feiras, a cada semana produzida por uma editoria. "Essa foi uma decisão editorial que tomamos para dar o máximo de visibilidade aos assuntos relacionados à sustentabilidade, em todas as esferas, abordando os mais variados temas envolvendo a questão. Assim, tratamos o assunto sob o viés econômico, social, político, comportamental, cultural, esportivo, nas diversas editorias do jornal. São matérias de denúncia, mas também de caminho educacionais, informativas, trazendo empreendimentos sustentáveis, boas iniciativas que possam servir de exemplo para a sociedade", explica Mauro Camargo.

Política da empresa

Além do engajamento e da participação de todos, há uma determinação da diretoria e a disposição de fazer investimentos em equipamentos ainda mais eficientes, ajustes na estrutura física para torná-la mais adequada do ponto de vista da sustentabilidade.

Há alguns anos, medidas rumo à sustentabilidade já vinham sendo implantadas na empresa, tais como uso de sensores para acendimento automático de luzes nos pontos de circulação, como corredores e escadas; a troca das lâmpadas fluorescentes por tecnologia de LED, mais econômicas e duráveis; a substituição das torneiras comuns por peças temporizadas; troca de tecnologia na produção das chapas de impressão por maquinário que utiliza água no lugar de solventes químicos; investimento em uma nova rotativa mais rápida e com ajustes de impressão mais eficientes, resultando num menor tempo de operação e, consequentemente, de consumo de energia, bem como menos descarte de papel jornal; destinação correta às sobras de papel e de jornais velhos.

Agora, há a decisão de aprofundar na questão e adotar outras medidas, mesmo que exijam investimentos. Caso da captação da água de chuva, que demanda obras de adequações da estrutura hoje existente; ou a adoção da energia solar como fonte geradora em substituição à energia elétrica, e ainda, buscar, quem sabe, uma certificação em sustentabilidade.

São projetos de futuro, de médio e longo prazo mas que precisam começar a ser planejados para que se tornem também uma realidade.

6F - Especial

CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2016

A GAZETA

PAPEL, TINTA E CHAPAS

De cerca de 12 horas, impressão passou para apenas **2 horas** com nova rotativa

A Gazeta utiliza papel de fibra virgem oriundo de fontes renováveis e fábrica possui certificado de gestão ambiental ISO 14001



Impressão mais sustentável



Opção da tinta ecologicamente testada e aprovada garante alto rendimento, qualidade das cores e, ao mesmo tempo, grande harmonia com papéis reciclados



Tecnologia utilizada na fabricação do jornal é a da chapa térmica à base de goma que, por sua vez, tem como componente principal a água

ELAYNE MENDES
DA REDAÇÃO

Uma das prioridades do jornal A Gazeta é imprimir suas edições sem degradar o meio ambiente ou prejudicar a saúde de seus leitores. Seguindo as inovações de mercado e de olho na sustentabilidade, os exemplares de A Gazeta são impressos em papel proveniente de plantações florestais de fornecedores certificados ou de fontes controladas, segundo procedimento do Conselho de Manejo Florestal (FSC). Além disso, a tinta utilizada em sua impressão é à base de água e pode ficar em contato com a pele humana ou até mesmo com o meio ambiente, que não causa nenhum tipo de dano ou risco. O maquinário de impressão é um dos mais novos do mercado, proporciona rapidez e grande economia de energia.

A cadeia produtiva do setor envolve atividades que dependem de energia elétrica, combustíveis, madeira, papel, tintas, chapas off-set e produtos químicos diversos, entre outros insumos. Os desafios nesse campo ainda são enormes, mas o jornal A Gazeta já começou a enfrentá-los.

Gerente industrial do jornal A Gazeta, Edvaldo Carneiro explica que o Grupo de Comunicação sempre se preocupou com a qualidade do material impresso, buscando as melhores tecnologias voltadas para a área, mas isso sempre com um olhar sustentável. "O papel utilizado na elaboração do jornal pode ter duas fontes, de reciclagem ou de fontes renováveis. No caso de A Gazeta, utilizamos papel de fibra virgem que é oriundo de fontes renováveis. A fábrica de onde adquirimos o papel possui o certificado de gestão ambiental ISO 14.001. Ela produz o papel de madeira de reflorestamento".

A fornecedora do papel também possui um processo de produção controlado de modo que as emissões gasosas estejam sempre dentro das taxas exigidas pela legislação ambiental. A empresa conta com uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) de alta eficiência com lançamento do efluente tratado ao Rio Jaguaraiava (PR) em um ponto anterior à captação.

Carneiro também ressalta que a tinta utilizada na impressão do jornal A Gazeta é à base de água. Suas composições são totalmente inofensivas, podendo ficar em contato direto com a pele e também com o meio ambiente que não causará nenhum prejuízo à saúde ou ambiental. "Sempre pensando no bem estar dos nossos clientes e com a não poluição do nosso sistema ecológico, A Gazeta segue os mais rigorosos padrões de qualidade de vida".

A opção da tinta ecologicamente testada e aprovada garante alto rendimento, qualidade das cores e, ao mesmo tempo, tem grande harmonia com todos os tipos de papéis reciclados.

Com a troca do maquinário de impressão, o Grupo tem tido um grande retorno em todas as áreas almeçadas. "Estamos tendo uma economia imensa de papel, tinta, energia e horas trabalhadas. Comprar a nova impressora foi uma das melhores decisões tomadas pelo Grupo", pontua Carneiro.

A agilidade e funcionalidade da rotativa são alguns dos fatores que colaboraram para que houvesse toda a economia mencionada pelo gerente industrial. Em termos de tecnologia, a impressora adquirida está entre as melhores do Brasil. "Antes demorávamos de 15 a 20 minutos para acertar um caderno, para depois começar a liberar para a distribuição para o leitor. Atualmente, gastamos segundos".

Quanto à energia elétrica, o gerente industrial conta que a produção diária do jornal passou de cerca de 12 horas para apenas duas horas. "Ou seja, economizamos energia e causamos um menor impacto ao meio ambiente, já que a exigência das usinas de geração de elétrica também reduz. Estamos tentando desempenhar o nosso papel da melhor maneira possível".

O novo maquinário possibilitou também a economia de cerca de uma carreta de papel por mês, o que resulta em 12 carretas por ano e corresponde a 300 toneladas de papel. "Uma economia orçamentária de quase R\$ 1,5 milhão por ano", explica Carneiro.

Com tantos avanços tecnológicos voltados para a impressão do jornal, com as chapas não poderia ser diferente. "Trocamos o maquinário e passamos por atualizações de software, constantemente, e isso também exige melhorias quanto às chapas. Nesse período, com a impressora nova, já fizemos duas migrações de tecnologia de chapas, motivadas pela sustentabilidade".

A chapa anterior, que era utilizada para a impressão do jornal, tinha um componente químico que apesar de não ser tão agressivo, ainda afetava o meio ambiente. "Hoje nos valem de uma tecnologia totalmente inofensiva. Tanto é que podemos descartar diretamente na rede de esgoto que não haverá nenhum tipo de contaminação. A Gazeta faz questão de levar o melhor material até seu leitor, mas nunca antes de pensar em seu bem estar".

A tecnologia utilizada na fabricação de A Gazeta é a da chapa térmica à base de goma que, por sua vez, tem como componente principal a água. Motivo pelo qual a saúde humana e a natureza não sofrem consequências negativas.



Gerente industrial explica que Grupo sempre se preocupou com qualidade do material impresso, buscando melhores tecnologias, com um olhar sustentável

7F - Especial

CURIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2016

A GAZETA

RECICLAGEM

Resíduos da produção possuem destino certo

Grupo Gazeta trabalha para que os insumos utilizados na produção dos jornais possam ser reaproveitados



Dá para reciclar - papéis de escritório, papelão, caixas em geral, jornais, revistas, livros, listas telefônicas, cadernos, papel cartão, cartolinas, embalagens longa-vida, listas telefônicas, livros

Não é reciclável - carbono, celofane, papel vegetal, termofax, papéis encerados ou plastificados, lenços de papel, guardanapos, fotografias, fitas ou etiquetas adesivas.



Vice-presidente Comercial do Grupo destaca que objetivo é continuar buscando novos parceiros nesta luta, sempre acreditando em uma mudança cultural



Proprietário da Via Verde destaca que parceria como a da Gazeta é muito importante para o crescimento da empresa e fortalecimento do setor de reciclagem

CLECI PAVLACK
SUBEDITORA EXECUTIVA

A cada dia o processo produtivo do jornal A Gazeta passa a ser mais sustentável do ponto de vista ambiental. Além de equipamentos sofisticados que são utilizados na impressão, eliminando completamente o uso de produtos químicos, tornando a operação mais rápida, econômica e sem nenhum problema para o meio ambiente, outra grande preocupação do Grupo Gazeta de Comunicação é o destino dos resíduos da produção dos mais de 27 mil exemplares diários do jornal que são distribuídos para os 141 municípios de Mato Grosso.

Segundo uma tendência adotada por grandes empresas do setor de comunicação e da indústria gráfica, o Grupo Gazeta trabalha para que os insumos utilizados na produção dos jornais, tais como chapas, filmes, sobras de papel e do jornal impresso, por sua vez, possam ser reaproveitados.

Em termos de cadeia produtiva, a sustentabilidade não se traduz apenas no respeito às leis. Mais do que isso, significa conhecer (e tornar transparente) a relação com os fornecedores, com os clientes e com a sociedade. Afinal, todo produto ou serviço exige insumos. "Queremos que a sustentabilidade não seja apenas um 'algo a mais', mas uma maneira diferente de trabalhar e oferecer aos clientes e leitores um produto diferenciado. A ideia é cada vez mais fazer nossa parte, sempre buscando novos parceiros nesta luta e acreditando em uma mudança cultural com relação a ações que contribuam para a preservação do meio ambiente", destaca o vice-presidente Comercial do Grupo Gazeta, Carlos Eduardo Dorileo Carvalho.

A destinação adequada dos jornais, que após a distribuição diária sobram nas bancas e nas centrais de distribuição no interior, é uma preocupação crescente. "Fazemos toda uma logística para o que não foi vendido retorne para a sede do Grupo Gazeta. Nossos parceiros, donos de bancas e equipes que fazem a distribuição nos municípios, nos ajudam neste processo. Aqui armazenamos o material para que seja feita o destino correto", diz o gerente administrativo do Grupo Gazeta, Olinto Pereira de Oliveira.

Ele explica ainda que além dos jornais, das chapas de impressão, restos de papel, tanto o que vem envolvendo, quanto o que sobra na troca das bobinas durante a impressão, recebem destino correto. "O grupo se preocupa com a preservação do ambiente e com o desenvolvimento sustentável. Sabemos que sustentabilidade vai além de fazer uma intensa cobertura jornalística sobre o tema. Ela é parte importante da própria gestão do negócio", reforça o diretor que faz a ponte com empresas interessadas no material reciclável.

PARCEIROS - A Via Verde Reciclagem é uma das empresas que faz parceria desde 2003 com o Grupo Gazeta recolhendo, mensalmente, cerca de duas toneladas de papel e papelão que são classificados, prensados e encaminhados para reutilização em indústrias nos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A empresa vende cerca 280 toneladas por mês.

De acordo com o proprietário da Via Verde, Mário Martello Júnior, a parceria como a da Gazeta é muito importante para o crescimento da empresa e também para o fortalecimento do setor que trabalha com reciclagem. "Quando iniciei o trabalho da minha empresa procurei o Grupo Gazeta e, desde então, trabalhamos juntos para poder fortalecer nossos negócios e também expandir em Mato Grosso a importância da sustentabilidade para preservação do meio ambiente".

8F - Especial

CURIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2016

A GAZETA

Marcos Camargo/Agência Brasil

ECONOMIA E EFICIÊNCIA



A economia média de energia é de **12%** quando desligamos o monitor do computador



Desde setembro de 2015, lâmpadas fluorescentes estão sendo substituídas pelas LEDs

Simple attitudes and excellent results

VINÍCIUS BRUNO
DA REDAÇÃO

A tuar no mundo dos negócios com sustentabilidade é a tendência mundial de todas as empresas que encaram com seriedade a questão ambiental e social. O jornal A Gazeta vem adotando medidas eficientes neste sentido e, desde setembro de 2015, vem empreendendo a troca das lâmpadas fluorescentes por LED. O uso da tecnologia a favor de melhor aproveitamento da energia elétrica é uma ação que favorece todos os aspectos e revela uma reposição econômica.

Desde que começou o projeto de renovação do sistema de iluminação do Grupo Gazeta de Comunicação já foram trocadas 70% das lâmpadas, para o qual foram investidos R\$ 22 mil. Gerente administrativo do Grupo, Olinto Júnior explica que a troca das lâmpadas leva em consideração os locais onde se precisa de luz em tempo integral durante o dia, como é o caso da redação do jornal A Gazeta, que começa a operar às 7h da manhã e muitas vezes encerra o expediente por volta das 22h.

"Energia sempre foi um dos maiores custos para as indústrias e empresas. Há alguns anos nos atentamos sobre isso. Inicialmente, colocamos interruptores temporizados, fotocélulas de presença e, em 2013, fizemos um estudo de eficiência energética junto à distribuidora de energia da época e uma das sugestões para redução, além desses interruptores, foi trocar as lâmpadas por LED. Mas ainda eram muito caras. Logo que os custos de energia aumentaram muito em 2015 começamos no segundo semestre a troca por LED".

Olinto Júnior pondera que a mudança já significou uma redução de 1,5% na conta de energia, ou cerca de R\$ 1,8 mil mensal. O



Gerente administrativo destaca que a troca das lâmpadas já significou redução de 1,5% na conta de energia, ou cerca de R\$ 1,8 mil mensal

Grupo Gazeta gasta, em média, R\$ 120 mil com energia elétrica, volume justificável pela operação do parque gráfico, que consome boa parte dos 174 mil kWh mensais.

Do total consumido de energia elétrica, a iluminação corresponde por 5,30%, conforme revelou um estudo de eficiência energética realizado pelo Grupo Gazeta de Comunicação para planejar as medidas eficientes que vem sendo tomadas para uma melhor atuação da empresa em meio aos desafios ambientais e econômicos.

As vantagens das lâmpadas de LED são evidentemente superiores às fluorescentes. A principal delas é a durabilidade. Olinto Júnior explica que quando o Grupo Gazeta usava as lâmpadas "frias" a durabilidade era entre seis meses e dois anos, dependendo da marca e quantidade de uso. A cada troca eram desembolsados R\$ 36 por lâmpada. "Isso ocorria porque haviam reatores que queimavam com facilidade. Já as lâmpadas LED não possuem estes reatores, neste caso já é uma economia e duram 30 mil horas enquanto as

fluorescentes duram em média oito mil horas, uma diferença de 22 mil horas".

Em vida útil, as lâmpadas LED possuem 14 anos de duração, ou seja, as que foram trocadas nos 26 anos de A Gazeta só serão repostas quando o jornal completar 40 anos.

Com medidas eficientes como esta é possível evitar a contaminação do solo, descarte de alumínio, aço, ou de estruturas que podem ser recicladas, menor emissão de raios infravermelho e ultravioleta, ausência da geração de calor, o que colabora para reduzir o consumo de ar condicionado. Como enfatiza o engenheiro eletricista, Ivo Dorileo, "A lâmpada LED é uma evolução da lâmpada elétrica. Uma dentre tantas vantagens é o fato de não utilizar o filamento aquecido, o que garante maior economia de energia".

Outra diferença entre as lâmpadas LED com as fluorescentes é a tecnologia sólida, que de acordo com o professor Ivo se difere das lâmpadas antigas que utilizava gases tóxicos e agressivos para o meio ambiente. "Outra vantagem é o fato das LEDs possuírem 70% a mais de teor de luminosidade que as lâmpadas comuns, tornando-as mais adequadas para serem utilizadas em qualquer ambiente, o que é vantajoso para a redação do jornal", exemplifica.

DICAS PARA ECONOMIZAR ENERGIA

Trocar as lâmpadas é um bom começo para a economia de energia, mas não é tudo. O uso eficiente também depende do consumidor. O desafio é grande quando se trata da coletividade, já que necessidades diversas ou gostos podem se divergir na hora de um consenso. Contudo, as medidas mais concretas são aquelas praticadas diariamente, como apagar as luzes quando não há necessidade, retirar os equipamentos da tomada quando não estão sendo utilizados e aproveitar o máximo possível a iluminação natural.



Funcionários também são orientados a outras atitudes simples, como apagar as luzes quando não estiverem no ambiente, desligar ar condicionado e telas dos computadores

9F - Especial

CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2016

A GAZETA

DESPERDÍCIO ZERO



Campanha deixa lixo cada vez mais vazio

TANIA RAUBER
DA REDAÇÃO

A cabar com a fome e a pobreza no mundo é uma das metas de desenvolvimento sustentável proposta pelas Nações Unidas (ONU) para os próximos 15 anos. Hoje, estima-se que três bilhões de pessoas vivam com menos de 2,5 dólares por dia. Muitas delas com apenas metade deste valor. Em todo o planeta, dois bilhões de habitantes são considerados desnutridos. E enquanto muitos ainda passam fome, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são jogadas fora anualmente, em todas as etapas da cadeia produtiva, o que corresponde a um terço da produção mundial.

No Brasil, o desperdício também é grande. Todos os dias, cerca de 39 mil toneladas de alimentos são jogadas no lixo. Comida que pode faltar no prato de alguém. Por este motivo, a responsabilidade com a erradicação da fome passa por cada um de nós.

Este apelo foi feito pelo ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2007, pesquisador da Universidade de Ohio, Rattan Lal, durante uma série de eventos em Mato Grosso. Lal defende a redução das perdas, tanto no processo de produção quanto distribuição e consumo dos alimentos, como uma das estratégias para acabar com a fome no mundo. "Dez milhões de

pessoas no mundo não têm comida suficiente para comer. Nós temos capacidade para alimentar estas pessoas. O problema é que o alimento não chega a todos. Uma grande parte dele é desperdiçada".

Assumindo sua responsabilidade, o Grupo Gazeta de Comunicação lançou uma campanha para acabar com o desperdício de alimentos no restaurante da empresa, onde almoça, diariamente, em média, 90 pessoas. Além de mensagens informativas no local das refeições, os colaboradores participaram de palestra sobre o assunto e também receberam orientação nutricional.

Nutricionista Laura Guimarães lembra que era comum ver no lixo grandes quantidades de arroz, verdura e até carne. Com a iniciativa, o volume de alimento servido por dia caiu significativamente. "Reduzimos muito a quantidade de arroz, macarrão e farofa que era feita. Isso significa que as pessoas estão cuidando mais do que e quanto colocam no prato".

Além do impacto social e ambiental, já que a crescente demanda por alimentos exige expansão da atividade agropecuária, o excesso do que vai ao prato também é um problema de saúde. "Oferecemos um cardápio bem balanceado, com legumes, verduras, carnes e carboidrato. Mas quem escolhe o que vai no prato é cada pessoa.



Diariamente, cerca de
90 pessoas almoçam no
restaurante de A Gazeta

Há 10 anos no comando da
cozinha, Caetana afirma que
tudo é feito sob medida e só
vai fora o que não pode ser
aproveitado



Assumindo sua responsabilidade social, Grupo Gazeta lança campanha para acabar com desperdício de alimentos no restaurante da empresa e funcionários iniciam mudança



Campanha também motivou
a funcionária Elizângela
Carvalho a evitar
desperdícios em casa

Por isso realizamos um trabalho de orientação. Desta forma, todos são beneficiados. A empresa com menos desperdícios e, consequentemente gastos, e os funcionários com mais saúde".

Há 10 anos no comando da cozinha, Caetana Conceição dos Santos comemora ao ver o lixo cada vez mais vazio após o fechamento do refeitório. "Percebo que o volume de comida jogado no lixo caiu pela metade. Algumas pessoas ainda servem mais do que conseguem comer, mas acreditamos que vamos conseguir zerar o que vai para o lixo".

Para ela, são hábitos simples que fazem a diferença. "Nós servimos, em média, dez tipos de comida e salada todo dia. Se a pessoa for comer de tudo, vai sobrar no final. Ela precisa selecionar o que quer comer e não exagerar na quantidade. Se ela quiser mais, é só repetir depois. Não precisa colocar de tudo no prato. Ainda vemos muita carne e arroz no lixo".

E são estes pequenos cuidados que Caetana também toma no preparo da comida. Tudo é feito sob medida e só vai fora o que não pode ser aproveitado. "Tudo que pode é aproveitado. Dá muito dó quando vemos alimentos sendo jogados fora porque sabemos que há pessoas que não têm isso para comer".

A campanha também motivou a funcionária Elizângela Carvalho, 41, a evitar desperdícios em casa. Ela lembra que os excessos nas

panelas e também nos pratos resultavam em sobras quase todos os dias. "Sempre ia comida para o lixo. Então, percebemos que poderíamos reduzir a quantidade, tomar mais cuidado e ainda reduzir a conta do supermercado".

Hoje, a quantidade de alimentos que a família joga no lixo é bem menor. "É importante esta orientação para que as pessoas tenham consciência. Temos que aprender a colocar no prato somente o que vamos comer. Cada um sabe o quanto come. Hoje, assim como eu, meu marido e meu filho também têm consciência e fazem a parte deles".

Motorista Hildebrando Cosme Carvalho, 59, também leva este assunto muito a sério. Nas muitas reportagens em que acompanhou fotógrafos e repórteres, ele conheceu histórias de pais que lamentavam não ter nada para dar de comer aos filhos. "Não dá para fechar os olhos para isso e fazer de conta que não tenho nada com isso. É minha responsabilidade também".

Este sentimento de responsabilidade é, na opinião dele, por muitas pessoas. "Algumas pessoas não têm este cuidado com o desperdício porque podem comer a vontade. Pensam que a responsabilidade é de quem paga a conta. Não enxergam que nós estamos pagando a conta e que um dia esse alimento pode faltar para nós também. Todos somos responsáveis".

10F - Especial

CUIABÁ, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2016

A GAZETA

ENERGIA SOLAR

Diretor do Grupo Gazeta de Comunicação, João Dorileo Leal destaca que iniciativa poderá servir de exemplo para toda a sociedade

Há oito meses iniciaram os estudos para implantação do projeto que vai impactar nas questões econômica e ambiental



Grupo prepara próximo passo

RAQUEL FERREIRA
DA REDAÇÃO

A preocupação em preservar o meio ambiente e a possibilidade de economizar impulsionam o projeto de implantação da captação, transformação e uso da energia solar pelo Grupo Gazeta de Comunicação. Há oito meses são feitos estudos e análises sobre o assunto, como forma de aprimorar a ideia que será colocada em prática o mais rápido possível. Diretor do Grupo Gazeta de Comunicação, João Dorileo Leal destaca que vivemos um momento em que a reflexão sobre o que acontece ao redor é importante. Lembra que rotineiramente usamos e abusamos do meio ambiente, esquecendo que os cuidados são necessários para a nossa própria sobrevivência.

"Vamos maltratando o meio ambiente e não percebemos que dependemos dele para tudo. Raramente paramos para refletir sobre isso. Quando paramos para pensar, percebemos que cada um tem que dar a sua contribuição para o lugar usados por nós. O projeto de uso da energia solar é uma das contribuições do Grupo Gazeta com a natureza".

A Agência Internacional de Energia classifica a energia solar como uma fonte inesgotável, limpa e sustentável, que oferece enormes benefícios a longo prazo. Segundo estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até 2020, 1,2 milhões de consumidores passarão a produzir a própria energia no Brasil. A projeção da Consultoria Especializada Bloomberg New Energy Finance (BNEF) é que até 2040, 1/3 da capacidade de geração de energias renováveis no país será solar fotovoltaica, que corresponde a seis usinas Itaipu em funcionamento. Já o Plano Nacional de Energia (PNE) estima que 13% do consumo residencial de eletricidade serão fornecidos por painéis solares instalados nos telhados até 2050.

E o Grupo Gazeta de Comunicação tem todo interesse em fazer parte dessa estatística positiva, dando ainda exemplo sobre como ajudar o meio ambiente. "Quando o Grupo Gazeta dá um passo como esse, ele dá ainda exemplo para toda a sociedade e envolve os seus funcionários nesse processo de reflexão e cuidado com o meio ambiente. Cada um pode fazer um pouquinho e se transformar em um bom exemplo a ser seguido. O agricultor pode preservar as matas ciliares, por exemplo, assim como cada cidadão poderia plantar uma árvore. Se cada um fizesse isso, somente em Cuiabá e Várzea Grande teríamos um milhão de novas árvores", destaca Dorileo.

Atualmente, a empresa desembolsa cerca de R\$ 1,5 milhão, por ano, para arcar com os custos do uso da energia tradicional. O produto é responsável por manter em funcionamento 24 horas por dia todas as empresas que compõem o Grupo: jornal A

Gazeta, Rede Record/Canal 10, Rádio Gazeta FM e CBN.

Diante dessa grandiosidade e importância da energia elétrica para garantia da atividade dos veículos de comunicação, Dorileo lembra que o projeto para implantação de energia solar é complexo e demanda muito cuidado e critério. "Começamos a estudar o assunto, que ainda é novo. Precisamos ter muito cuidado, é um projeto muito grande e precisamos ter uma segurança de que dará tudo certo. Não podemos correr o risco de fazer um investimento alto, como o exigido para a implantação, e não atender o que precisamos".

Dorileo explica que o investimento inicial é muito alto e as linhas de crédito voltadas à implantação da captação e uso da energia solar são novas. Com a abertura desse crédito, a adesão ao modelo será mais fácil.

Envolvido no projeto, o gerente administrativo do Grupo Gazeta, Olinto Oliveira Júnior frisa que apesar do alto investimento, o retorno econômico começa a surgir efeito em um prazo de cinco anos, tempo considerado relativamente curto.

Ele relata que já havia elaborado um projeto, que agora ganha elementos novos após a participação em um curso específico sobre o assunto. "O curso aprofundou bastante no assunto e me possibilitou incluir tópicos importantes ao projeto, como a legislação a ser cumprida e critérios importantes na escolha dos equipamentos".

Visitas a empresas que já adotaram projetos semelhantes estão sendo feitas, bem como pesquisas sobre as fornecedoras dos equipamentos.

HISTÓRIA - O efeito fotovoltaico foi observado pela primeira vez em 1839 pelo físico francês Alexandre Edmond Becquerel, porém foi o físico alemão Heinrich Rudolf Hertz que confirmou o efeito fotoelétrico. Em 1883, ele descobriu a produção e propagação das ondas eletromagnéticas e formas de controlar a frequência das ondas produzidas. Em 1905, Albert Einstein explicou o efeito fotoelétrico.

Após 48 anos, em 1953, começa a história da primeira célula solar com os experimentos do físico químico norte-americano Calvin Fuller, em Nova Jersey (EUA). A atividade contou com a participação do físico Gerald Pearson e do engenheiro Daryl Chapin. No dia 25 de abril de 1954, a primeira célula solar foi apresentada na reunião anual da National Academy of Sciences em Washington e anunciada à imprensa.

Na época, o jornal New York Times apontou que a primeira "pilha solar" marcava o princípio de uma nova era, que levaria à realização de um dos sonhos da humanidade: a captação de energia solar sem limites para o bem-estar da civilização. A publicação estava certa e caminhamos para essa realidade.



Diante da importância da energia elétrica para os veículos de comunicação, novo projeto é considerado complexo e demanda muito cuidado e critério

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço o Senador José Medeiros.

Senador, estava aqui ouvindo atenciosamente o seu pronunciamento, quero apenas fazer uma observação: o afastamento da Presidenta Dilma se deu por uma maioria ocasional formada nesta Casa. E, de fato, temos resistido muito, porque entendemos que não há base constitucional nem legal para tirá-la. Por isso, temos dito que é um golpe, e, depois disso, pelo programa estipulado agora pela equipe econômica.

A gente ouviu muito dizer que, nos 13 anos de poder, a esquerda se mostrou incompetente, mas a direita precisou só de duas semanas, para se mostrar incompetente. Não é possível, um Governo, como o do Vice-Presidente Michel Temer, interino, esse Governo que nós achamos golpista, excluir as mulheres do poder; excluir os negros; receber, no Ministério da Educação Alexandre Frota, que é um estimulador de estupro, que é isso que temos visto nas redes, e ele fez declarações a esse respeito; aumentar um déficit de R\$96 bilhões para R\$170 bilhões; lançar um programa que vai retirar dinheiro da educação, da saúde, da assistência social; suspender o Minha Casa, Minha Vida; e deixar claro que fizeram o *impeachment* para barrar a Lava Jato. Não há como a gente não avaliar que este Governo não é um Governo de golpe.

E, com todo o respeito, a equipe econômica que está aí é uma equipe econômica voltada para o Sistema Financeiro Nacional.

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É uma equipe voltada para o Sistema Financeiro Nacional. Não há outro propósito, a não ser esse.

Eu sou Presidente da CAE. Nós vamos ter a sabatina do Sr. Ilan Goldfajn, que é o indicado para o Banco Central nesta semana. O relatório será apresentado na terça-feira, e, na quarta-feira, nós devemos ter uma audiência, uma sessão extraordinária.

Discordo veementemente dessa política, mas como Presidente da CAE, vamos garantir que isso seja feito. Agora, é lamentável, porque nós vamos ter na Presidência do Banco Central um banqueiro, porque o Sr. Ilan não é só Economista-Chefe do Itaú Unibanco; é também o dono, ele é um dos sócios. Nós, na nossa legislação, determinamos que tem que haver quarentena de saída. E não haverá quarentena de entrada?

No que vai se transformar o Banco Central? Na associação, no sindicato dos bancos brasileiros? Preocupa-me muito isso, porque não é verdade que essa equipe econômica tenha visão para a maioria do povo trabalhador. Não tem, porque se tivesse, não estaria apostando contra os direitos trabalhistas; em colocar o negociado sobre o legislado; não estaria apostando em desvincular o salário mínimo da Previdência; em colocar como limite de gastos a inflação.

Então, é claro que a prioridade desta equipe não é a maioria do povo brasileiro, a maioria pobre do povo brasileiro – desculpe-me, não é! É, sim, o sistema financeiro, o nacional e o internacional. Por isso, reafirmamos tanto aqui que este é um Governo golpista, porque está mudando o programa eleito nas urnas de 2014 e porque está mudando a orientação, o que determinou a Constituição Federal de 1988.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Permita-me só fazer o contraponto, Senadora Gleisi Hoffmann: essa defesa não assiste melhor sorte ao Partido dos Trabalhadores, porque os bancos nunca ganharam tanto quanto no Governo deste Partido. E, com relação ao programa, oito dias depois de a Presidente Dilma ter assumido o novo mandato, já não havia programa nenhum. A grande verdade é que o que se está fazendo neste momento é que, no meio do naufrágio, está-se tentando tampar os buracos do navio para continuar.

Não há como cobrar do Governo de menos de duas semanas qualquer alinhamento com aquele programa que o João Santana vendeu, porque aquilo lá nem a Presidente Dilma conseguiu cumprir. Ela, realmente, vendeu um sonho, um eldorado. Confesso a V. Exª que assisti a um programa do PT uma vez e brinquei, eu estava na oposição e falei: “Olhe, desligue essa TV, senão vou votar na Presidente Dilma!” Porque, realmente, o programa era extraordinário, lindo e maravilhoso.

As pessoas culpam, por exemplo, os nordestinos – e, aqui, deixe-me fazer uma defesa aos nordestinos –, que teriam sido os culpados por a Presidente Dilma ter ganhado. Não! Não havia quem se defendesse daquele programa, não. Era uma competência tremenda.

Venderam um eldorado, e a Presidente Dilma não conseguiu. Por isso, teve que fazer os ajustes, porque ela não estava em condições de cumprir aquele programa. Então, não dá para cobrar também do Presidente Michel Temer esta concordância com o programa que foi vendido.

Penso que, neste momento, estamos numa situação tão difícil que precisamos encontrar saída. Não vejo que exista esta demonização e esta coisa contra a pobreza. Não existe governo que suba ali, levante de manhã e fale: “Olhe, hoje, vou judiar do pobre! Hoje, vou acabar com a pobreza!” Não há.

Todo mundo quer fazer o correto. Tanto é que o ex-Presidente Lula defendia a vinda do Henrique Meirelles, como uma tábua de salvação para a economia. Quem resistiu a isso foi a Presidente afastada, Dilma Rousseff.

Agora, em relação ao discurso do golpe, não vou fazer nenhum contraponto mais, porque já entendi que é uma peça publicitária, é um discurso forte. E vocês não vão deixar de dizer isso. Cabe a nós dizermos: "Olhe, não existe golpe. Quem quiser investir no Brasil venha, porque aqui temos um ambiente negocial que está com a segurança jurídica tranquila, com o STF funcionando, o Parlamento funcionando e, inclusive, com os que dizem que existe golpe trabalhando, lado a lado, sem conflito algum, junto com os que são chamados de golpistas. Então, podem vir investir no Brasil, está supertranquilo." E, parafraseando a música, no Brasil, tudo está tranquilo, está favorável.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O barco da verdade balança, mas não afunda, Senador José Medeiros. O tempo vai mostrar...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... exatamente o que estamos falando aqui, inclusive do desmonte do Estado de Bem-Estar Social do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente sessão. Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 15 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União**SENADO FEDERAL****AVISO Nº 26, de 2016**

(Nº 419/2016, NA ORIGEM)

(DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO)

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Acórdão nº 1071/2016 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), para conhecimento, em especial quanto ao contido nos itens 9.2 e 9.6.2 da mencionada Deliberação, prolatada pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão de 4/5/2016, ao apreciar o processo nº TC-011.846/2015-1, referente ao Relatório de Levantamento decorrente do Acórdão nº 3563/2014-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, que versou sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Jogos Rio 2016).

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita em azul de Raimundo Carreiro.

RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Recebido em 25/5/16
Hora 19h16
(11/11/2016)

| |
|-----------------------|
| Senado Federal |
| Protocolo Legislativo |
| AVS nº 26, 2016 |
| Fls. 01 R |



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

ACÓRDÃO Nº 1071 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 011.846/2015-1.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Acompanhamento (Levantamento de auditoria).
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidades: Ministério do Esporte, Autoridade Pública Olímpica (APO), Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (Comitê Rio-2016), Receita Federal do Brasil (RFB).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao relatório de levantamento de natureza operacional realizado em decorrência de determinação exarada no subitem 9.2 do Acórdão 3.563/2014-TCU-Plenário, que versou sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Jogos Rio 2016),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar à Casa Civil, considerando sua competência quanto à coordenação e à integração das ações do Governo, com fulcro no art. 2º da Lei 10.683/2003, que em conjunto com o Ministérios da Fazenda e do Esporte, na qualidade de coordenador do Geolimpiadas, conforme arts. 3º e 4º do Decreto não numerado de 13/9/2015, e de órgão responsável pela consecução do Objetivo 0687 e pela entrega da iniciativa 02LQ, dispostos no PPA 2012-2015, relativos aos Jogos Rio 2016, definam os responsáveis, no âmbito do Poder Executivo, para a elaboração das prestações de contas mencionadas no art. 29 da Lei 12.780/2013 e em seu parágrafo único, no prazo de 30 dias (item III.3);

9.2. determinar ao Ministério do Esporte e ao Ministério da Fazenda que, em conjunto, encaminhem ao Congresso Nacional, no prazo de 45 dias, as prestações de contas parciais previstas no parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013, relativas à renúncia de receita e ao aumento de arrecadação que possam ser atribuídos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referentes aos anos de 2013 a 2015, e encaminhem também as prestações de contas parciais posteriores a esse período com base na mesma fundamentação legal, até que haja a definição do órgão ou setor responsável por essa atribuição no âmbito do Poder Executivo (item III.5);

9.3. determinar ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Fazenda e à Controladoria Geral da União que, em conjunto, no prazo de 45 dias, disponibilizem, no Portal da Transparência, as informações sobre as habilitações às medidas fiscais da Lei 12.780/2013, disponíveis no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/acoes-e-programas/grandes-eventos/legislacao-aplicavel-aos-grandes-eventos>), tendo em vista a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a transparência referente aos Jogos Rio 2016 e as disposições do art. 2º do Decreto 7.033/2009 e do art. 12 da Portaria CGU 572/2010 (itens III.2 e III.5);

9.4. determinar ao Ministério do Esporte que atualize as informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) sobre os financiamentos extraorçamentários dos Jogos Rio 2016, conforme dispõe o § 2º do art. 3º da Portaria MP 16/2013, no prazo de 45 dias, e mantenha a atualização anual dessas informações (item III.2);

9.5. determinar ao Comitê Olímpico Internacional (COI), ao Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) e ao Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (RIO 2016), com base no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal – que trata do dever de prestar contas de qualquer pessoa

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 011.846/2015-1

física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos ou pelos quais a União responda –, que publiquem em seus respectivos endereços eletrônicos os extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013, conforme previsto no § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013 e no art. 34 do Decreto 8.463/2015 (item III.5);

9.6. dar ciência, com base no art. 7º da Resolução TCU 265/2014;

9.6.1 à Casa Civil, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria Geral da União, todos integrantes do Geolimpíadas, que não houve coordenação no âmbito federal, por parte do Geolimpíadas, quando da institucionalização das medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013, em desacordo com o Decreto não numerado de 13/9/2012, que definia o citado comitê como instância coordenadora das atividades do Governo Federal financiadas com recursos da União, inclusive mediante incentivos fiscais (item III.3);

9.6.2. à Casa Civil, ao Congresso Nacional, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e à Controladoria Geral da União, tendo em vista serem integrantes do Geolimpíadas, acerca do descumprimento, referente aos exercícios de 2013 a 2015, do parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013, que determina o envio ao Congresso Nacional das prestações de contas parciais sobre o montante da renúncia fiscal e da arrecadação relacionadas aos Jogos Rio 2016 (item III.5);

9.6.3. ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão acerca do descumprimento do § 2º do art. 3º da Portaria MP 16/2013, referente à não disponibilização de informações sobre as renúncias associadas às olimpíadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), embora ela se enquadre na categoria de financiamento extraorçamentário dos Jogos Rio 2016, cujas iniciativas deverão ser tratadas em campo de preenchimento específico nesse sistema (item III.2);

9.6.4 à Autoridade Pública Olímpica sobre o descumprimento do § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013 e do art. 34 do Decreto 8.463/2015, que determina ao Comitê Olímpico Internacional (COI), ao Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) e ao Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (RIO 2016) a publicação nos respectivos endereços eletrônicos dos extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013 (item III.5);

9.7. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o integram à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, à Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Secretaria Geral de Controle Externo;

9.8. determinar à Semag que monitore as deliberações acima;

10. Ata nº 15/2016 – Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2016 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1071-15/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

AUGUSTO NARDES

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 011.846/2015-1.

Natureza: Levantamento.

Entidades: Ministério do Esporte, Autoridade Pública Olímpica (APO), Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (Comitê Rio-2016), Receita Federal do Brasil (RFB).

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Representação Legal: não há.

SUMÁRIO: LEVANTAMENTO. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS PARA OS JOGOS RIO-2016. FALHA NA COORDENAÇÃO DOS GRUPO EXECUTIVO DOS JOGOS RIO-2016 (GEOLIMPIADAS). AUSÊNCIA DE DEFINIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS DESSES RECURSOS. RECOMENDAÇÕES. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Transcrevo a seguir, com ajustes de forma, o relatório de levantamento (peça 18) elaborado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) e aprovado de maneira uniforme pelos dirigentes daquela unidade técnica (peças 53 e 54):

“RESUMO

O presente levantamento de natureza operacional decorreu de determinação exarada no item 9.2 do Acórdão 3.563/2014-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC 032.777/2014-0, e teve por objeto a Lei 12.780/2013, que instituiu medidas tributárias aplicáveis às operações diretamente relacionadas à organização ou à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Jogos Rio 2016).

O objetivo do trabalho foi investigar a estrutura de governança, atribuição de responsabilidade e os controles internos da aludida lei. Para tanto, com base no Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas do TCU (RGP), foram formuladas cinco questões de auditoria, a fim de se analisar os seguintes componentes de governança: institucionalização; planos e objetivos; coordenação e coerência; gestão de riscos e controles internos; e accountability.

O volume de recursos fiscalizados correspondeu ao montante de R\$ 3,8 bilhões para o período de 2013 a 2017, segundo estimativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Esses recursos se referem à renúncia tributária decorrente da Lei 12.780/2013, doravante denominada ‘renúncia olímpica’, seguindo nomenclatura utilizada pela RFB no Demonstrativo dos Gastos Tributários (DGT).

Mesmo não se tratando da análise de uma política pública propriamente dita, mas sim de uma parte do esforço necessário para sua consecução, a renúncia relacionada às olimpíadas propiciou um estudo relevante, uma vez que foi possível identificar se os elementos necessários à boa governança encontravam-se presentes em sua concepção, implementação, operacionalização e controle.

Com esse intuito, a equipe de auditoria encaminhou ofícios de requisição à Autoridade Pública Olímpica (APO), à Secretaria da Receita Federal do Brasil e aos Ministérios do Esporte (ME), Fazenda (MF) e Trabalho e Emprego (MTE), solicitando documentos e informações necessários para análise da matéria, bem como realizou reuniões com representantes dos três primeiros. Assim, os procedimentos de auditoria se basearam no exame da legislação e de estudos sobre o tema, bem como na análise das respostas às diligências e do conteúdo das reuniões.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

Preliminarmente, cumpre ressaltar que as medidas tributárias dispostas na Lei 12.780/2013 são a materialização de uma, entre várias, das garantias dadas pelo Governo Federal ao Comitê Olímpico Internacional (COI), no que se refere ao cumprimento da exigência de isenção de tributação federal na entrada, saída e circulação de bens e serviços destinados à organização e à realização dos Jogos, alcançando as federações e comitês desportivos, empresas vinculadas ao COI, fornecedores de bens e serviços, mídia e transmissores credenciados. Tais medidas serão aplicadas aos fatos geradores ocorridos entre 1º/1/2013 e 31/12/2017.

Em relação ao primeiro componente, verifica-se a institucionalização de ambientes de coordenação, com a devida formalização da APO (interfederativa) e do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Geolimpiadas) (âmbito federal), bem assim da própria renúncia olímpica, por meio da Lei 12.780/2013, do Decreto 8.463/2015 e da IN RFB 1.335/2013, com definição de atribuições e responsabilidades. Porém, não restou claro quais órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal seriam os responsáveis pela prestação de contas exigida no art. 29 da aludida lei e pelo fornecimento de informações à Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a renúncia olímpica, conforme determinado no Decreto 7.033/2009 e na Portaria CGU 572/2010.

Acerca do elemento planos e objetivos, constata-se que a política pública relacionada aos Jogos Rio 2016 foi considerada no planejamento de médio prazo do governo federal, por meio do Objetivo 0687 e da Iniciativa 02LQ inscritos no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Por sua vez, a renúncia olímpica constou no planejamento do evento, pois, inclusive, tratava-se de obrigação formal assumida pelo Brasil. Contudo, não se identificou o link entre o planejamento governamental e a instituição da renúncia de receita, em virtude da ausência de qualquer dado sobre o benefício tributário no PPA, assim como no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), em que pese haver determinação da Portaria MP 16/2013 para inserção de dados relacionados ao financiamento extraorçamentário de iniciativas.

Sobre o elemento coordenação e coerência, destaca-se que o Geolimpiadas não exerceu seu papel de coordenador, no que tange à implementação da Lei 12.780/2013, mesmo havendo disposição expressa no Decreto não numerado de 13/9/2012. Considerando que a fixação de responsabilidades é uma das importantes dimensões da coordenação, é possível que essa lacuna tenha colaborado para a não definição dos responsáveis por elaborar as prestações de contas pertinentes. Essa indefinição foi reconhecida pelo Ministério da Fazenda e será levada para discussão no âmbito do referido grupo.

Quanto ao elemento gestão de riscos e controles internos, tem-se que a renúncia olímpica dispensa gestão específica. Dessa forma, estando a atuação da administração vinculada basicamente à sistemática de habilitação e ao acompanhamento dos valores previstos e estimados da renúncia, procedimentos que são realizados pela RFB, os controles constantes da legislação e os instrumentos de mitigação de risco relatados pela RFB aparentam ser adequados e razoáveis.

Entretanto, observou-se que um desses instrumentos não está em operação, pois, em consulta aos sites do COI, do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) e do Comitê Organizador do Jogos Olímpicos Rio 2016 (RIO 2016), não foi localizada a publicação dos extratos dos contratos firmados com os habilitados, nem há menção à possibilidade de consulta física aos instrumentos, apesar da previsão legal para tal.

Finalmente, no componente accountability, apurou-se o descumprimento da previsão do parágrafo único do art. 29 da aludida Lei, uma vez que não foram encaminhadas as prestações de contas parciais ao Congresso Nacional, anos de 2013 a 2015, relativas à renúncia de receita e ao aumento de arrecadação que possam ser atribuídos aos Jogos. Outrossim, houve desrespeito ao disposto no art. 2º do Decreto 7.033/2009 e no art. 12 da Portaria CGU 572/2010, pois as informações sobre incentivos fiscais, subsídios e subvenções alusivas aos Jogos Rio 2016 não estão sendo encaminhadas à CGU e tampouco publicadas no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

Ressalta-se que a coordenação é uma das questões chaves e deve ser considerada em todas as fases da política ou programa governamental. Provavelmente todas as fragilidades identificadas neste relatório tenham a ausência de coordenação como causa maior.

Com base nas informações levantadas, foram sugeridas, entre outras medidas, recomendações e determinações ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Fazenda e a outros responsáveis, bem como cientificação ao Congresso Nacional, ao MP e à APO sobre o descumprimento de legislação relacionada ao tema, com destaque para: (a) recomendação à Casa Civil e ao Ministério do Esporte para que definam os responsáveis no âmbito do Poder Executivo pela elaboração das prestações de contas referentes ao art. 29 da Lei 12.780/2013 e ao seu parágrafo único; (b) determinação ao Ministério do Esporte em conjunto com o Ministério da Fazenda para que enviem ao Congresso Nacional as prestações de contas parciais, anos 2013 a 2015, previstas no parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013; e (c) determinação ao COI, ao IPC e ao RIO 2016 – com base no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, que trata do dever de prestar contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos ou pelos quais a União responda – para que publiquem os extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013, conforme previsto no § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013 e no art. 34 do Decreto 8.463/2015.

Por fim, ressalta-se que os benefícios decorrentes desta fiscalização são qualitativos e se relacionam com a expectativa de controle resultante da competência do Tribunal para fiscalizar as renúncias de receitas.

(...)

I. APRESENTAÇÃO

1. *Ao candidatar-se a recepcionar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (Jogos Rio 2016), o Brasil comprometeu-se com uma série de responsabilidades consolidadas no dossiê de candidatura, as quais correspondem às garantias exigidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Essas garantias contemplam, entre outras: apoio político, compromissos financeiros, infraestrutura, operações de transporte, segurança, alfândega e imigração (http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf).*

2. *Para este trabalho, importam os compromissos financeiros e de alfândega que se materializaram na Lei 12.780/2013, ou seja, aqueles relacionados à garantia de isenção de impostos para o COI, para o Comitê Organizador do Jogos Rio 2016 (RIO 2016) e para outras entidades da Família dos Jogos, assim como os concernentes à garantia da entrada, de uso e da saída das mercadorias e dos serviços necessários, sem alfândega, impostos e taxas de importação.*

3. *Essa lei foi editada com vistas a apoiar a organização e a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, por meio da instituição de medidas tributárias que foram regulamentadas pelo Decreto 8.463/2015. Houve a instituição de um conjunto de benefícios tributários, doravante denominados de renúncia olímpica, nas formas de isenção na importação, isenção a pessoas jurídicas e a pessoas físicas; desonerações de tributos indiretos nas aquisições realizadas no mercado interno; regime diferenciado de apuração de contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins; e contraprestação de patrocinador. Tais medidas serão aplicadas aos fatos geradores que ocorrerem entre 1º/1/2013 e 31/12/2017.*

4. *Com relação ao controle a posteriori da renúncia, cabe ressaltar que o art. 29 da Lei 12.780/2013 exige que o Poder Executivo apresente, até 1º de agosto de 2018, prestação de contas relativas aos Jogos Rio 2016, contendo as seguintes informações: renúncia fiscal total; aumento de arrecadação; geração de empregos; número de estrangeiros que ingressaram no País para assistir aos jogos; e custo total das obras.*

5. *Importa salientar que também existem renúncias de receitas em prol dos Jogos Rio 2016 instituídas pelo Estado do Rio de Janeiro, que concedeu isenção de ICMS (Resolução SEFAZ*



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

293/2010), e pela Cidade do Rio de Janeiro, que instituiu benefícios tributários de competência municipal (Lei municipal 5.230/2010). Essas renúncias não foram analisadas neste trabalho.

6. O presente levantamento de auditoria foi realizado com base no Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas (RGP), publicado pelo TCU, por meio da Portaria-TCU 230, de 25 agosto de 2014. Esse referencial está alinhado com a atuação do Tribunal, que tem buscado abranger as questões estruturantes da Administração, e foi elaborado a partir da compilação de vários documentos e artigos de autores e instituições reconhecidas. Ele fornece um modelo de avaliação, contemplando oito componentes, dos quais cinco foram utilizados neste trabalho, quais sejam: institucionalização; planos e objetivos; coordenação e coerência; gestão de riscos e controle interno; e accountability.

7. Os componentes foram brevemente descritos antes das respectivas análises e, embora o foco do RGP recaia sobre as políticas públicas, os seus princípios norteadores podem ser utilizados para avaliar a governança da renúncia tributária instituída pela Lei 12.780/2013, a qual integra um contexto amplo que se refere à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

8. Este relatório divide-se, pois, da seguinte forma: após a introdução (capítulo II), faz-se uma análise das medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013 à luz desses cinco componentes de governança (capítulo III) e, em seguida, tem-se a identificação dos pontos de atenção para o controle externo (capítulo IV). Por fim, o capítulo V contempla a conclusão e o capítulo VI apresenta o encaminhamento proposto para julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

II. INTRODUÇÃO

II.1. Deliberação que originou o trabalho

9. Em razão da competência do TCU para fiscalizar as renúncias de receitas, realizou-se levantamento de natureza operacional decorrente da determinação contida no item 9.2 do Acórdão 3.563/2014-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC 032.777/2014-0.

II.2. Visão geral do objeto

10. A Lei 12.780/2013 originou-se da conversão da Medida Provisória (MP) 584/2012, cuja Exposição de Motivos (EM 200/MF) estimou uma perda de receita de R\$ 3,8 bilhões, distribuída em parcelas crescentes a partir de 2013, porém não discriminada por ano. Entretanto, esses valores foram informados pela RFB, como se segue (peça 42, p. 8-9):

Tabela 1 – Estimativa de Renúncia Tributária da Lei 12.780/2013

| Tributo | R\$ milhões | | | | | |
|-----------------------|-------------|--------|--------|----------|--------|----------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Imposto de Importação | 2,25 | 12,29 | 51,15 | 283,72 | 20,78 | 370,19 |
| IPI-V | 2,06 | 9,43 | 39,21 | 217,52 | 15,93 | 284,14 |
| IPI Interno | 11,18 | 8,20 | 34,10 | 189,15 | 13,85 | 256,48 |
| PIS | 5,08 | 8,82 | 36,68 | 203,49 | 14,90 | 268,98 |
| Cofins | 23,41 | 40,62 | 168,97 | 937,28 | 68,65 | 1.238,93 |
| IRPJ | - | - | - | - | - | - |
| CSLL | - | - | - | - | - | - |
| IRRF | - | 31,43 | 130,74 | 725,19 | 53,11 | 940,47 |
| IOF | - | 0,70 | 2,90 | 16,07 | 1,18 | 20,83 |
| Previdência | 22,58 | 14,34 | 59,64 | 330,85 | 24,23 | 451,64 |
| Total | 66,56 | 125,81 | 523,39 | 2.903,26 | 212,64 | 3.831,66 |

Obs.: Os valores de 2013 são estimativas realizadas com base em dados efetivos das declarações dos habilitados. Os valores de 2014 a 2017 são previsões realizadas com base no volume de operações esperado para as Olimpíadas.

Fonte: Nota RFB/Audit/Diaex 37, de 6/7/2015 (peça 34, p. 7)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

11. Destaca-se que o art. 6º do Decreto 8.463/2015 estabeleceu como condição à concessão da renúncia fiscal em comento a habilitação das pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias perante a RFB.

12. A sistemática de habilitação está definida na Instrução Normativa RFB 1.335/2013 (peça 34, p. 3, e peça 51): o COI ou o RIO 2016 devem requerer à RFB a habilitação das pessoas físicas ou jurídicas para gozo dos benefícios fiscais, por meio do preenchimento de formulário específico, no qual deve constar a identificação do beneficiário e o enquadramento na Lei 12.780/2013.

13. Em seguida, cabe à RFB verificar o atendimento das condições para a habilitação: ter estabelecimento no Brasil (no caso de pessoas jurídicas) ou CPF (no caso de pessoa física); não ser a pessoa jurídica enquadrada no Simples Nacional; e estar em situação de regularidade fiscal perante o FGTS. Se atendidas as condições, a RFB emite um ato declaratório de habilitação.

14. Porém, como será tratado no componente de coordenação e coerência (item III.3), a execução pela RFB desses procedimentos operacionais não se confunde com o papel de órgão gestor de renúncia de receitas, o que implicaria outras atribuições.

II.3. Objetivo e questões de auditoria

15. A presente auditoria teve por objetivo investigar a estrutura de governança, atribuição de responsabilidade e os controles internos da Lei 12.780/2013.

16. A partir do objetivo do trabalho e a fim de avaliar a aderência da renúncia olímpica aos já mencionados componentes de governança, formularam-se as questões de auditoria adiante indicadas:

| | | |
|-------------------------------------|----|--|
| Institucionalização | Q1 | A renúncia tributária foi institucionalizada formal e adequadamente por meio de instrumento normativo? |
| Planos e objetivos | Q2 | Como a renúncia olímpica se alinha ao direcionamento de realização dos jogos? |
| Coordenação e coerência | Q3 | De que maneira ocorre a articulação entre os atores envolvidos na implementação da renúncia olímpica para que seja operacionalizada de maneira coesa e coordenada? |
| Gestão de riscos e controle interno | Q4 | De que maneira os controles internos possuem capacidade de identificação e de resposta aos principais riscos da renúncia olímpica? |
| Accountability | Q5 | Os arranjos para promoção de accountability preveem mecanismos e instrumentos adequados de comunicação e responsabilização, bem como para assegurar a transparência das ações e dos resultados da renúncia olímpica? |

II.4. Metodologia

17. A presente fiscalização se configura em Levantamento de Auditoria, conforme a Portaria-Segecex 15/2011 (Padrões de Levantamento). Adicionalmente, foram utilizadas as orientações das Normas de Auditoria do TCU (Portaria-TCU 280/2010, revisada pela Portaria-TCU 168/2011).

18. Preliminarmente, foram coletadas informações acerca do tema, por meio de pesquisa em legislação sobre renúncias de receitas tributárias e na literatura sobre governança de políticas públicas. O principal critério utilizado para os trabalhos foi o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas (RGP), constante da Portaria TCU 230/2014. A partir daí, elaborou-se a matriz de planejamento em que foram contempladas cinco questões, uma para cada um dos componentes de governança a serem avaliados.

19. A equipe de auditoria também encaminhou ofícios de requisição à APO, à RFB, aos ME, MF e MTE, solicitando documentos e informações necessários para a análise da matéria, bem como realizou reuniões com representantes dos três primeiros. As informações obtidas foram então



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

analisadas e confrontadas com a legislação vigente e com as boas práticas acerca do tema, do que resultaram as conclusões mais adiante relatadas.

20. *Os procedimentos de auditoria se basearam no exame da legislação, em estudos sobre assunto pertinente, na análise das respostas às diligências e na análise do conteúdo das reuniões.*

II.5. Volume de recursos fiscalizados

21. *O volume de recursos fiscalizados alcançou o montante de R\$ 3,8 bilhões e corresponde à estimativa total da renúncia olímpica, segundo consta na exposição de motivos da MP 584/2012, que foi convertida na Lei 12.780/2013, objeto deste trabalho.*

II.6. Benefícios estimados da fiscalização

22. *Os benefícios decorrentes da fiscalização são qualitativos, dos quais se destaca o potencial aumento da transparência sobre a operação da renúncia olímpica como um instrumento de financiamento da política pública relacionada à concretização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil. Esses benefícios se relacionam com a expectativa de controle resultante da competência do Tribunal para fiscalizar as renúncias de receitas.*

23. *Outros benefícios foram alcançados durante a execução dos trabalhos, a exemplo da correção de falha no processo de atualização do endereço eletrônico da APO e, por conseguinte, disponibilização dos seguintes documentos, até então não disponibilizados na internet (peça 31, p. 8-9): (a) relatório de atividades da APO (a partir do 2º semestre de 2013); (b) contrato de rateio firmado entre a União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro com a APO, referente ao exercício de 2014; e (c) orçamento da APO de 2015 (<http://www.apo.gov.br/index.php/lei-de-acesso-a-informacao/processos-de-contas-anuais/> e <http://www.apo.gov.br/index.php/gestao-fiscal/>).*

III. COMPONENTES DE GOVERNANÇA

III.1. Institucionalização

24. *De acordo com o RGP, a institucionalização se refere a aspectos formais ou informais da existência da política pública, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados dessa mesma política.*

25. *No PPA 2012-2015, inserido no Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos, consta o Objetivo 0687: ‘Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária’. Para tanto, esse objetivo possui duas metas e uma iniciativa.*

26. *Ocorre que o escopo do presente trabalho se insere em um campo mais restrito que o concernente à política pública inscrita no PPA, uma vez que se concentra nas renúncias fiscais instituídas em favor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, mais especificamente naquelas fixadas na Lei 12.780/2013.*

27. *Porém, mesmo se tratando de somente uma parte do esforço necessário para consecução dos jogos – e, por conseguinte, do objetivo 0687 – a análise acerca da governança da renúncia olímpica mostra-se relevante para identificar se os elementos necessários à boa governança estão presentes em seu bojo.*

28. *Assim, a fim de orientar a obtenção de informações sobre o componente de governança institucionalização, a seguinte questão de auditoria foi consignada na matriz de planejamento (peça 39): ‘A renúncia tributária foi institucionalizada formal e adequadamente por meio de instrumento normativo?’.*

29. *A questão pretendeu identificar se todos os aspectos desejáveis a esse componente foram definidos e adequadamente normatizados, tais como: formalização, legalidade, legitimidade e definição clara e formal de competências. Nesse intuito, foram realizadas reuniões e encaminhados ofícios de requisição à Autoridade Pública Olímpica (APO), ao Ministério do Esporte (ME) e à RFB (peças 4, 9, 10, 27 e 35).*



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

30. De início, retoma-se que as medidas tributárias aplicáveis às operações diretamente relacionadas à organização ou à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 foram consignadas na MP 584/2012, posteriormente convertida na Lei 12.780/2013.

31. Conforme figura na exposição de motivos da MP, 'Tal conjunto de isenções tributárias foi elaborado tendo como base as garantias oferecidas pela cidade do Rio de Janeiro e pelo Governo Federal ao CIO quando da candidatura dessa cidade brasileira para sediar os Jogos'.

32. Nesse ponto convém explicitar que o Comitê Olímpico Internacional (COI), na MP referenciado como CIO, sua sigla em inglês, impõe algumas exigências aos países interessados em sediar os jogos olímpicos, o que se deu, no caso, por meio do 2016 Candidature Procedure and Questionnaire, também intitulado Caderno de Encargos. Destarte, as cidades aspirantes apresentaram ao COI cartas de garantias, comprometendo-se a cumprir as exigências previstas nesse Caderno, cujo item 5.7 estabelece:

Garantia de que a importação, exportação e circulação de bens e serviços (para COI, as Federações Internacionais, os Comitês Olímpicos e Paraolímpicos e suas delegações, a mídia, os patrocinadores e fornecedores) será isenta de toda e qualquer tributação, de forma que estes possam executar suas obrigações relacionadas à celebração dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. (grifo nosso)

33. Após a cidade do Rio de Janeiro ter sido escolhida como uma das finalistas para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e a criação do Comitê de Gestão da Candidatura Rio 2016, o Governo Federal, o Estado e o Município do Rio de Janeiro, bem como os chefes do Poder Executivo das cidades que sediariam competições de futebol (Brasília, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo), firmaram cada qual um documento denominado Garantia Master. Nesse documento, os entes reiteravam seu comprometimento com as exigências do COI, inclusive as tributárias. Segundo a APO (peça 31, p. 3), nessa fase 'os compromissos assumidos pelo País passam a ter caráter contratual e, portanto, vinculante e obrigatório para os Governos'.

34. O Comitê de Gestão da Candidatura Rio 2016 consolidou as garantias apresentadas pelos entes governamentais no documento intitulado Dossiê de Candidatura, que contém os compromissos assumidos e a maneira como serão cumpridas as obrigações relacionadas à preparação e à realização dos Jogos. No Dossiê de Candidatura apresentado pelo Brasil, o item 7.5 do volume 1 (peça 48) detalha o sistema fiscal a ser adotado em virtude da realização dos Jogos Rio 2016.

35. Enfim, em 2/10/2009, o COI anunciou a cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, ocasião em que também foi assinado o Contrato de Cidade-Sede dos Jogos da XXXI Olimpíada no ano de 2016 (peça 47). Ressalta-se que o mencionado contrato, além da disposição genérica de 'garantia de respeito do governo e demais autoridades aos compromissos assumidos' (item 5, p. 7), prevê especificamente questões ligadas a não tributação das operações relacionadas aos Jogos (item 12, p. 10; e item 50, p. 32).

36. Logo, nota-se que as medidas tributárias dispostas na Lei 12.780/2013 são a materialização das garantias dadas pelo Governo Federal ao COI, no que se refere ao cumprimento da exigência de isenção de tributação federal na entrada, saída e circulação de bens e serviços destinados à organização e à realização dos Jogos, alcançando as federações e comitês desportivos, empresas vinculadas ao COI, fornecedores de bens e serviços, mídia e transmissores credenciados.

37. O elemento institucionalização está diretamente relacionado com legitimidade e capacidade organizacional. Como boas práticas relacionadas a esse elemento destacam-se a institucionalização formal, por meio de norma legal, da política pública e a definição clara e formal das competências dos principais atores envolvidos e dos processos decisórios, a fim de possibilitar a identificação dos objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações de todos os envolvidos. (Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, TCU, p. 44 e 45).

38. Em relação à legalidade e à formalidade, verifica-se que a Lei 12.780/2013 atendeu ao disposto no § 6º do art. 150 da CF/1988, ou seja, as isenções foram concedidas mediante lei específica federal que tratou exclusivamente da matéria. Além disso, a prescrição do inciso I do art. 14 da LRF



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

vem sendo observada, uma vez que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária nos exercícios de 2013, conforme Relatório de Receitas elaborado pelo Congresso Nacional, consoante esclarecido pela RFB (peça 34, p. 5), e nos exercícios de 2014 e 2015 de acordo com os respectivos Demonstrativos de Gastos Tributários.

39. Um ponto positivo identificado, embora intrínseco ao período necessário à realização dos jogos, foi o estabelecimento de prazo de vigência para as isenções: fatos geradores que ocorrerem entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017 (art. 23 da Lei 12.780/2013). Essa previsão atendeu ao § 1º do art. 91 da LDO 2013 (Lei 12.708/2012), o qual regulamentou que projetos de lei ou MP que resultassem em renúncia de receita deveriam conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos. Outrossim, foi ao encontro do item 9.1.2 do Acórdão 1.205/2014-TCU-Plenário, que recomendou à Casa Civil verificar a existência de prazo de vigência quando da análise de propostas de atos normativos instituidores de renúncias tributárias.

40. À vista disso, tem-se que a Lei 12.780/2013 atende aos pressupostos da formalidade, legalidade e da legitimidade. Primeiro, porque foi formalmente instituída e atendeu a todos os requisitos legais. Depois, por mostrar-se pertinente e oportuna ao contexto de sua edição, considerando que o país optou por ser sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos e, para tal fim, comprometeu-se a adotar um sistema tributário favorável à organização e à realização do evento.

41. No tocante a competências e responsabilidades, em diversos itens a lei define que, essencialmente, o Poder Executivo e a Secretaria da Receita Federal devem expedir normas infralegais para regulamentar ou disciplinar certas situações. O Anexo único a este relatório sintetiza as principais competências identificadas no arcabouço legal atinente à renúncia olímpica, indicando o responsável por agir, o fundamento legal e sua competência. Certamente a lei é instrumento competente para delegar atribuições e normatizar a atuação dos órgãos e instituições de governo envolvidos com a renúncia.

42. Em seguida, a Receita Federal publicou a Instrução Normativa RFB 1.335, de 26/2/2013 (peça 51), a fim de estabelecer os procedimentos necessários à habilitação dos beneficiários para fins de gozo dos benefícios fiscais instituídos, em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei 12.780/2013. Esse importante processo de habilitação está explicitado nos itens 12 e 13.

43. O rol das pessoas físicas e jurídicas atualmente habilitadas ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização dos Jogos Rio 2016 consta do sítio da RFB na internet, conforme excerto abaixo:

| ADE | DRF | Data D.O.U. | Data de Fuição | Nome Empresarial | CNPJ | Município/UF | Processo | Lei nº 12.780/2013, art. 2º |
|----------|---------|-------------|----------------|--|--------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------------|
| 031/2013 | DRF-RJ2 | 23/10/2014* | 19/03/13 | COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016 – RIO 2016 | 11.866.015/0001-53 | Rio de Janeiro/RJ | 18470.722/162.2013-54 | Inc. IV |

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RegimePessoasHabilitadasParaJogos2016/RelacaodasPJ2016.htm>

44. Por outro lado, somente em 5/6/2015 o Poder Executivo publicou o Decreto 8.463/2015, isto é, dois anos e cinco meses depois da edição da Lei. Importante destacar que as isenções relacionadas à importação (arts. 4º a 7º) e à desoneração de tributos indiretos nas aquisições realizadas no mercado interno (arts. 12 a 14) dependiam de regulamentação para o respectivo usufruto, segundo exigência da própria Lei 12.780/2013.

45. Esse fato ensejou a situação de beneficiários habilitados não poderem gozar as isenções relativas aos tributos indiretos, circunstância que foi abordada pela RFB em sua IN:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. A habilitação de que trata o caput:

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

II - não gera direito automático ao usufruto dos benefícios fiscais pendentes de regulamentação, nos termos da Lei nº 12.780, de 2013. (grifo nosso)

46. Em reunião realizada em 22/6/2015 e por meio de diligência (peça 34), a RFB confirmou que as isenções relativas aos tributos diretos estavam sendo usufruídas pelos habilitados desde 2013, sendo R\$ 66,56 milhões em 2013 (dados efetivos) e R\$ 125,81 milhões em 2014 (previsão). Em contrapartida, as isenções referentes aos tributos indiretos aguardavam regulamentação pelo Poder Executivo.

47. Um questionamento surgiu em virtude dessa circunstância: 'No caso dos tributos indiretos, é possível que o benefício fiscal possa retroagir, uma vez que algumas empresas foram habilitadas antes da publicação do decreto regulamentador?'

48. Registra-se que, na ocasião da reunião, a RFB ainda não tinha decisão sobre a questão. No processo de diligência, também requereu, por duas vezes, prorrogação de prazo antes de emitir o entendimento que se segue, extraído da Nota RFB/Audit/Diaex 44, de 31/7/2015 (peça 43):

Dessa forma, responde-se a presente questão afirmando que os benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 12.780, de 2013, podem ser aplicados a partir da habilitação da requerente e não apenas a partir da publicação do decreto regulamentador.

49. O ocorrido demonstra, primeiramente, um demasiado lapso temporal entre a edição da lei e a edição do decreto regulamentador, qual seja dois anos e cinco meses. Segundo, que a lei ou o decreto deveriam ter contemplado a retroatividade ou não do benefício fiscal, haja vista que restou à RFB a competência de decidir sobre a questão.

50. Quanto aos demais disciplinamentos, por meio da Nota RFB/Audit/Diaex 37/2015 (peça 34), a Receita Federal informou estarem pendentes de publicação a 'norma que disciplinará os despachos aduaneiros com isenção tributária, inclusive relativa à bagagem de viajantes, e a norma que disciplinará as obrigações acessórias para os entes beneficiados pela Lei 12.780/2013'. Asseverou também que a primeira estava em fase final do processo de publicação e a segunda aguardava a materialização de possíveis modificações da Lei 12.780/2013 (Projeto de Lei 863-C de 2015, recebido na Câmara dos Deputados) para elaboração da norma.

51. De fato, em 10/7/2015, o Guia Aduaneiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foi publicado pela RFB e encontra-se disponível em seu sítio na internet. O Guia veio suprir grande parte da lacuna existente até então. Sobre o segundo caso, o projeto de lei que prevê alterações para a Lei 12.780/2013, que no Senado Federal recebeu o número PLC 57/2015, foi aprovado em 19/08/2015 e remetido à sanção em 25/08/2015, o que permitirá a edição da normatização acerca das obrigações acessórias.

52. Além disso, não se detectou a expedição de outros quatro atos disciplinadores previstos na Lei 12.780/2013 ou no Decreto 8.463/2015, consoante discriminado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Atos disciplinadores previstos na Lei 12.780/2013 e no Decreto 8.463/2015 e pendentes

| ATOR/RESPONSÁVEL | FUNDAMENTO LEGAL | | DISPOSITIVO |
|---|------------------|--------------------|--|
| | LEI 12.780/2013 | DECRETO 8.463/2015 | |
| Ministério da Fazenda | ---- | Art. 5º | Cabe ao Ministério da Fazenda estabelecer as condições necessárias à defesa dos interesses nacionais, inclusive quanto ao montante de capital destinado às operações no País. |
| Ministério do Esporte | § 1º do art. 6º | § 1º do art. 9º | As entidades desportivas, sem fins lucrativos, entidade de administração do desporto ou outras pessoas jurídicas sem fins lucrativos com objetos sociais relacionados à prática de esportes, desenvolvimento social, proteção ambiental ou assistência à crianças, desde que atendidos os requisitos previstos nas alíneas 'a' a 'g' do § 2º do art. 12 da Lei 9.532/1997, deverão ser reconhecidas pelos Ministérios do Esporte, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ou do |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | § 1º do art. 6º | § 1º do art. 9º | |



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

| ATOR/RESPONSÁVEL | FUNDAMENTO LEGAL | | DISPOSITIVO |
|-----------------------------|------------------|-----------------|--|
| Ministério do Meio Ambiente | § 1º do art. 6º | § 1º do art. 9º | Meio Ambiente, conforme critérios a serem definidos em atos expedidos pelos respectivos órgãos certificadores. |

53. É certo que cada um dos atores governamentais pode ter seus próprios objetivos e focos de atenção. Porém, eles precisam convergir para a implementação da estratégia para que os resultados esperados possam ser alcançados. No caso do Governo Federal e em relação à renúncia olímpica, o elemento coordenação foi devidamente institucionalizado por meio do Decreto de 13/7/2012, que criou o CGOlimpíadas e o Geolimpíadas. Já a fim de integrar as três esferas de governo, a Lei 12.396/2011 constituiu a Autoridade Pública Olímpica.

54. Todavia, o absenteísmo do ME parece ter contribuído para que a renúncia olímpica não tenha passado por um processo conjunto de concepção, planejamento e instituição, de maneira que as informações ficaram concentradas no Ministério da Fazenda e não foram compartilhadas adequadamente com os demais atores. Isso acarretou, inclusive, que nenhum órgão assumisse a responsabilidade pela prestação de contas prevista no art. 29 da Lei 12.780/2013 e nos artigos 12 e 13 da Portaria CGU 572/2010, cenário que será oportunamente abordado no elemento de governança accountability.

55. Tal conclusão se solidifica à medida que o Ministério do Esporte, órgão gestor da política pública mencionada no item 25 – cujo objetivo é ‘Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016’ – desconhece o teor e detalhes da norma, afirma que a renúncia olímpica não se insere em políticas públicas geridas pelo Ministério, bem assim entende que assunto relativo ao benefício tributário é de competência do Ministério da Fazenda (peças 36 e 41).

56. Salutar evidenciar que o ME é, ainda, coordenador do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOlimpíadas) e do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Geolimpíadas), ambos criados pelo Decreto não numerado de 13/9/2012. De acordo com o art. 3º do citado Decreto, o Geolimpíadas é competente para ‘aprovar, coordenar e monitorar as atividades do Governo Federal referente aos Jogos Olímpicos e desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, ou financiada com recursos da União, inclusive mediante incentivos fiscais’.

57. Em tempo, há de se ressaltar, porém, que caso o decreto regulamentador estipulasse oportuna e previamente cada órgão do Poder Executivo responsável pela elaboração, consolidação e envio da prestação de contas ao Congresso Nacional, a boa institucionalização poderia suprir a deficiência do elemento coordenação e prevenir a falha identificada no componente accountability.

58. Diante do exposto, verifica-se que, quanto ao componente de governança institucionalização, previu-se, de antemão, o Geolimpíadas para, dentre outras atribuições, aprovar e coordenar as atividades referentes aos jogos, inclusive aquelas financiadas mediante incentivos fiscais. Em sequência, houve a institucionalização, por meio da Lei 12.780/2013, das medidas tributárias necessárias à organização e à realização das olimpíadas, com o propósito de materializar as garantias dadas pelo Governo Federal ao COI. A fim de operacionalizar essas isenções, o Poder Executivo e a RFB editaram normas infralegais, encontrando-se pendentes aquelas relatadas no item 52 (Tabela 2). Cabe menção, ainda, à Portaria CGU 572/2010 que prevê, em complemento ao disposto no art. 29 da referida lei, ações de transparência referentes à renúncia.

59. As fragilidades relacionadas à coordenação e à accountability serão tratadas nos respectivos temas, razão pela qual deixa-se de propor encaminhamento específico neste tópico.

III.2. Planos e Objetivos

60. O RGP prescreve que a política pública deve orientar-se por uma formulação geral – que defina sua lógica de intervenção – e por planos – que permitam operacionalizar as ações necessárias – delineados em função das diretrizes, prioridades, objetivos e metas propostos. Além disso, que é primordial prever as atividades e os recursos necessários à realização da política ou programa, indicar formas de medição e, ainda, adotar ações corretivas. Por fim, arremata que diretrizes,



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

objetivos e metas devem ser coerentes entre si e com o delineamento estratégico mais amplo ao qual se integram, sob a perspectiva do planejamento governamental e das escolhas sociais que ele deve refletir.

61. Como exemplos de boas práticas relacionadas ao elemento de governança planos e objetivos são citadas, entre outras: consulta a todos os envolvidos durante o processo de planejamento, com definição consensual de objetivos, acordo sobre prioridades e pactuação de uma estratégia clara, levando em consideração como e por quem os produtos/serviços serão entregues, de modo que todos estejam cientes dos resultados esperados; definição de marcos e prazos da implantação de planos, com vistas a facilitar a identificação de interdependências e obstáculos; e elaboração de planejamento flexível e contínuo; definição de resultados com visão de longo prazo (Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, TCU, p. 47 e 48).

62. Para obter informações sobre aspectos relacionados ao componente, elaborou-se a seguinte questão de auditoria inscrita na matriz de planejamento (peça 39): 'Como a renúncia olímpica se alinha ao direcionamento de realização dos jogos?'. Esse questionamento pretendeu investigar a ocorrência de aspectos desejáveis ao componente de governança 'planos e objetivos', relacionados à renúncia olímpica, tais como: previsão no planejamento do Governo Federal e dos jogos, existência de planos para traduzir a estratégia em termos operacionais e a participação dos principais atores nesses processos.

63. Com essa finalidade, foram encaminhados ofícios de requisição à APO, ao ME e à RFB, com abordagem orientada a cada entidade (peças 4, 9, 10, 27 e 35). Também foram realizadas reuniões com as instituições citadas.

64. Preliminarmente, verifica-se que no Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos do PPA 2012-2015 consta o Objetivo 0687, detalhado conforme esquema a seguir:

| | |
|--|---|
| OBJETIVO (expressa o que deve ser feito) | 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária. |
| METAS 2012 - 2015 (medida de alcance do objetivo) | (I) Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; e (II) Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo. |
| INICIATIVA (o que deve ser entregue) | 02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais. |

65. A responsabilidade pelo programa de governo 2035 recaiu sobre o Ministério do Esporte, conforme PPA 2012-2015. No entanto, por restar claro que a realização do evento envolveria diversas áreas temáticas, foram criados os já mencionados CGOlimpíadas, composto por dez órgãos, e o Geolimpíadas, constituído por sete órgãos, conforme Decreto não numerado de 13/9/2012. Cabe frisar que ambos os grupos são coordenados pelo ME e têm representantes da Casa Civil, MF, MP, CGU, entre outros.

66. Como exposto no tópico anterior, a Lei 12.780/2013 foi editada em cumprimento à garantia dada pelo Governo Federal ao COI de isenção de tributação federal sobre operações diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos, alcançando as federações e comitês desportivos, empresas vinculadas ao COI, fornecedores de bens e serviços, mídia e transmissores credenciados. Teve por objetivo, então, a incorporação desse conjunto de desonerações fiscais ao arcabouço institucional tributário.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

67. Por outra ótica, a lei visou, também, 'garantir a viabilidade de realização das atividades pertinentes ao menor custo possível', como inscrito na EM 200/MF (peça 36, p. 2-6). Assim, conquanto tenha se dado em um contexto obrigacional, a edição da lei não deixa de configurar-se como uma forma de financiamento da política pública relacionada à concretização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil.

68. Logo, é possível concluir que: (a) a realização e organização dos jogos olímpicos consta do PPA 2012-2015, ou seja, faz parte do planejamento de médio prazo do Governo Federal; (b) o ME é o órgão responsável pela consecução do Objetivo 0687 e, consequentemente, por entregar a iniciativa 02LQ inscrita no PPA; e (c) o ME é o coordenador do CGOlimpiadas e do Geolimpiadas, nos termos do Decreto não numerado de 13/9/2012.

69. O Decreto estabeleceu o Geolimpiadas como ambiente institucional competente para aprovar, coordenar e monitorar a implementação e execução das atividades do Governo Federal referentes aos Jogos e desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, ou financiadas com recursos da União, inclusive mediante patrocínio, incentivos fiscais, subsídios, subvenções e operações de crédito.

70. Assim sendo, depreende-se que o Geolimpiadas seria o local apropriado para discussões acerca da aprovação, coordenação, monitoramento e implementação das medidas tributárias dadas como garantia ao COI. Não se trata, porém, de afirmar que a renúncia em questão necessite de um órgão gestor.

71. Nesse ponto é importante esclarecer que os incentivos fiscais podem ser condicionados ou de concessão automática, conforme descrito no TC 018.259/2013-8. No primeiro caso, a norma instituidora estabelece procedimentos de gestão e os atribui a um órgão, ou seja, prevê gestão específica sobre a aplicação desses recursos. Já no segundo tipo, também denominado pela RFB de gastos tributários de autofruição, basta que o contribuinte preencha os requisitos legais para usufruto do benefício.

72. As medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013, ainda que tenham um processo prévio de habilitação, melhor se enquadram no segundo tipo, considerando que as normas atinentes não preveem procedimentos de gestão nem órgão responsável específico.

73. Não obstante, considerar que a renúncia olímpica é um gasto tributário de autofruição, sem órgão gestor associado, não dispensa que esse incentivo faça parte do planejamento governamental, uma vez que a renúncia fiscal é uma das formas de financiamento de políticas ou programas governamentais.

74. Aliás, a Mensagem de encaminhamento do PPA 2012-2015 ao Congresso Nacional consigna que as fontes de recursos que financiam o plano são: (a) orçamento fiscal e da seguridade social; (b) orçamento de investimento das estatais; e (c) recursos extraorçamentários, tais como: renúncia fiscal, plano de dispêndios globais das estatais, agências oficiais de crédito e parcerias com o setor privado.

75. Nesse diapasão, registra-se que o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) é o sistema informatizado que suporta os processos de planejamento e orçamento do Governo Federal e tem por finalidade: (i) elaboração e revisão do projeto de lei do PPA; (ii) elaboração do projeto de LDO; (iii) elaboração do projeto de LOA; (iv) alterações orçamentárias; e (v) acompanhamento orçamentário.

76. Sobre a alimentação do Siop com informações acerca do processo de planejamento, a Portaria MP 16/2013 dispõe:

Art. 3º A produção de informações sobre os Indicadores, Objetivo, Metas e Iniciativas dos Programas Temáticos será realizada por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

(...)

§ 2º Os Empreendimentos Individualizados como Iniciativa e as Iniciativas que possuem financiamento extra-orçamentário serão tratados em campo de preenchimento específico.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 011.846/2015-1

Art. 4º O Órgão Responsável por Objetivo de Programa Temático prestará as informações no SIOP sobre:

(...)

IV – financiamento extra-orçamentários das Iniciativas.

77. *Em consulta ao Siop, não se observa o registro da renúncia olímpica na aba denominada 'Financiamentos Extra-orçamentários' da Iniciativa 02QL do Programa 2035, em nenhum exercício desde a sua edição (peça 50). Na verdade, não se identificou no sistema qualquer menção textual ou quantitativa às medidas tributárias da Lei 12.780/2012.*

78. *Seguindo com a análise dos esclarecimentos prestados pelos entes, registra-se que a APO afirmou ter participado de reuniões no Ministério da Fazenda em que foram discutidas as isenções, com 'objetivo de verificar o atendimento da garantia oferecida ao COI' (peça 31, p. 1).*

79. *Em contrapartida, o ME asseverou que a renúncia olímpica não se insere em políticas públicas geridas pelo ministério. Afirmou, ainda, que não participou do planejamento, instituição e operacionalização do benefício fiscal e que essa atribuição ficou a cargo do Ministério da Fazenda, por ser o órgão responsável pelo tema no Poder Executivo Federal (peças 36 e 41).*

80. *Em relação às competências do Geolimpíadas, o ME esclareceu que, embora o grupo tenha sido criado em 13/9/2012 (data do decreto), sua implantação somente ocorreu na reunião inaugural de fevereiro de 2013, isto é, em data posterior à lei, que foi editada em 9/1/2013. Desse modo, o CGOlimpíadas e o Geolimpíadas não participaram do planejamento prévio e instituição das medidas tributárias. Por fim, assevera que a participação do ministério não se deu na condição de coordenação estabelecida pelo decreto, limitando-se, na oportunidade, à manifestação favorável ao Projeto de Lei de Conversão 26/2012 (MP 584/12).*

81. *Ocorre que a partir da documentação recebida, verifica-se que a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR) encaminhou mencionado projeto de lei ao ME para 'visto' do órgão jurídico da pasta e 'aprovo' ministerial, a fim de subsidiar a posição governamental sobre o assunto. Ressalta-se que o projeto também foi encaminhado para manifestação dos Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Defesa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação; das Cidades, do Trabalho e Emprego e da Advocacia-Geral da União, de acordo com o conteúdo do Ofício 1.490/2012 – Supar/SRI, de 18/12/2012 (peça 41, p. 8). Assim, todos os órgãos com alguma competência determinada no texto do projeto de lei, bem assim aqueles com eventual interesse na matéria foram comunicados.*

82. *Por meio do ofício 772/2012/GM/ME, de 27/12/2012 (peça 41, p. 29), o Ministério do Esporte enviou à SRI/PR nota técnica contendo manifestação de sua Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos e informou ser favorável à sanção integral do texto. Nesse trilha, não é razoável que o ME se declare alheio às questões afetas às renúncias instituídas pela Lei 12.780/2012, em geral justificando que o Ministério da Fazenda é o órgão responsável pelo tema no Poder Executivo.*

83. *Além disso, a partir do decreto de constituição, depreende-se que o CGOlimpíadas e Geolimpíadas têm a competência de participar e, especialmente, coordenar qualquer atividade relacionada à instituição de incentivos fiscais a favor dos Jogos. A não realização tempestiva de reuniões não os exime de suas responsabilidades formalmente estabelecidas.*

84. *Segundo o RGP, é fundamental prever as atividades necessárias e os recursos correspondentes para realização das políticas públicas bem como, a fim de adotar medidas corretivas, avaliar itens como: objetivos; etapas intermediárias de execução; cronogramas que sequenciam e delimitam as ações no tempo; definição de papéis e responsabilidades; interdependências, entre outros (p. 45).*

85. *Já a Lei 10.180/2001, que organiza os sistemas estruturantes da Administração Federal (planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade e controle interno), dispõe no inciso IV de seu art. 7º que 'as unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas,*



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

projetos e atividades da administração pública federal mantenham rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação.

86. *Adicionalmente, o Decreto 7.866/2012, que regulamenta o PPA 2012-2015, traz os seguintes dispositivos relacionados ao assunto:*

Art. 3º A gestão do PPA 2012-2015, além do disposto no art. 13 da Lei nº 12.593, de 2012, observará os seguintes princípios:

I - responsabilização compartilhada para realização dos Objetivos e alcance das Metas de cada Programa Temático;

II - aproveitamento das estruturas de monitoramento e avaliação existentes, com foco na busca de informações complementares;

(...)

IV - articulação e cooperação interinstitucional para fins de produção e organização das informações relativas à gestão;

Art. 6º O monitoramento incidirá sobre os Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas dos Programas Temáticos.

§ 1º O Órgão Responsável pelo Objetivo prestará informações sobre as Metas e as Iniciativas associadas ao Objetivo, inclusive nos casos em que tais atributos sejam executados por mais de um órgão ou entidade do Poder Executivo.

§ 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo atuarão em conjunto, visando ao compartilhamento de informações pertinentes ao preenchimento dos campos relativos aos Objetivos e Metas de consecução coletiva no sistema de informações.

Art. 9º Compete ao Órgão Responsável por Objetivo de Programa Temático do PPA 2012-2015:

I - indicar as unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2012-2015;

87. *Por fim, o Decreto 7.482/2011, que estabelece a estrutura regimental do Ministério da Fazenda, traz como competências da RFB (art. 15):*

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

(...)

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais;

88. *Com base nessas informações e na legislação, convém trazer à tona trecho do relatório do TC 018.259/2013-8, que teve por objetivo avaliar a estrutura de governança das renúncias tributárias e resultou no Acórdão 1.205/2014-TCU-Plenário (p. 12):*

92. Disso resulta que a **dimensão financeira das políticas públicas financiadas por renúncias**, desde a previsão dos montantes até a avaliação dos respectivos impactos na arrecadação federal, **encontra-se abrigada nas competências da RFB**, conforme descrito no parágrafo anterior.

93. Resta aos **órgãos gestores**, portanto, uma **atuação ora administrativa, ora finalística**, no sentido de **assegurarem os recursos humanos e organizacionais necessários à realização das atividades pertinentes à política** gerida, e de promoverem as ações cabíveis de monitoramento e avaliação.

94. Não obstante, essa distinção não se verifica tão nítida na prática. É possível identificar situações diversas nas quais os órgãos gestores encontram dificuldades para distinguir as dimensões financeira e administrativa da política pública financiada por renúncia de receita, entendendo a RFB como unidade competente para atividades externas à esfera fiscal.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 011.846/2015-1

95. Assim, ao contrário do que se verifica nas políticas orçamentárias, falta clareza sobre competências dos órgãos relacionados às políticas financiadas por renúncias tributárias. Isso decorre, em parte, da ausência de uma regulamentação sobre essas políticas. (grifo nosso)
89. *Assim, quando se trata de renúncia fiscal, é comum que os órgãos confundam a dimensão financeira a cargo da Receita Federal com a competência de atuar finalística e administrativamente para consecução da política ou programa governamental. Parece ser esse o caso do Ministério do Esporte que, a despeito de seu papel de órgão responsável, entende que a integralidade das competências relacionadas ao benefício fiscal recai sobre o Ministério da Fazenda.*
90. *Consta do Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria (p. 69), publicado pelo TCU, que 'No caso de políticas de natureza transversal, especialmente, é essencial que haja mecanismos institucionalizados de coordenação de forma a criar condições para a atuação conjunta e sinérgica, evitando ainda superposições ou esforços mutuamente contraproducentes'.*
91. *Conforme dito anteriormente, embora os diferentes atores governamentais possam ter seus próprios objetivos e focos de atenção, eles precisam convergir para a implementação da estratégia e para que os resultados esperados possam ser alcançados. Os ambientes institucionais do CGOlimpíadas, Geolimpíadas e APO foram criados com esse intuito.*
92. *A renúncia fiscal em favor das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 foi contemplada no planejamento dos jogos, até por ser uma obrigação firmada por meio das cartas garantias e contratos. Todavia, embora se verifique a existência do evento no planejamento de médio prazo do Governo Federal, por meio do Objetivo 0687 e Iniciativa 02LQ do PPA 2012-2015, não se identifica o link entre o planejamento governamental e a instituição da renúncia de receita, devido à ausência de qualquer dado acerca do benefício tributário na lei do PPA e no Siop.*
93. *Importante evidenciar que tal informação contribuiria para a transparência do custo do evento que, sem dúvida, além dos gastos orçamentários diretos também é custeado pelas renúncias fiscais instituídas pela Lei 12.780/2013. Assim, um cidadão sem conhecimento da existência da renúncia olímpica pode ser levado a entender que apenas a despesa orçamentária compõe o custo do evento.*
94. *Nada obstante, considerando-se a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a transparência referente aos Jogos Rio 2016, mesmo que a RFB não se enquadre no papel de gestor da política pública ou da renúncia vinculada aos Jogos, ela possui informações referentes aos CNPJs e CPFs dos contribuintes beneficiados que são de acesso público e constam no endereço eletrônico <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/acoes-e-programas/grandes-eventos/legislacao-aplicavel-aos-grandes-eventos>. Assim, entende-se que esse link poderia ser igualmente disponibilizado no Portal da Transparência, como informações complementares sobre os Jogos, facilitando a consulta do cidadão e sua compreensão sobre os vários elementos que compõe a realização e a organização do evento.*
95. *Ademais, ao se analisar documentação recebida da APO, apura-se intensa articulação dessa autoridade com a Receita Federal, objetivando a elaboração de ato legal referente às questões de isenções tributárias para as atividades vinculadas aos Jogos (minuta do projeto de lei), por meio de reuniões ocorridas em 23/9/2011, 30/9/2011, 17/10/2011, 17/11/2011, 1/12/2011 e 6/2/2012. Em geral, com presença da APO, RFB, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e RIO 2016. Merece menção que em nenhuma ocasião o Ministério do Esporte esteve presente.*
96. *Portanto, essa alienação do Ministério do Esporte, tanto no seu papel de gestor da política pública quanto no de coordenador do CGOlimpíadas e Geolimpíadas, pode ter cooperado para a ausência de informações relativas à renúncia fiscal no planejamento governamental dos Jogos, talvez em virtude do equivocado entendimento que, em qualquer viés, o tópico benefício fiscal se insere entre as competências do Ministério da Fazenda.*
97. *Essa lacuna de competência comprometeu o delineamento da estratégia também em termos operacionais, pois responsabilidades inseridas no texto da lei acabaram não sendo disseminadas nem realizadas.*



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

98. Diante disso, sugere-se: (a) dar ciência ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão acerca do descumprimento da Portaria MP 16/2013, referente à não disponibilização de informações sobre a renúncia olímpica no Siop, uma vez que se enquadra na categoria de financiamento extraorçamentário dos Jogos Rio 2016; (b) determinar ao ME, na qualidade de coordenador do Geolimpíadas e de órgão responsável pela consecução do Objetivo 0687 e pela entrega da iniciativa 02LQ constantes no PPA, relativos aos Jogos Rio 2016, que disponibilize no Siop informações sobre os financiamentos extraorçamentários dos Jogos Rio 2016, conforme previsão da Portaria MP 16/2013; e (c) determinar ao ME, ao MF e à CGU que sejam disponibilizadas no Portal da Transparência as informações sobre as habilitações às medidas fiscais da Lei 12.780/2013, disponíveis no site da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/acoes-e-programas/grandes-eventos/legislacao-aplicavel-aos-grandes-eventos>).

III.3. Coordenação e coerência

99. Segundo o RGP, o componente coordenação e coerência busca avaliar em que medida as organizações públicas trabalham em conjunto de forma a melhorar e sustentar abordagens colaborativas para atingir as metas estabelecidas. Ou se, de modo contrário, as organizações públicas estão agindo de forma fragmentada e se há sobreposição de programas, o que pode dificultar a gestão de programas transversais.

100. Os princípios formulados no RGP acerca do componente coordenação e coerência estão em sintonia com as orientações disseminadas por organizações internacionais e governamentais. A OCDE, por exemplo, informa que 'a coordenação nas políticas significa fazer com que os diversos sistemas institucionais e gerenciais que formulam políticas trabalhem juntos' (OCDE 2001a apud OCDE, 2003).

101. Na mesma linha, para a EFS australiana, Australian National Audit Office (ANAO), a coordenação é uma das questões chaves que deve ser considerada tanto na fase de definição quanto de implementação da política pública (ANAO, 2006).

102. Consta no RGP que, conforme a EFS norte-americana, Government Accountability Office (GAO), as organizações devem trabalhar conjuntamente para estabelecer seus respectivos papéis e responsabilidades, bem como definir qual ente será o responsável pela liderança. Uma das boas práticas destacadas no referencial, trata da 'publicação, para conhecimento de todas as partes interessadas, da estrutura de governança vigente na política pública, assim como dos papéis e das responsabilidades definidos, incluindo-se como o esforço cooperativo será liderado'.

103. No mesmo sentido, tem-se estudo da EFS inglesa, National Audit Office (NAO), em que se informa que um plano de implementação de política pública deve compreender minimamente, entre outros elementos, a definição dos papéis e das responsabilidades de todos os participantes na entrega da política. Na ocasião desse estudo também foi salientado, na seção sobre atribuição de responsabilidade para o gerenciamento de risco, que não pode haver transferência de responsabilidades legalmente atribuídas e pelas quais há obrigação de prestar contas perante o parlamento (NAO, 2001).

104. Os trabalhos desenvolvidos pela ANAO (2006) consideram ainda que deve haver formalização dos papéis e responsabilidades, com relação as políticas cujos serviços sejam ofertados por diversos atores. Sendo considerada uma boa prática a formulação de um memorando de entendimento, em que sejam registrados 'objetivos, papéis, responsabilidades e requisitos para prestação de contas' (objective, roles, responsibilities and reporting requirements) (ANAO, 2006).

105. Segundo a citada EFS, também é favorável a definição de uma agência líder, com atribuição, por exemplo, para assegurar que: o programa em implementação esteja de acordo com os intentos governamentais; haja compartilhamento das informações entre as demais agências; e os compromissos estejam sendo cumpridos pelos atores envolvidos, inclusive pela própria líder.

106. Para a OCDE, são exemplos de mecanismos formais de coordenação, entre outros: reuniões de coordenação no nível mais alto e nos níveis menores de governo (unidades nacionais ou



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

subnacionais); órgãos centrais (comando do governo); conselhos ministeriais; comitês; e unidades coordenadoras, inclusive de natureza ad hoc (OCDE 1996 apud OCDE, 2003).

107. A fim de orientar a obtenção de informações acerca do componente em tela, com destaque para os mecanismos de coordenação entre os entes envolvidos e a clareza na definição dos respectivos papéis, inclusive quanto a prestações de contas, foi inserida a seguinte questão na matriz de planejamento: 'De que maneira ocorre a articulação entre os atores envolvidos na implementação da renúncia olímpica para que seja operacionalizada de maneira coesa e coordenada?' (peça 39).

108. Como parte dos esforços deste levantamento, foram encaminhados ofícios de requisição à APO, à RFB e ao ME (peças 4, 9, 10, 27 e 35).

109. Observou-se que a APO constitui um consórcio público interfederativo ao qual cabe coordenar a participação dos entes federados (União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro) na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Essa coordenação visa, principalmente, ao cumprimento das obrigações assumidas pelos respectivos consorciados perante o COI (entre as quais se inclui a instituição dos benefícios tributários), de acordo com a cláusula quarta do Protocolo de Intenções firmado entre esses entes, para constituição do consórcio público, e, posteriormente, ratificado pela Lei Federal 12.396/2011, Lei 5.949/2011 do Estado do Rio de Janeiro e Lei 5.260/2011 do Município do Rio de Janeiro (peça 31).

110. Faz parte da missão da APO a integração e a facilitação da participação desses entes governamentais, como também do RIO 2016, na preparação e realização dos Jogos. Entretanto, o consórcio não dispõe de meios coercitivos para assegurar a obediência às suas recomendações (peça 31).

111. A APO se organizou de forma a se caracterizar como uma macrointegradora de informações, de modo a tirar proveito das estruturas de acompanhamento existentes dos executores dos projetos, conforme se observa no mapa de fluxo de informações apresentado pela entidade. A equipe do consórcio responsável por acompanhar os projetos participa de diversos fóruns técnicos de acompanhamento, de grupos de trabalho, de reuniões com os entes consorciados, com o RIO 2016 e com outros entes públicos e privados, bem como de visitas aos canteiros de obras (peça 31).

112. A constituição do consórcio público para coordenar os entes federados na preparação e realização dos Jogos Rio 2016 está em sintonia com os preceitos apresentados no RGP e guarda respaldo na literatura internacional, no que se refere à definição de uma agência líder para capitanear os esforços cooperativos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e também com entidades privadas.

113. Quanto à definição de agência líder no âmbito federal, a instituição do CGOlimpiadas também se configura boa prática, tendo competência para definir as diretrizes e ações do Governo Federal e supervisionar os trabalhos do Geolimpiadas. Ambas as instâncias estão sob a coordenação do ME, na forma do Decreto não numerado de 13 de setembro de 2012.

114. Entretanto, tal como destacado no componente referente à institucionalização, como se depreende da Nota Técnica 14/2015/ASSEGE/SE/ME (peça 41, p. 4), não se verificou a participação do Geolimpiadas ou do ME na coordenação dos esforços para a materialização dos benefícios tributários dispostos na Lei 12.780/2013, embora o art. 3º do decreto mencionado tenha previsto essa atribuição.

115. Nota-se que, mesmo havendo definição formal do Geolimpiadas como instância coordenadora para os aspectos pertinentes aos financiamentos das ações, inclusive mediante incentivos fiscais, não houve perfeita compreensão por parte do comitê acerca dessa competência estabelecida em regulamento.

116. Conforme tratado no tópico sobre planos e objetivos, existe no PPA 2012-2015 o objetivo 0687 acerca da promoção e realização dos Jogos Rio 2016, cujo órgão responsável é o Ministério do Esporte, sendo que a iniciativa 02QL relacionada a esse objetivo aborda tanto os projetos de infraestrutura quanto os compromissos governamentais assumidos para a promoção e realização do evento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

117. Sobre esse aspecto, o órgão responsável pelo objetivo tem o dever de prestar informações sobre as metas e iniciativas a ele associadas, inclusive nos casos em que tais atributos sejam executados por mais de um órgão ou entidade do Poder Executivo, de acordo com o § 1º do art. 6º do Decreto 7.866/2012, que regulamenta a Lei 12.593/2012 que instituiu o PPA 2012-2015.

118. Desse modo, o Ministério do Esporte, na qualidade de órgão responsável pelo objetivo 0687, também teria a atribuição de prestar informações sobre as renúncias olímpicas, uma vez que os incentivos fiscais estão inseridos nos compromissos governamentais assumidos para a realização do evento. Entretanto, o ministério não tomou para si essa responsabilidade.

119. Observa-se que o ME, de forma autônoma e como coordenador do Geolimpíadas, apenas tangenciou o assunto quando a matéria já se encontrava na fase de sanção, ocasião em que foi solicitada sua manifestação, pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, a respeito do projeto de lei de conversão que resultou na Lei 12.780/2013, tendo o ME se manifestado de forma favorável (peça 41, p. 7-31).

120. A falta de coordenação do Geolimpíadas pode ter colaborado para a definição deficiente das responsabilidades dos entes federais. Não está claro quais órgãos do Poder Executivo Federal ou autarquias a ele vinculadas serão responsáveis pela prestação de contas exigida nos termos do art. 29 da Lei 12.780/2013, que não trata apenas da renúncia fiscal e alcança outras dimensões do empreendimento. Igualmente, não está claro a qual órgão compete prestar informações à CGU sobre a renúncia olímpica, conforme determinado no art. 2º do Decreto 7.033/2009 e no art. 12 da Portaria CGU 572/2010. Esses assuntos serão melhor delineados no tópico referente à accountability.

121. Quanto à concepção da renúncia olímpica, a RFB, por meio da Nota RFB/Audit/Diaex 37/2015 (peça 34), se posicionou no sentido de não ter tido participação nesse processo. Conforme já mencionado no relatório, a concepção da renúncia olímpica é decorrente dos compromissos assumidos sob a forma de garantias para que a Cidade do Rio pudesse se candidatar a sediar o evento. Entretanto, a RFB foi o órgão que traduziu os compromissos assumidos quanto às medidas tributárias sob a forma de minuta da Medida Provisória 584/2012, cujo projeto de conversão em lei deu origem à Lei 12.780/2013 (peça 42).

122. Embora somente a RFB tenha sido a responsável pela elaboração da minuta, houve articulação prévia, por meio de comunicações oficiais e reuniões, com a APO e o RIO 2016 para esclarecimentos acerca das necessidades de isenção fiscal para os Jogos Olímpicos. Essa articulação demonstra que houve preocupação dessas três instituições em manter a coerência entre a proposta do texto legal da renúncia olímpica e os compromissos assumidos pelo Brasil de isenção sobre a importação, a exportação e a circulação de bens e serviços relativas à organização e à realização dos Jogos Rio 2016.

123. A esse respeito, destacam-se as comunicações e as reuniões realizadas entre esses entes, no período de 2011 a 2013, em que se registrou a presença de representantes da APO, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da RFB e do RIO 2016, conforme as listas de presença anexadas ao Ofício 130/2015/-PRESI/APO (peça 42, p. 13, e peças 45 e 46) e o Relatório de Atividades da APO do 1º semestre de 2012 (http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/relatorio_atividades_20121.pdf).

124. No entanto, conforme já mencionado, essa coordenação empreendida não visou alcançar a operacionalização da renúncia olímpica, mas apenas a sua constituição na forma do compromisso assumido (peça 31).

125. Quanto à execução das renúncias fiscais, a APO informou que está fora de suas atribuições a concessão, a abrangência e a implementação de isenções fiscais. A autarquia aduziu ser de competência da RFB a proposição da lei de isenções, bem como os atos de execução e fiscalização e os estudos sobre a renúncia tributária em tela (peça 31).

126. Como já visto, a Lei 12.780/2013 não estabeleceu o papel de gestor da renúncia olímpica, competindo à RFB a execução de procedimentos operacionais (habilita



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

ção) no processo de sua concessão, que não se confundem com o papel de gestor de renúncia de receitas, mas sim com o de controle da arrecadação federal. O papel de gestor implicaria em outras atribuições, com destaque para: a coordenação de projetos, programas e atividades beneficiadas pela renúncia e liberação de recursos para os mesmos; e contato com os beneficiários das renúncias e das contrapartidas (peça 42).

127. A respeito da necessidade de gestão específica para renúncias tributárias, o TCU teceu algumas considerações no relatório do Acórdão 1.205/2014-TCU-Plenário, que tratou de levantamento de natureza operacional com o objetivo conhecer e avaliar a estrutura de governança das renúncias tributárias. Na ocasião, foram feitas observações acerca da existência de condicionalidades e levou-se em conta a existência ou não de órgão gestor para as renúncias.

128. Segundo tratado no relatório do citado acórdão, na maioria dos casos em que a legislação atribuiu responsabilidades a algum órgão gestor, essas responsabilidades se relacionavam a alguma atividade prévia da administração para a concessão do benefício tributário, como a análise e a aprovação de projetos.

129. A partir dessas informações, verifica-se que a renúncia tributária para a realização e a organização dos Jogos Rio 2016, prevista na Lei 12.780/2013, não depende de nenhuma atuação prévia por parte da administração pública para a sua concessão, mas apenas de prévia habilitação junto à RFB, após o preenchimento de alguns requisitos referentes à regularidade fiscal e à apresentação de documentação comprobatória que vincule as pessoas físicas e jurídicas às atividades intrínsecas à realização e à organização dos Jogos Rio 2016.

130. Fora o atendimento desses requisitos, também não há exigência de contraprestação por parte do beneficiário como condição para usufruto do benefício, como ocorre em outras modalidades de renúncias, a exemplo o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei 8.313/1991), que demanda a apresentação de projeto.

131. Dessa forma, pode-se afirmar que: (a) existem instâncias formais de coordenação para a realização e a organização dos Jogos Rio 2016, que correspondem à APO (interfederativa) e ao Geolimpiadas (âmbito federal), mas essas estruturas não atuam sobre a operacionalização da renúncia tributária olímpica; (b) a APO acompanhou todo o processo de instituição da renúncia como parte das garantias assumidas pelo Brasil perante o COI para sediar o evento; (c) o Geolimpiadas, embora tivesse legitimidade, não desempenhou seu papel de coordenação federal quanto aos processos que envolveram a formulação e instituição das medidas tributárias da Lei 12.780/2013, o que pode ter colaborado para a ausência de definição de responsáveis pelas prestações de contas no âmbito do Poder Executivo Federal; (d) uma vez superada a fase de instituição da renúncia olímpica, não se verifica a necessidade de gestão específica, visto não haver exigência de contraprestação por parte dos beneficiários, além do atendimento aos requisitos para a habilitação, como também não haver necessidade de atuação prévia da administração para concessão do benefício, a não ser conceder a habilitação após a conferência das informações prestadas.

132. Por fim, sugere-se: (a) recomendar à Casa Civil, considerando sua competência quanto à coordenação e à integração das ações do Governo, com fulcro no art. 2º da Lei 10.683/2003, em conjunto com o ME, na qualidade de coordenador do Geolimpiadas, que definam os responsáveis no âmbito do Poder Executivo para a elaboração das prestações de contas referentes ao art. 29 da Lei 12.780/2013; e (b) dar ciência aos respectivos órgãos que não houve coordenação no âmbito federal, por parte do Geolimpiadas, quando da institucionalização das medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013, em desacordo com o Decreto não numerado de 13/9/2012, que definia o citado comitê como instância coordenadora das atividades do Governo Federal financiadas com recursos da União, inclusive mediante incentivos fiscais.

III.4. Gestão de Riscos e Controle Interno

133. Outro componente do RGP para a avaliação da governança em políticas públicas se refere a gestão de riscos e controle interno. Segundo o referencial, os responsáveis pela implementação da política devem ter condições de dar respostas efetivas e tempestivas aos riscos



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

capazes de afetar o alcance dos objetivos programados. Trata-se de um componente que integra todas as fases da política, pois uma vez identificado, deve ser avaliado, tratado e monitorado. O controle interno se refere ao arcabouço utilizado pelas instituições responsáveis pela política para assegurar a conformidade das ações e o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

134. O conteúdo do RGP converge com as orientações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), em que a gestão de riscos representa um processo contínuo e requer inicialmente que a entidade estabeleça a sua missão com definição dos objetivos estratégicos e da estratégia para o seu alcance, bem como a definição dos objetivos de apoio (operacionais, informacionais e de conformidade). Após a definição dos objetivos, requer-se que a organização identifique os eventos que representam riscos ao seu alcance (Intosai, 2004).

135. A gestão de riscos também é integrada pelo controle interno, que procura oferecer uma ferramenta para auxiliar a gestão a definir qual a melhor resposta com a finalidade de mitigar determinado evento (Intosai, 2004).

136. De acordo com a Intosai, entre as limitações da gestão de riscos, tem-se o fato de não ser possível oferecer uma garantia absoluta quanto ao alcance dos objetivos, mas apenas uma garantia razoável; e deve-se ter em conta os custos e benefícios associados às respostas aos riscos e ao estabelecimento de controles (Intosai, 2004).

137. Os componentes de gestão de riscos nas entidades compreendem: ambiente interno; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação de riscos; respostas a riscos; atividades de controle; informação e comunicação; e monitoramento (Intosai, 2004).

138. Conforme mencionado no tópico sobre coordenação e coerência, os benefícios tributários decorrentes da Lei 12.780/2013 se enquadram na modalidade de renúncia que não requer uma gestão específica. Portanto, exigem uma estrutura de controle mais simplificada.

139. Para nortear a obtenção de informações sobre a gestão de riscos e os controles internos das medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013, a equipe de auditoria priorizou a identificação de eventos de riscos e as respostas respectivas. Assim, foi incluída a seguinte questão na matriz de planejamento: 'De que maneira os controles internos possuem capacidade de identificação e de resposta aos principais riscos da renúncia olímpica?' (peça 39).

140. Dessa forma, foram encaminhados ofícios de requisição à APO, à RFB e ao ME (peças 4, 9, 10, 27 e 35).

141. Verificou-se que a APO não efetua nenhum controle ou registro e não possui influência ou ingerência sobre a renúncia tributária olímpica, possuindo apenas competência subsidiária para a indicação de pessoa física ou jurídica para habilitação junto à Receita Federal, consoante o § 2º do art. 19 da Lei 12.780/2013 combinado com o § 1º do art. 6º do Decreto 8.463/2015. Entretanto, a APO não fez nenhuma indicação (peça 31).

142. O ME também não efetua nenhum procedimento de controle ou de gestão de riscos acerca da renúncia olímpica, como se depreende do Ofício 480/2015/SE-ME (peça 36). Como se observou nos tópicos anteriores, não houve sequer participação desse ministério na instituição dos benefícios da Lei 12.780/2013, ocasião em que são requeridos maiores esforços de coordenação para a adequada definição das responsabilidades.

143. Quando da análise do componente referente à coordenação e coerência, foi ressaltado que as medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013 dispensam gestão específica, o que se coaduna com a não indicação de órgão gestor na lei, de modo que a operacionalização dos benefícios está adstrita à dinâmica da habilitação, ou seja, à atuação da RFB.

144. Segundo a RFB, quando da elaboração da minuta da MP 584/2012 que deu origem à Lei 12.780/2013, houve discussões acerca dos eventuais riscos e formas de controle por parte do grupo de trabalho responsável pela sua formulação, o qual possuía representantes das áreas de fiscalização sobre tributos internos, fiscalização aduaneira e tributação (peça 34, p. 2).

145. Para a RFB, o principal instrumento de controle de risco constante da aludida lei (art. 19) constitui o requerimento de habilitação, que deve ser preenchido pelo COI ou pelo RIO 2016 (peça



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

34, p. 2), com indicação das pessoas físicas e jurídicas passíveis de serem habilitadas, segundo o art. 6º da IN RFB 1.335/2013 (peça 51).

146. Essa IN exige que o requerimento de habilitação a ser apresentado à RFB pelo COI ou pelo RIO 2016 contenha a identificação do beneficiário e o seu enquadramento na Lei 12.780/2013, ou seja, sua função nos Jogos, por exemplo: comitê olímpico nacional, federação desportiva internacional, empresa de mídia ou transmissor credenciado, patrocinador ou prestador de serviços.

147. A partir de então, a RFB verifica as condições formais e materiais para a habilitação, como 'ter estabelecimento no Brasil (no caso de pessoas jurídicas), ou CPF (no caso de pessoa física), não ser a pessoa jurídica enquadrada no Simples e estar em situação de regularidade fiscal e perante o FGTS'. Uma vez atendidas as condições para a habilitação, a RFB emite um ato declaratório de habilitação. As habilitações e cancelamentos de habilitações realizados pela RFB são divulgados na internet. Até então, foram desabilitadas cinco pessoas jurídicas (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/acoes-e-programas/grandes-eventos/legislacao-aplicavel-aos-grandes-eventos>) (peça 34, p. 3).

148. Além dos procedimentos de habilitação, a RFB efetua o registro da renúncia olímpica como também das demais medidas de desoneração vigentes que se enquadram no conceito de gasto tributário. Nesses registros, as estimativas de renúncia são apresentadas por tributo, por função orçamentária e por região geográfica, entre outras informações. Esses registros constam de três demonstrativos. Dois deles apresentam projeções para o futuro e integram o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (DGT LDO) e as Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária Anual (DGT PLOA). Já o terceiro apresenta estimativas relativas a períodos passados, trata-se do Demonstrativo dos Gastos Tributários - Bases Efetivas (DGT Efetivo) (peça 34, p. 4).

149. Outros procedimentos realizados pela RFB dizem respeito à captação de informações sobre as operações desoneradas por meio de ajustes nas obrigações acessórias, as quais subsidiam o cálculo das estimativas de renúncias com base em dados efetivos. Foram mencionados pela instituição registros na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), na Declaração de Importação (DI), na Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), na Escrituração Contábil Fiscal (ECF), e na Escrituração Fiscal Digital - Contribuições (EFD-Contribuições) (peça 34, p. 4).

150. Conforme já mencionado no tópico referente à institucionalização, ainda existe uma pendência quanto ao disciplinamento das medidas tributárias previstas na Lei 12.780/2013, trata-se da publicação da norma acerca das obrigações acessórias dos entes beneficiados pela lei. Contudo, conforme informado pela RFB, aguarda-se a concretização de alterações previstas na lei por parte do Congresso para, então, se elaborar a norma com as obrigações acessórias (peça 34, p. 4). Outra pendência referia-se ao disciplinamento dos despachos aduaneiros com isenção tributária, inclusive relativa a bagagem de viajantes, que foi suprida pela publicação do Guia Aduaneiro para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, disponível no endereço eletrônico: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2015/julho/arquivos-e-imagens/guia-aduaneiro-para-jo-in-rfb-no-1572-de-2015.pdf>.

151. Observa-se que há outros controles instituídos pela Lei 12.780/2013 que podem ser destacados, como: exigência de as entidades estrangeiras se estabelecerem no Brasil, caso realizem a contratação de pessoas físicas ou a comercialização de produtos ou serviços no país (art. 3º); sujeição do COI e do RIO 2016 ao pagamento dos tributos em caso de vício de indicação (art. 19); e atribuição de poder à RFB para estabelecer requisitos para as isenções previstas na importação e para aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária (§ 2º do art. 4º e § 2º do art. 5º) (peça 34, p. 2).

152. Mesmo com a previsão dos instrumentos de controle acima descritos, com destaque para a habilitação, tem-se o risco de que possa haver vício de indicação do COI ou do RIO 2016, quanto às pessoas jurídicas passíveis de habilitação. Seria o caso de alguma pessoa jurídica ser apenas uma 'empresa de fachada', que, embora formalmente constituída, se prestaria a acobertar operações ilícitas (peça 40).



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

153. Questionada sobre a hipótese, a RFB informou haver três instrumentos para mitigação do citado risco: (a) a já mencionada verificação da regularidade fiscal perante a RFB e perante o FGTS, que, segundo a Receita Federal já levou ao cancelamento de habilitação de cinco pessoas jurídicas, com a ressalva de que não necessariamente a situação de irregularidade fiscal signifique o caso de se tratar de uma empresa de fachada; (b) a publicação nas páginas da RFB na internet de todas as empresas habilitadas, o que facilita o oferecimento de denúncias sobre fraude; e (c) a obrigatoriedade de publicação dos extratos dos contratos firmados com pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios previstos na Lei 12.780/2013, por parte do COI, do IPC, das empresas a eles vinculadas e do RIO 2016, bem com disponibilização de cópias integrais dos contratos para consulta dos interessados, nos termos do art. 34 e respectivos parágrafos do Decreto 8.463/2015 (peça 40).

154. Acerca desse terceiro instrumento para mitigação do risco que trata da obrigatoriedade de publicação dos extratos dos contratos, bem como a disponibilização de cópias integrais, foram tecidas considerações no tópico seguinte sobre accountability. Adianta-se, porém, que não se constatou a publicação dos referidos extratos, fato que compromete a transparência e dificulta o acesso do cidadão a essas informações, com potencial prejuízo para o controle social e consequentemente para a mitigação de riscos, que, por hipótese, poderia ser realizada pelo oferecimento de denúncia, caso se verificasse algum indicio de irregularidade.

155. Além desses instrumentos de mitigação de risco, a RFB atua principalmente por meio de pesquisa, diligência e fiscalização posteriores. Nesse contexto, foram destacados o Roteiro de Combate à Interposição de Pessoas nos Tributos Internos e Garantia do Crédito Tributário, em que constam procedimentos e ações técnicas e metodológicas para orientar a execução da ação fiscal; e as operações fiscais para coibir o funcionamento de empresas que existem somente para fornecer notas fiscais referente a bens e serviços fictícios (peça 40).

156. Uma vez que a renúncia tributária em questão dispensa gestão específica, estando a atuação da administração vinculada basicamente à verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação e ao acompanhamento dos valores projetados e estimados da renúncia, ações que são realizadas pela RFB, os controles previstos na legislação e os instrumentos de mitigação de riscos apresentados aparentam ser adequados e razoáveis.

157. Como a não publicação dos extratos dos contratos mencionados será tratada no tópico seguinte, deixa-se de propor encaminhamento para o assunto neste tópico.

III.5. Accountability

158. Conforme preconiza o RGP, accountability envolve transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política devem primar por esses aspectos em relação ao comportamento e desempenho dos diversos atores responsáveis por sua implementação.

159. Podem ser citados como exemplos de boas práticas desse componente: definição e formalização de padrões mínimos aceitáveis de transparência, comunicação e prestação de contas; documentação, manutenção de registros e divulgação sistemáticas de operações e resultados; prestação de contas clara, periódica e formal; divulgação adequada de informações à sociedade e seus representantes; e supervisão e controle capazes de impor a adoção de medidas corretivas e sanções.

160. A fim de avaliar o componente, foi formulada a questão de auditoria que se segue: 'Os arranjos para promoção de accountability preveem mecanismos e instrumentos adequados de comunicação e responsabilização, bem como para assegurar a transparência das ações e dos resultados da renúncia olímpica?' (peça 39).

161. Assim, investigaram-se aspectos como: formalização e definição; existência de processo de documentação, registro e divulgação das ações, objetivos e resultados da renúncia; e presença de canais formais de comunicação.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

162. Para tanto, foram encaminhados ofícios de requisição (peças 4, 9, 10, 15, 27 e 35) à APO, ao ME, ao MF e à RFB, com questionamentos orientados a cada entidade. Também foram realizadas reuniões com as instituições citadas, exceto MF.

163. Com efeito, a lei previu ações de prestação de contas e transparência, consoante sumarizado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Ações de transparência e prestação de contas

| Previsão | Norma Legal / Infralegal |
|--|---|
| Os contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas, que tenham relação com a organização e a realização dos Eventos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico e em locais físicos a serem definidos pelos órgãos competentes, de modo a permitir o acompanhamento por toda a sociedade e conferir transparência ao processo. | Lei 12.780/2013, art. 19, § 4º |
| O CIO, o IPC, as empresas vinculadas ao CIO e ao IPC e o Rio 2016 deverão publicar em seus sítios eletrônicos, no idioma português, os extratos dos contratos firmados com as pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013, e disponibilizar cópias integrais dos respectivos contratos. | Decreto 8.463/2015, art. 34 |
| A Secretaria da Receita Federal do Brasil divulgará quais são as pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios fiscais e tributários. | Decreto 8.463/2015, art. 6º, § 2º |
| O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e fará publicar, até o dia 1º de agosto de 2018, prestação de contas relativas aos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, em que conste, dentre outras informações que possam ser atribuídas aos Jogos, as seguintes: (I) renúncia fiscal total; (II) aumento da arrecadação; (III) geração de empregos; (IV) número de estrangeiros que ingressaram no país para assistir aos jogos; e (V) custo das obras. | Lei 12.780/2013, art. 29, Incisos I a V |
| Deverá o Poder Executivo encaminhar, anualmente, entre 2013 e 2017, até o dia 1º de agosto de cada ano, prestações de contas parciais, apresentando os resultados referentes à renúncia fiscal total e ao aumento de arrecadação. | Lei 12.780/2013, art. 29, Parágrafo único |

164. Em relação à previsão do § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013, o Decreto 8.463/2015 regulamentou a matéria por meio do art. 34, em que constam as informações mínimas que devem figurar nos extratos dos contratos firmados pelo COI, IPC, empresas a eles vinculadas e Rio 2016, bem assim o prazo máximo para a respectiva divulgação na internet e para disponibilização de cópia integral do instrumento para consulta dos interessados. O § 5º previu a possibilidade de a publicidade ficar concentrada no sítio eletrônico do RIO 2016.

165. Importante assinalar que, em consulta aos sites do COI (<http://www.olympic.org>), IPC (<http://www.paralympic.org>) e RIO 2016 (<http://www.rio2016.com>), todas entidades privadas, não foi localizada a publicação dos extratos dos contratos firmados nem menção à possibilidade de consulta física aos instrumentos.

166. A respeito do disposto no § 2º do art. 6º do Decreto 8.463/2015, a Receita Federal vem divulgando regularmente, em seu sítio eletrônico, as pessoas físicas e jurídicas habilitadas, conforme demonstrado no item 43.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

167. Sobre a prestação de contas prevista no art. 29 da Lei 12.780/2013, o Ministério do Esporte afirmou (peças 34 e 43) que 'conforme determina o Decreto nº 8.463/2015, entendemos que cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil a operacionalização destas renúncias' e 'não cabe a essa pasta ministerial realizar tais prestações de contas ou ainda conferir transparência a essa questão'.

168. Por sua vez, a RFB declarou (peça 34) que, embora seja o órgão responsável pela produção das informações constantes dos incisos I (renúncia fiscal total) e II (aumento da arrecadação), não pode se pronunciar acerca dos itens de III a V; não possui papel de articulação entre os órgãos do Poder Executivo, no que tange à produção de prestação de contas de um evento esportivo como os Jogos Olímpicos; e não é o órgão responsável por realizar o atendimento ao art. 29.

169. Na mesma ocasião, também foi encaminhado ofício de requisição ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para que encaminhasse alguma informação ou levantamento, mesmo que parcial, sobre a geração de empregos que pudesse ser atribuída à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, haja vista a disposição no inciso III do art. 29 (peça 14). Em resposta, o MTE informou que no momento não efetua nenhum acompanhamento sobre essa geração de empregos, mas que, por iniciativa própria, criou grupo de trabalho para elaborar plano de ação do ministério para atuar junto ao Geolimpiadas (peça 24).

170. Em vista disso, questionou-se ao Ministério da Fazenda quais seriam os responsáveis pela elaboração das prestações de contas determinadas no art. 29 e em seu parágrafo único. Por meio do Ofício 10.548/SE-MF (peça 38), de 8/7/2015, foi relatado in verbis o que se segue:

Ressalta-se que ainda não foi estabelecido no âmbito do Poder Executivo sistemática e tampouco definidas as responsabilidades pela coleta dessas informações, para fins de prestação de contas, parciais ou final. Entretanto, o representante desse Ministério no Grupo GEOLIMPIADAS, criado por intermédio do Decreto de 13 de setembro de 2012, sugerirá a definição de procedimentos para fins de atendimento ao disposto no referido dispositivo Legal.

Conforme informações da Receita Federal do Brasil - RFB, os referidos demonstrativos [resultado da renúncia fiscal total e do aumento da arrecadação relacionados aos Jogos] não foram elaborados, não sendo possível identificar os motivos que levaram ao não encaminhamento previsto no parágrafo único do art. 29. (grifo nosso)

171. Por fim, a Autoridade Pública Olímpica (peça 31) asseverou que 'não compete à APO disponibilizá-las [informações acerca da renúncia tributária], seja por completa ausência de atribuição legal, seja por não dispor a APO de acesso a tais informações' e que a publicidade destas informações deve seguir o disposto no Decreto 7.033/2009, o qual incumbe as próprias empresas isentas e ao RIO 2016 da obrigação de divulgá-las.

172. Além da previsão expressa na Lei 12.780/2013, o Decreto 7.033/2009, como mencionou a APO, prevê a divulgação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A competência de promover a publicação foi atribuída à CGU (§ 2º do art. 1º).

173. Assim, o decreto foi disciplinado pela Portaria CGU 572/2010, que atribuiu aos seguintes órgãos a responsabilidade pelo encaminhamento à CGU das informações sobre os recursos federais aplicados na concretização dos Jogos: Ministério das Cidades; Ministério do Esporte; Ministério dos Transportes; Ministério do Turismo; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e quaisquer outros órgãos e entidades que vierem a administrar recursos financeiros para viabilizar os jogos.

174. Ressalta-se que os arts. 12 e 13 da Portaria CGU preveem que deverão ser fornecidas à CGU, até o décimo dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a celebração do instrumento ou em que foi editado o ato de concessão, informações relativas, especificamente, aos incentivos fiscais, subvenções e subsídios referentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 011.846/2015-1

175. Considerando que nenhum dos órgãos e entidades questionados entende ser responsável pelas ações de transparência e prestação de contas estabelecidas na Lei 12.780/2013 e na Portaria CGU 572/2010, no que se refere à renúncia olímpica; e não foi possível localizar qualquer informação referente à renúncia na seção Jogos Rio 2016 do Portal da Transparência (<http://transparencia.gov.br/rio2016>), questionou-se à CGU se tais informações estavam sendo encaminhadas pelos órgãos e entidades, bem assim quem eram os remetentes.

176. A CGU esclareceu (peça 44) que, em um primeiro momento, a seção esteve a cargo da Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI/CGU) e que, nesse período, não houve envio das informações determinadas na Portaria 572/2010, inclusive as relativas a incentivos fiscais, subvenções e subsídios por parte dos gestores.

177. A partir de julho/2014, a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC/CGU) passou a gerir a seção. Então, foram realizadas reuniões com ME e APO para obtenção das informações e envio nos moldes e modelos desenvolvidos pela CGU. Também foram designados interlocutores.

178. Em 13/10/2014, a STPC/CGU recebeu alguns dados, mas nenhum sobre incentivos fiscais, subvenções e subsídios. Tendo em vista a necessidade de informações adicionais para viabilizar a publicação, em 17/10/2014, a STPC/CGU novamente solicitou todos os documentos em que a União fosse parte para os Jogos de 2016. Essa solicitação foi reiterada três vezes.

179. Em 12/1/2015, o ME encaminhou as informações à CGU. Desde então, já ocorreram quatro novas cargas de dados, mas em nenhuma delas constam informações acerca dos incentivos fiscais, subvenções e subsídios referentes ao Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

180. Enfim, a CGU destacou que mantém planilhas com orientações de preenchimento para fins de cumprimento da Portaria 572/2010, bem como canal de comunicação, via e-mail, para o esclarecimento de dúvidas.

181. Assim, constata-se o descumprimento da previsão do parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2015, uma vez que não foram encaminhadas as prestações de contas parciais ao Congresso Nacional, anos de 2013 a 2015, relativas à renúncia de receita e ao aumento de arrecadação que possam ser atribuídos aos Jogos.

182. Da mesma forma, verifica-se o desrespeito ao disposto no Decreto 7.033/2009 e na Portaria CGU 572/2010, pois as informações sobre incentivos fiscais, subsídios e subvenções alusivas às Olimpíadas de 2016 não estão sendo encaminhadas à CGU e nem publicadas no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal.

183. Ressalta-se que sequer há definição do órgão ou entidade competente pelo recebimento, consolidação e encaminhamento ao Congresso Nacional das diversas informações previstas no art. 29 da Lei 12.780/2013. O mesmo ocorre em relação ao encaminhamento das informações à CGU para publicação no Portal da Transparência. Como relatado acima, o MF afirmou que, como membro do Geolimpíadas, sugerirá a definição de procedimento para atendimento ao dispositivo legal.

184. Como anteriormente registrado, a coordenação deficiente do Ministério do Esporte, ora como órgão responsável pela política ora como coordenador do CGOlimpíadas ou do Geolimpíadas, revelou-se o principal vício identificado entre os componentes de governança analisados no presente levantamento e relacionados às medidas tributárias da Lei 12.780/2013. E essa deficiência também refletiu na accountability.

185. Desse modo, a boa prática do componente accountability que mais se destoa do caso em tela, e também é considerada em planos e objetivos, é a designação de um único oficial superior responsável pelo estabelecimento de política e diretrizes para a gestão e organização e pelo alcance dos resultados previstos, mesmo que esta pessoa tenha que coordenar o trabalho de outros atores (Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, TCU, p. 44 e 45).

186. Por certo, uma coordenação eficiente do Geolimpíadas poderia sanar essas indefinições de competência e, com isso, propiciar a devida prestação de contas e a transparência necessária, no que se refere à renúncia olímpica.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

187. Assim, sugere-se: (a) determinar ao ME, na qualidade de coordenador do Geolimpiadas e de órgão responsável pela consecução do Objetivo 0687 e pela entrega da iniciativa 02LQ constantes no PPA, que, em conjunto com o MF, envie ao Congresso Nacional as prestações de contas parciais, anos de 2013 a 2015, relativas à renúncia de receita e ao aumento de arrecadação que possam ser atribuídos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; (b) determinar ao COI, ao IPC e ao RIO 2016, com base no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal - que trata do dever de prestar contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos ou pelos quais a União responda - que publiquem nos respectivos endereços eletrônicos os extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013, conforme previsto no § 4º do art. 19 da lei e no art. 34 do Decreto 8.463/2015; (c) igualmente como proposto no tópico sobre Planos e Objetivos (item III.2), determinar ao ME, ao MF e à CGU que disponibilizem no Portal da Transparência as informações sobre as habilitações às medidas fiscais da Lei 12.780/2013, constantes no site da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/acoes-e-programas/grandes-eventos/legislacao-aplicavel-aos-grandes-eventos>), considerando-se a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a transparência referente aos Jogos Rio 2016 e as disposições no art. 2º do Decreto 7.033/2009 e no art. 12 da Portaria CGU 572/2010; (d) dar ciência ao Congresso Nacional, à Casa Civil, ao Ministério do Esporte, na qualidade de coordenador dos Geolimpiadas, e aos demais ministérios integrantes do Geolimpiadas acerca do descumprimento, referente aos exercícios de 2013 a 2015, do parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013, que determina o envio ao Congresso Nacional das prestações de contas parciais sobre o montante da renúncia fiscal e da arrecadação relacionadas aos Jogos Rio 2016; e (e) dar ciência à APO sobre o descumprimento do § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013 e do art. 34 do Decreto 8.463/2015 por parte do COI, do IPC e do RIO 2016, em face da não publicação nos respectivos endereços eletrônicos dos extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013.

IV. PONTOS DE ATENÇÃO PARA O CONTROLE EXTERNO

188. As constatações indicam os seguintes pontos de atenção para o controle externo:

188.1 ausência de clareza sobre os responsáveis pela prestação de contas exigida nos termos do art. 29 da Lei 12.780/2013 e pela prestação de informações à CGU sobre a renúncia olímpica, conforme determinado no art. 2º do Decreto 7.033/2009 e no art. 12 da Portaria CGU 572/2010 (itens III.1 e III.3);

188.2 ausência do encaminhamento das prestações de contas parciais ao Congresso Nacional, anos de 2013 a 2015, relativas à renúncia de receita e ao aumento de arrecadação que possam ser atribuídos aos Jogos Rio 2016, em desacordo com o parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013 (item III.5);

188.3 ausência do encaminhamento das informações sobre incentivos fiscais, subsídios e subvenções alusivas às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 à CGU, bem como não publicação dessas informações no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, em desrespeito ao disposto no Decreto 7.033/2009 e na Portaria CGU 572/2010 (item III.5);

188.4 ausência de informações acerca da renúncia olímpica no Siop, embora a Portaria MP 16/2013 preveja que as iniciativas dos Programas Temáticos, constantes do PPA, que possuem financiamento extraorçamentário serão tratadas em campo específico nesse sistema, cujo preenchimento é de responsabilidade do órgão responsável pelo objetivo. (item III.2); e

188.5 ausência de publicação, por parte do COI, do IPC e do RIO 2016, dos extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013, apesar de haver previsão para tal no § 4º do art. 19 da Lei e no art. 34 do Decreto 8.463/2015 (III.5).

V. CONCLUSÃO

189. Realizou-se, por meio deste trabalho, levantamento de natureza operacional com o intuito de investigar a estrutura de governança, atribuição de responsabilidade e os controles internos da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

12.780/2013, que dispõe sobre as renúncias fiscais para a operacionalização e a realização dos Jogos Rio 2016, denominadas de renúncia olímpica.

190. As análises empreendidas tomaram como ponto de partida o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas do TCU, com destaque para cinco de seus componentes: institucionalização; planos e objetivos; coordenação e coerência; gestão de riscos e controle interno; e accountability. Essas análises se reforçaram mutuamente, uma vez que os componentes possuem zonas de intersecção e, desse modo, possibilitaram a convergência de constatações.

191. Foram evidenciadas a institucionalização de ambientes de coordenação com a formalização da APO (interfederativa) e do Geolimpiadas (federal), bem como da própria renúncia olímpica por meio da Lei 12.780/2013, do Decreto 8.463/2015 e da IN RFB 1.335/2013, com definição de atribuições e responsabilidades. Porém, não está claro quais órgãos do Poder Executivo Federal ou autarquias a ele vinculadas são responsáveis pela prestação de contas exigida nos termos do art. 29 da Lei 12.780/2013 e nem qual órgão deve prestar informações à CGU sobre a renúncia olímpica, conforme determinado no art. 2º do Decreto 7.033/2009 e no art. 12 da Portaria CGU 572/2010 (itens III.1 e III.3).

192. Nesse contexto, ressalta-se o descumprimento da previsão do parágrafo único do art. 29 da Lei, uma vez que não foram encaminhadas as prestações de contas parciais ao Congresso Nacional, anos de 2013 a 2015, relativas à renúncia de receita e ao aumento de arrecadação que possam ser atribuídos aos Jogos. Do mesmo modo, houve desrespeito ao disposto no Decreto 7.033/2009 e na Portaria CGU 572/2010, pois as informações sobre incentivos fiscais, subsídios e subvenções alusivas às Olimpíadas de 2016 não estão sendo encaminhadas à CGU e nem publicadas no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal (item III.5).

193. Também se verificou que a coordenação do Geolimpiadas, com relação à implementação da Lei 12.780/2013, foi inexistente, mesmo havendo disposição no Decreto de 13/9/2012 que instituiu o respectivo comitê como instância coordenadora das atividades do Governo Federal financiadas com recursos da União, inclusive mediante incentivos fiscais. Considerando que a fixação de responsabilidades é uma das dimensões importantes da coordenação, é possível que a ausência de coordenação do Geolimpiadas possa ter colaborado para a não definição daqueles que deverão elaborar as prestações de contas. Tanto que essa carência foi reconhecida pelo Ministério da Fazenda e será levada para o âmbito do referido comitê (itens III.1 e III.3).

194. A coordenação é uma das questões chaves que deve ser considerada em todas as fases da política e é provável que todas as fragilidades identificadas neste relatório tenham a ausência de coordenação como causa maior. Porém, uma vez superada a fase de instituição da renúncia olímpica, não se verifica a necessidade de gestão específica da renúncia. Por essa razão não se realizou proposta de determinação específica acerca do componente de governança coordenação.

195. Essa renúncia dispensa gestão específica, por não haver exigência de contraprestação por parte dos beneficiários, além do atendimento aos requisitos para a habilitação, como também por não haver necessidade de atuação prévia da administração para concessão do benefício, a não ser conceder a habilitação após a conferência das informações prestadas (III.3).

196. Dessa forma, estando a atuação da administração vinculada basicamente à sistemática de habilitação e ao acompanhamento dos valores previstos e estimados da renúncia, que são realizados pela RFB, os controles constantes na legislação e os instrumentos de mitigação de risco indicados aparentam ser adequados e razoáveis (III.4).

197. Entretanto, observou-se que um desses instrumentos não está em operação. Em consulta aos sites do COI (<http://www.olympic.org>), do IPC (<http://www.paralympic.org>) e do RIO 2016 (<http://www.rio2016.com>), não foi localizada a publicação dos extratos dos contratos firmados, nem há menção à possibilidade de consulta física aos instrumentos, apesar de existir previsão no § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013 e no art. 34 do Decreto 8.463/2015 (III.5).

198. Ademais, a política pública relacionada aos Jogos Rio 2016 foi considerada no planejamento de médio prazo do governo federal, por meio do Objetivo 0687 e da Iniciativa 02LQ



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

inscritos no PPA 2012-2015. Por sua vez, a renúncia olímpica constou no planejamento dos Jogos, pois, inclusive, tratava-se de obrigação formal assumida pelo Brasil. Contudo, não se identificou o link entre o planejamento governamental e a instituição da renúncia de receita, devido à ausência de qualquer dado acerca do benefício tributário na lei do PPA, bem como no Siop, embora a Portaria MP 16/2013 tenha disciplinado a inserção de dados relacionados ao financiamento extraorçamentário de iniciativas (III.2).

199. Com base nas informações levantadas, foram sugeridas, entre outras medidas, determinações e recomendações ao Ministério do Esporte e ao Ministério da Fazenda e a outros responsáveis, bem como cientificar o Congresso Nacional, o MP e a APO sobre o descumprimento de legislação relacionada ao tema.

200. Paralelamente, ressalta-se que as Normas de Auditoria do TCU (Portaria-TCU 280/2010), em seu item 145, impõem a submissão do relatório preliminar à manifestação dos gestores quando da realização de auditorias operacionais. Nas demais fiscalizações, tal submissão somente é obrigatória se houver achados de alta complexidade ou de grande impacto. Considerando que a presente ação de controle é um levantamento e que, neste bojo, estão sendo propostas deliberações visando tão somente ao aperfeiçoamento da transparência da renúncia olímpica, bem como o envio das prestações de contas parciais ao Congresso Nacional, entende-se estar afastada a aplicabilidade do item para o presente feito, não havendo, pois, a necessidade de submissão deste relatório à prévia manifestação dos gestores envolvidos.

201. Por fim, ressalta-se que os benefícios decorrentes desta fiscalização são qualitativos e se relacionam com a expectativa de controle resultante da competência do Tribunal para fiscalizar as renúncias de receitas.

VI. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

202. Ante todo o exposto, considerando-se o § 2º do art. 41 da Lei Orgânica (Lei 8.443/1992), submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) recomendar à Casa Civil, considerando sua competência quanto à coordenação e à integração das ações do Governo, com fulcro no art. 2º da Lei 10.683/2003, que em conjunto com o Ministério do Esporte, na qualidade de coordenador do Geolimpíadas, conforme arts. 3º e 4º do Decreto não numerado de 13/9/2015, definam os responsáveis, no âmbito do Poder Executivo, para a elaboração das prestações de contas mencionadas no art. 29 da Lei 12.780/2013 e em seu parágrafo único, no prazo de 30 dias (item III.3);

b) determinar ao Ministério do Esporte, na qualidade de coordenador do Geolimpíadas, conforme arts. 3º e 4º do Decreto não numerado de 13/9/2015, e de órgão responsável pela consecução do Objetivo 0687 e pela entrega da iniciativa 02LQ, dispostos no PPA 2012-2015, relativos aos Jogos Rio 2016, que em conjunto com o Ministério da Fazenda, encaminhem ao Congresso Nacional, no prazo de 30 dias, as prestações de contas parciais previstas no parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013, relativas à renúncia de receita e ao aumento de arrecadação que possam ser atribuídos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referentes aos anos de 2013 a 2015, e encaminhem também as prestações de contas parciais posteriores a esse período com base na mesma fundamentação legal, até que haja a definição de quem será o responsável por essa atribuição dentro do Poder Executivo (item III.5);

c) determinar ao Ministério do Esporte, na qualidade de coordenador do Geolimpíadas, conforme arts. 3º e 4º do Decreto não numerado de 13/9/2015, e de órgão responsável pela consecução do Objetivo 0687 e pela entrega da iniciativa 02LQ, dispostos no PPA 2012-2015, relativos aos Jogos Rio 2016, que, em conjunto com o Ministério da Fazenda e com a Controladoria Geral da União, no prazo de 30 dias, disponibilizem, no Portal da Transparência, as informações sobre as habilitações às medidas fiscais da Lei 12.780/2013, disponíveis no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/acoes-e-programas/grandes-eventos/legislacao-aplicavel-aos-grandes-eventos>), considerando-se a Lei de Acesso à Informação



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

(Lei 12.527/2011), a transparência referente aos Jogos Rio 2016 e as disposições do art. 2º do Decreto 7.033/2009 e do art. 12 da Portaria CGU 572/2010 (itens III.2 e III.5);

d) determinar ao Ministério do Esporte, na qualidade de coordenador do Geolimpiadas, conforme arts. 3º e 4º do Decreto não numerado de 13/9/2015, e de órgão responsável pela consecução do Objetivo 0687 e pela entrega da iniciativa 02LQ, dispostos no PPA 2012-2015, relativos aos Jogos Rio 2016, que atualize as informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) sobre os financiamentos extraorçamentários dos Jogos Rio 2016, conforme dispõe o § 2º do art. 3º da Portaria MP 16/2013, no prazo de 30 dias, e mantenha a atualização anual dessas informações (item III.2);

c) determinar ao Comitê Olímpico Internacional (COI), ao Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) e ao Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (RIO 2016), com base no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal – que trata do dever de prestar contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos ou pelos quais a União responda – que publiquem em seus respectivos endereços eletrônicos os extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013, conforme previsto no § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013 e no art. 34 do Decreto 8.463/2015 (item III.5);

f) dar ciência, com base no art. 7º da Resolução TCU 265/2014:

f.1) à Casa Civil, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria Geral da União, todos integrantes do Geolimpiadas, que não houve coordenação no âmbito federal, por parte do Geolimpiadas, quando da institucionalização das medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013, em desacordo com o Decreto não numerado de 13/9/2012, que definia o citado comitê como instância coordenadora das atividades do Governo Federal financiadas com recursos da União, inclusive mediante incentivos fiscais (item III.3);

f.2) ao Congresso Nacional e à Casa Civil, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, ao Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria Geral da União, tendo em vista serem integrantes do Geolimpiadas, acerca do descumprimento, referente aos exercícios de 2013 a 2015, do parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013, que determina o envio ao Congresso Nacional das prestações de contas parciais sobre o montante da renúncia fiscal e da arrecadação relacionadas aos Jogos Rio 2016 (item III.5);

f.3) ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão acerca do descumprimento do § 2º do art. 3º da Portaria MP 16/2013, referente a não disponibilização de informações sobre a renúncia olímpica no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), embora ela se enquadre na categoria de financiamento extraorçamentário dos Jogos Rio 2016, cujas iniciativas deverão ser tratadas em campo de preenchimento específico nesse sistema (item III.2);

f.4) à Autoridade Pública Olímpica sobre o descumprimento do § 4º do art. 19 da Lei 12.780/2013 e do art. 34 do Decreto 8.463/2015, que determina ao Comitê Olímpico Internacional (COI), ao Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) e ao Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (RIO 2016) a publicação nos respectivos endereços eletrônicos dos extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013 (item III.5);

g) encaminhar, para ciência, cópia do relatório, do voto e do acórdão que vierem a ser proferidos à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, à Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Secretaria Geral de Controle Externo;

h) determinar à Semag que monitore as deliberações acima;

i) arquivar os autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.”

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

VOTO

Trata-se de levantamento de natureza operacional realizado em decorrência de determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão nº 3.563/2014-TCU-Plenário, abaixo transcrita:

“9.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que, em razão da competência do TCU para fiscalizar as renúncias de receitas, atribuída à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), conforme inciso V do art. 45 da Resolução-TCU 253/2012, realizar trabalho com o objetivo de investigar a estrutura de governança, atribuição de responsabilidades e os controles internos afetos a essas abdicções de receitas, previstas na Lei 12.780/2013;”

2. O objetivo do trabalho foi investigar a estrutura de governança, a atribuição de responsabilidade e os controles internos referentes às renúncias de receitas para os Jogos Rio-2016. Para tanto, com base no Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas do TCU (RGP), a Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) analisou cinco componentes de governança: institucionalização; planos e objetivos; coordenação e coerência; gestão de riscos e controles internos; e **accountability**.

3. Primeiramente, cabe destacar que o Brasil, ao se candidatar como sede dos Jogos Rio-2016, comprometeu-se com uma série de responsabilidades, entre as quais a isenção de tributos federais na entrada, saída e circulação de bens e serviços destinados à organização e à realização dos Jogos, alcançando o Comitê Olímpico Internacional (COI), o Comitê Organizador dos Jogos Rio-2016 (Comitê Rio-2016) e outras entidades relacionadas com o evento. Tais isenções se materializaram na Lei nº 12.780/2013 e foram objetos de análise neste processo.

4. Segundo a Receita Federal do Brasil (RFB), a estimativa de perda de receitas com as renúncias tributárias para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos atinge o montante de R\$ 3,8 bilhões, conforme tabela a seguir:

| | R\$ milhões | | | | | |
|-----------------------|--------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|
| Tributo | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Imposto de Importação | 2,25 | 12,29 | 51,15 | 283,72 | 20,78 | 370,19 |
| IPI-V | 2,06 | 9,43 | 39,21 | 217,52 | 15,93 | 284,14 |
| IPI Interno | 11,18 | 8,20 | 34,10 | 189,15 | 13,85 | 256,48 |
| PIS | 5,08 | 8,82 | 36,68 | 203,49 | 14,90 | 268,98 |
| Cofins | 23,41 | 40,62 | 168,97 | 937,28 | 68,65 | 1.238,93 |
| IRPJ | - | - | - | - | - | - |
| CSLL | - | - | - | - | - | - |
| IRRF | - | 31,43 | 130,74 | 725,19 | 53,11 | 940,47 |
| IOF | - | 0,70 | 2,90 | 16,07 | 1,18 | 20,83 |
| Previdência | 22,58 | 14,34 | 59,64 | 330,85 | 24,23 | 451,64 |
| Total | 66,56 | 125,81 | 523,39 | 2.903,26 | 212,64 | 3.831,66 |

Obs.: Os valores de 2013 são estimativas realizadas com base em dados efetivos das declarações dos habilitados. Os valores de 2014 a 2017 são previsões realizadas com base no volume de operações esperado para as Olimpíadas.

Fonte: Nota RFB/Audit/Diaex 37, de 6/7/2015 (peça 34, p. 7)

5. De antemão, informo que, no mérito, estou de acordo com a análise promovida pela unidade técnica, conforme considerações a seguir.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

6. No que se refere ao componente de governança “institucionalização”, é possível identificar alguns pontos positivos, tais como:

a) as isenções tributárias foram concedidas mediante lei específica – Lei nº 12.780/2013 – e normativos infralegais – Decreto nº 8.463/2015 e IN RFB nº 1.335/2013, em conformidade com o § 6º do art. 150 da Constituição Federal de 1988;

b) a renúncia foi considerada na estimativa da lei orçamentária nos exercícios de 2013 a 2015, de acordo com o art. 14, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

c) o prazo de vigência para as isenções foi fixado em cinco anos – 1/1/2013 a 31/12/2017 – em conformidade com o art. 91, §1º da LDO 2013 (Lei nº 12.708/2012).

7. Quanto a um dos elementos que constituem o componente “institucionalização” – competências e responsabilidades –, verifiquemos que a Receita Federal do Brasil (RFB) tem cumprido adequadamente seu papel de órgão responsável pela análise das condições para a concessão dessas renúncias de receitas, as quais estão previstas na Lei nº 12.780/2013, conforme abaixo indicadas:

a) ter estabelecimento no Brasil (no caso de pessoas jurídicas) ou CPF (no caso de pessoa física);

b) não ser a pessoa jurídica enquadrada no Simples Nacional; e

c) estar em situação de regularidade fiscal perante o FGTS.

8. Ademais, o rol de pessoas físicas e jurídicas atualmente habilitadas a receberem os incentivos fiscais consta da página da RFB na internet.

9. Uma impropriedade identificada refere-se ao fato de que, apesar da existência de quatro entidades diretamente envolvidas com a renúncia de receitas dos Jogos Rio-2016 – Comitê Gestor e Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOlimpíadas e Geolimpíadas), sob a coordenação do Ministério do Esporte, RFB e Autoridade Pública Olímpica (APO) –, não há nenhum órgão responsável pela prestação de contas prevista no art. 29 da Lei nº 12.780/2013 e nos artigos 12 e 13 da Portaria CGU 572/2010.

10. Tratarei da proposta de encaminhamento relacionada com essa impropriedade, adiante, no componente de governança “**accountability**”.

11. No que tange ao componente de governança “Planos e Objetivos”, foi possível identificar que constou do PPA 2012-2015 o Programa 2035 (Esportes e Grandes Eventos) e o Objetivo 0687, abaixo transcrito, os quais tiveram como responsável o Ministério dos Esportes:

Programa 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

12. Apesar disso, não constou do PPA nem do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) – sistema que suporta os processos de planejamento e orçamento do Governo Federal – nenhum registro a respeito das medidas tributárias previstas na Lei nº 12.780/2012, indicando que não há a devida transparência quanto às renúncias de receitas vinculadas aos Jogos Rio 2016.

13. Em adição, apesar de os CPF’s e CNPJ’s dos contribuintes beneficiados com as isenções fiscais constarem do site da Receita Federal do Brasil, estes não foram incluídos no Portal da Transparência do Governo Federal, de responsabilidade da Controladoria-Geral da União.

14. Dessa forma, estou de acordo com a proposta da unidade técnica em determinar ao Ministério do Esporte, na qualidade de coordenador do CGOlimpíadas e do Geolimpíadas, e de órgão responsável pela consecução das rubricas do PPA relativas aos Jogos Rio 2016, que, em conjunto com o Ministério da Fazenda e com a Controladoria-Geral da União, disponibilizem, no Portal da Transparência, as informações sobre as habilitações às medidas fiscais da Lei 12.780/2013, já disponíveis no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/acoes-e-programas/grandes-eventos/legislacao-aplicavel-aos-grandes-eventos>).



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 011.846/2015-1

15. Também consinto com as propostas de ciência ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) e de determinação às mesmas entidades mencionadas no parágrafo anterior a respeito da atualização das informações no Siop, tendo em vista a necessidade de maior transparência com os gastos referentes aos Jogos Rio-2016.

16. Cabe ressaltar que, conforme mencionado pela Semag, não houve participação do Ministério do Esporte em todo o processo de concessão das renúncias de receitas, mesmo sendo esse órgão ministerial responsável pelo programa de grandes eventos esportivos no PPA e pelos Comitê Gestor e Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOlimpíadas e Geolimpíadas).

17. Dessa forma, enfatizo a necessidade de trabalho em conjunto do Ministério do Esporte e do Ministério da Fazenda para o atendimento das propostas retrocitadas.

18. No que concerne ao componente de governança “Coordenação e coerência”, a concepção das renúncias de receitas foi adequada, uma vez que houve articulação entre a Receita Federal do Brasil (RFB), a Autoridade Pública Olímpica (APO) e o Comitê Rio-2016, resultando no texto da Lei nº 12.780/2013, em conformidade com os compromissos assumidos pelo Brasil na candidatura aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

19. Quanto à execução dessas renúncias, transcrevo trecho do relatório que antecede este voto ao mencionar que *“uma vez superada a fase de instituição da renúncia olímpica, não se verifica a necessidade de gestão específica, visto não haver exigência de contraprestação por parte dos beneficiários, além do atendimento aos requisitos para a habilitação”*.

20. No que se refere ao componente de governança “Gestão de Riscos e Controle Interno”, foi identificado que a RFB adota controles previstos na Lei nº 12.780/2013, tais como:

a) exigência de as entidades estrangeiras se estabelecerem no Brasil, caso realizem a contratação de pessoas físicas ou a comercialização de produtos ou serviços no país (art. 3º);

b) sujeição do COI e do Comitê Rio-2016 ao pagamento dos tributos em caso de vício de indicação (art. 19); e

c) a obrigatoriedade de publicação dos extratos dos contratos firmados com pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios previstos na Lei nº 12.780/2013, por parte do COI, do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), das empresas e eles vinculadas e do Comitê Rio-2016, bem com disponibilização de cópias integrais dos contratos para consulta dos interessados (art. 34, do Decreto 8.463/2015).

21. Quanto a este último ponto, a unidade técnica não constatou a publicação dos referidos extratos dos contratos nem a disponibilização das cópias integrais, comprometendo, assim, a transparência e a mitigação de riscos, visto que dificulta o controle social de tais termos contratuais.

22. Pelas razões expostas, anuo à proposta da Semag em determinar ao Comitê Olímpico Internacional (COI), ao Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) e ao Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (RIO 2016) que publiquem em seus respectivos endereços eletrônicos os extratos dos contratos firmados pelas pessoas físicas e jurídicas habilitadas ao gozo dos benefícios instituídos pela Lei 12.780/2013, conforme previsto no art. 19, § 4º, da Lei nº 12.780/2013 e no art. 34 do Decreto 8.463/2015.

23. No que tange ao último componente de governança avaliado, qual seja **“accountability”**, não houve definição de qual órgão seria o responsável pelas prestações de contas parciais e final e pelas ações de transparência, principalmente as referentes à publicação dos dados relacionados aos Jogos Rio-2016 no Portal da Transparência.

24. Quanto às prestações de contas parciais, o parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013 prevê expressamente a necessidade de o *“Poder Executivo encaminhar, anualmente, entre 2013 e 2017, até o dia 1º de agosto de cada ano, prestações de contas parciais, apresentando os resultados referentes à renúncia fiscal total e ao aumento de arrecadação”*.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 011.846/2015-1

25. Foi verificado que até a presente data não foram encaminhadas as prestações de contas parciais ao Congresso Nacional, com afronta ao dispositivo acima mencionado, e que sequer foi definido o órgão responsável por tal obrigação.

26. Por conseguinte, concordo com as propostas de ciência ao parlamento, à Casa Civil da Presidência da República e aos órgãos integrantes do Geolimpíadas a respeito dessa impropriedade e da determinação ao Ministério dos Esportes, em conjunto com o Ministério da Fazenda, para o encaminhamento urgente dessas prestações de contas, enquanto não for definido o ministério responsável.

27. Já a obrigação da prestação de contas final referente às renúncias de receitas está prevista no **caput** e nos incisos I a V do art. 29 da mesma norma legal.

28. Visto que todos os órgãos questionados (RFB, ME, MTE e APO) entenderam que não seriam responsáveis por tal tarefa, há necessidade urgente de definição no âmbito do Poder Executivo do órgão ministerial incumbido por essa obrigação, conforme recomendação da Semag à Casa Civil da Presidência da República.

Ante o exposto, voto no sentido de que seja aprovado o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em.

Ministro JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Relator

ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE; E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

Comunicações

A Presidência do Senado Federal recebeu o Ofício nº 31/2016, do Senador Jorge Viana, por meio do qual comunica impossibilidade de participação no evento Digital Enterprise Show, marcado para o período de 24 a 26 de maio de 2016, em Madrid, Espanha, conforme Requerimento nº 357, de 2016.

O Expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao arquivo.



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR JORGE VIANA

Ofício n.º 31/2016/GSJVIA

Brasília, 19 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília DF - CEP 70165-900

Assunto: **Cancelamento de missão oficial**

Senhor Presidente,

1. Em razão de trabalho, informo que não poderei participar, na condição de Vice-Presidente do Senado, do evento “Digital Enterprise Show”, em Madrid, Espanha, no período de 24 a 26 de maio de 2016, nos termos do Requerimento nº 357, de 2016, aprovado pelo Plenário do Senado em 18 de maio de 2016.
2. Nesse sentido, solicito o cancelamento de todo o processo em andamento dessa missão oficial.
3. Na certeza de poder contar com o apoio de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Jorge Viana, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

Senador Jorge Viana
Vice-Presidente do Senado Federal

A Presidência comunica que recebeu em 24 de maio de 2016, ofício da Senador Romero Jucá, comunicando a reassunção ao mandato de Senador da República pelo Estado de Roraima e sua recondução ao cargo de Segundo Vice-Presidente do Senado Federal.

100.080639/2016-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Memorando nº /2016 – GSRJ

Brasília, 24 de maio de 2016

Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

A publicação,
Em 25/05/16
[Assinatura]

Senhor Presidente,

Venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência, minha recondução ao Cargo de Senador da República, a partir desta data, visando dar continuidade aos trabalhos realizados nesta respeitosa Casa.

Na oportunidade, renovo os protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Romero Jucá
Senador



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Memorando nº /2016 – GSRJ

Brasília, 24 de maio de 2016

Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

A publicação
Em 25/05/16
Off. Pub.

Senhor Presidente,

Venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência, minha recondução ao Cargo de Segundo Vice-Presidente do Senado Federal, a partir desta data, visando dar continuidade aos trabalhos realizados nesta respeitosa Casa.

Na oportunidade, renovo os protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Romero Jucá
Senador

A Presidência do Senado recebeu expediente do Senador Aloysio Nunes, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata missão parlamentar como representante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, realizada nos Estados Unidos e México, no período de 18 a 22 de abril de 2016, nos termos do Requerimento nº 238, de 2016.

O Requerimento vai ao Arquivo.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Memorando – 00108/2016– GSHCST

Em 24 de maio de 2016

Senhor Presidente,

Neste momento em que expresso cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que, em relação ao deslocamento pleiteado por este parlamentar para ida a Montevideú, Uruguai, nos dias 23 a 27 de abril de 2016, a fim de participar das reuniões da Representação Brasileira no Parlasul, objeto do Requerimento 265/2016 (RQS), não me desloquei para o referido destino devido à agenda, na época, como líder do Governo, para atuar no processo de impedimento da Sra. Presidenta da República.

Atenciosamente,


Senador HUMBERTO COSTA

Excelentíssimo Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Ala Senador Antônio Carlos Magalhães
70165-900 - Brasília - DF



Recebido em 24/05/2016
Hora 16:16
Patricia Nóbrega - Mat. 187048
SGM - Senado Federal



SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Moderador

À Publicação
Em 23/5/2016

OF. Nº 028/2016-BLOMOD

Brasília, 24 de maio de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, indico os seguintes Senadores do Bloco Moderador para integrarem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE.

Como Titular:

Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE)
Sen. Armando Monteiro (PTB/PE)

Como Suplente:

Sen. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Sen. Magno Malta (PR/ES)

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração

Atenciosamente

Senador FERNANDO COLLOR
Líder do Bloco Moderador
PTB – PSC – PTC – PRB – PR

Recebido em 24/5/16
Hora: 16:36
F. Marcelo Gomes de Souza - Matr. 256540
SCL/SP/SGM



SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Moderador

À Publicação
Em 27.15.2016

[Assinatura]

OF. Nº 029/2016-BLOMOD

Brasília, 24 de maio de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador Pedro Chaves (PSC/MS) para compor, como membro Suplente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Atenciosamente

[Assinatura]

Senador **FERNANDO COLLOR**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PSC – PTC – PRB – PR

[Assinatura]
Cynelia Alcantara
Mat.: 29225
(SGM)

RECEBIDO EM: 24/05/2016
HORAS: 10:10

À Publicação
Em 23/5/2016

OF. Nº 27/16-GLDEM

Brasília, 24 de maio de 2016.

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o nome do Senador RICARDO FRANCO,
como suplente, para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- CCJ.

Atenciosamente,

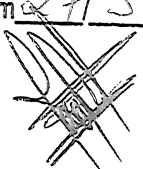
Senador RONALDO CAIADO

Líder do Democratas no Senado Federal

RECEBIDO
Hora: 14:30
Ricardo Gomes de Souza - Matr. 26640
SCJ/SOM

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

| |
|---|
| COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ |
| Recebido em 25 / 05 / 16 |
| Matrícula 230087 ANDERSON |

À Publicação
Em 27/5/2016



OF. Nº 28/16-GLDEM

Brasília, 24 de maio de 2016

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o RICARDO FRANCO, para ocupar a vaga de titular, cedida pelo PSDB, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

Atenciosamente,


Senador RONALDO CAIADO
Líder do Democratas no Senado Federal

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Líder do PSDB no Senado Federal

Recebido em 27/5/16
1 hora 16.30
Escritório do Senador - Matr. 256540
SCLSP/SGM

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

À Publicação
Em 27.5.2016


OF. Nº 29/16-GLDEM

Brasília, 24 de maio de 2016

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o Senador RICARDO FRANCO, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Assuntos Econômicos – CAE.

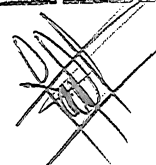
Atenciosamente,


Senador RONALDO CAIADO
Líder do Democratas no Senado Federal

Recebido em 15/5/16
Hora: 14:30
Marcelo Gomes de Souza - Matr. 256540
SCL-SP/BR-23

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

À Publicação
Em 27/5/2016



OF. Nº 30/16-GLDEM

Brasília, 24 de maio de 2016

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o Senador RICARDO FRANCO, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Assuntos Sociais – CAS.

Atenciosamente,



Senador RONALDO CAIADO


Líder do Democratas no Senado Federal

Recebido em
Hora: 14:30

25/5/16
11

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

À Publicação
Em 27.5.2016



OF. Nº 32/16-GLDEM

Brasília, 24 de maio de 2016

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o Senador RICARDO FRANCO, para ocupar a vaga de titular, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Atenciosamente,




Senador RONALDO CAIADO

Líder do Democratas no Senado Federal

Recebido em 27/5/16
Hora: 14:30
Marcelo Gomes de Souza - Matr. 256540
SCI-SF/SCM

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

À Publicação
Em 28/5/2016



OF. Nº 35/16-GLDEM

Brasília, 24 de maio de 2016

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o Senador RICARDO FRANCO, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Educação Cultura e Esporte – CE.

Atenciosamente,


Senador RONALDO CAIADO

Líder do Democratas no Senado Federal

Recebido em 25/5/16
Hora 14:30
Marcelo Gomes de Souza (Matr. 256540)
SCLSP/SGM

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

A Presidência recebeu o Relatório Final nº 8, de 2016, da Comissão Parlamentar de Inquerito criada pelo Requerimento nº 94, de 2015, destinada a investigar irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

O referido Relatório vai à publicação em suplemento ao presente Diário. **(vide item 3.1 do Sumário)**

A Presidência tomará as providências necessárias para o atendimento de suas conclusões e recomendações.

Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2016, que estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 708, de 2015).

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para apreciação da Medida Provisória esgotou-se em 1º de abril de 2016, e o de sua vigência esgotar-se-á em 31 de maio do corrente.

A matéria será incluída na pauta da Ordem do Dia de terça-feira, dia 31 de maio.

**SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2016****(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 708, DE 2015)**

Estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A União reincorporará os trechos da malha rodoviária federal transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, que sejam passíveis de enquadramento em um dos requisitos do art. 16 da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011.

Parágrafo único. Os trechos de malhas rodoviárias de que trata o *caput* são os definidos no Anexo desta Lei.

Art. 2º As rodovias transferidas para os Estados e para o Distrito Federal em função da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, que constam de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujos serviços abranjam projetos e obras desenvolvidos para implantação, duplicação de rodovias e execução de obras de arte especiais, poderão receber investimentos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT até a conclusão da execução do empreendimento.

§ 1º Para os empreendimentos que se encontram em fase de projeto, é admitida a contratação até 31 de dezembro de 2018 de obras de que trata o *caput*, para os editais lançados até 30 de junho de 2018.

§ 2º Fica o DNIT autorizado, a partir de 1º de janeiro de 2016, a aplicar recursos na contratação de serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, sinalização e supervisão nas rodovias objeto da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, ficando também responsável pela tutela do uso comum de suas faixas de domínio, o que compreende a fiscalização, a regulação, a operação e a cobrança pelo uso das referidas faixas.

Art. 3º A reincorporação a que se refere o art. 1º ocorrerá em caráter irretratável e irrevogável, mediante termo assinado pelo Ministro de Estado dos Transportes e pelo Governador do Estado ou do Distrito Federal, transferidor da malha rodoviária.

Parágrafo único. A transferência de domínio de que trata esta Lei fica condicionada à emissão de termo, pelo Estado ou pelo Distrito Federal, que, na forma estabelecida pela Advocacia-Geral da União, declare:

I - que todas as despesas realizadas em rodovias federais, direta ou indiretamente, sem convênio ou com convênio, em desacordo com o plano de trabalho e de aplicação de recursos, foram efetuadas por sua conta e ordem, não constituindo obrigação da União;

II - a renúncia em juízo a alegado direito em que se funda a ação, se houver, contra a União, em que se pretenda ressarcimento ou indenização por despesas incorridas no período de vigência do domínio do Estado sobre os trechos de rodovias integrantes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, e transferidas para os Estados e para o Distrito Federal; e

III - que responderá diretamente ou se responsabilizará por ressarcir a União por eventuais condenações decorrentes de acidentes ou danos provocados a terceiros relativos à rodovia que estava sob seu domínio até a transferência do domínio e da administração da via à União.

Art. 4º Fica vedado o repasse ou o ressarcimento de recursos correspondentes a gastos realizados pelos Estados e pelo Distrito Federal que não encontrem amparo em convênio firmado com a União, no qual estejam especificados planos de trabalho e de aplicação de recursos nas rodovias de que trata o art. 1º.

Art. 5º A reincorporação de que trata o art. 1º não ensejará, por parte dos Estados, do Distrito Federal ou da União, repasse de verbas para ressarcimento de recursos aplicados na manutenção e conservação de rodovias integrantes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.

Art. 6º Fica o DNIT autorizado, no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, a partir de 1º de janeiro de 2016, a utilizar recursos federais para executar obras e serviços de conservação, de manutenção, de recuperação, de restauração, de sinalização e de supervisão nos trechos transferidos aos Estados e ao Distrito Federal pela Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, e que não foram objeto de reincorporação na forma do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Durante o prazo especificado no *caput*, o DNIT também ficará responsável pela tutela do uso comum das faixas de domínio, o que compreende a fiscalização, a regulação, a operação, a cobrança pelo uso das referidas

faixas e o ressarcimento pelos danos causados nos trechos de que trata o *caput*.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

a) Quadro Resumo de Reincorporação

REINCORPORAÇÃO À MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

| ESTADOS | AM | BA | ES | GO | MA | MG | MS | PB | PE | PI | PR | RO | RS | RR | TO | TOTAL |
|---------------------------------------|-------|---------|-------|-------|--------|---------|-------|--------|-------|-------|-------|--------|---------|--------|-------|----------|
| Total transferido pela MPV nº 82/2002 | 265,9 | 1.411,2 | 292,8 | 619,2 | 715,1 | 6.000,3 | 685,6 | 242,0 | 350,5 | 299,2 | 945,0 | 115,0 | 1.987,8 | 187,7 | 388,9 | 14.506,2 |
| Malha a ser reincorporada | 181,9 | 1.302,2 | 199,1 | 527,2 | 715,1 | 3.074,5 | 625,3 | 242,0 | 0,0 | 215,3 | 777,6 | 115,0 | 1.620,8 | 187,7 | 223,3 | 10.007,0 |
| | 68,4% | 92,3% | 68,0% | 85,1% | 100,0% | 51,2% | 91,2% | 100,0% | 0,0% | 72,0% | 82,3% | 100,0% | 81,5% | 100,0% | 57,4% | 69,0% |

b) Amazonas – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim de trecho | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|---|---------------------------------|-------|-------|------|--------------------------------|
| 210BAM0730 | 210 | Km 2.111,8 | ENTR BR-307 | 454,2 | 35,8 | IMP | Fronteira - Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | 35,8 | | |
| 307BAM0050 | 307 | ENTR BR-364 (DIV AC/AM) (CRUZEIRO DO SUL) | Km 80,0 | 0,0 | 80,0 | IMP | Fronteira - Segurança Nacional |
| 307BAM0060 | 307 | Km 80,0 | ENTR AM-280 | 80,0 | 4,3 | IMP | Fronteira - Segurança Nacional |
| 307BAM0070 | 307 | ENTR AM-280 | FIM DA IMPLANTAÇÃO | 84,3 | 114,1 | IMP | Fronteira - Segurança Nacional |
| 307BAM0230 | 307 | ATALAIA DO NORTE | ENTR BR-230 (BENJAMIN CONSTANT) | 625,3 | 32,0 | EOP | Fronteira - Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | 146,1 | | |
| | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | 181,9 | | |

c) Bahia – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|--|-------------------------------------|-------|-------|------|---------------------------|
| 030BBA0242 | 030 | ENTR BR-342(B) (MALHADA(FMTR/ROSFRANCO)) | ENTR BA-160 | 46,8 | 17,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0244 | 030 | ENTR BA-160 | ENTR BA-613 (P/ IUIÚ) | 63,8 | 8,5 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0250 | 030 | ENTR BA-613 (P/ IUIÚ) | ENTR BA-265 (PALMAS DE MONTE ALTO) | 72,3 | 40,6 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0252 | 030 | ENTR BA-265 (PALMAS DE MONTE ALTO) | ENTR BA-612 (MUTÃS) | 112,9 | 22,5 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0254 | 030 | ENTR BA-612 (MUTÃS) | ENTR BA-573 | 135,4 | 20,5 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0270 | 030 | ENTR BA-573 | ENTR BR-122(A) (GUANAMBI) | 155,9 | 2,7 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0272 | 030 | ENTR BR-122(A) (GUANAMBI) | ENTR BA-937 (P/ PAJEÚ DO VENTO) | 158,6 | 25,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0290 | 030 | ENTR BA-937 (P/ PAJEÚ DO VENTO) | ENTR BR-122(B)/430/BA-569 (CAETITÉ) | 183,6 | 12,3 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0310 | 030 | ENTR BR-122(B)/430/BA-569 (CAETITÉ) | ENTR BA-617 | 195,9 | 34,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0330 | 030 | ENTR BA-617 | ENTR BA-614 | 229,9 | 20,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0335 | 030 | ENTR BA-614 | ENTR BA-148 | 249,9 | 28,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0340 | 030 | ENTR BA-148 | ENTR BA-026(A)/262 (BRUMADO) | 277,9 | 17,4 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0382 | 030 | ENTR BR-116 | BOA NOVA | 470,3 | 17,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0390 | 030 | BOA NOVA | FIM PAVIMENTAÇÃO | 487,3 | 1,9 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0395 | 030 | FIM PAVIMENTAÇÃO | INÍCIO PAVIMENTAÇÃO | 489,2 | 37,1 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0400 | 030 | INÍCIO PAVIMENTAÇÃO | ENTR BA-130(A) (DÁRIO MEIRA) | 526,3 | 4,3 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0410 | 030 | ENTR BA-130(A) (DÁRIO MEIRA) | ENTR BA-130(B) | 530,6 | 5,4 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0412 | 030 | ENTR BA-130(B) | ENTR BA-656 | 536,0 | 23,0 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0414 | 030 | ENTR BA-656 | ENTR BA-120 (P/ GONGOGI) | 559,0 | 25,0 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0430 | 030 | ENTR BA-120 (P/ GONGOGI) | ENTR BR-101(A) (UBAITABA) | 584,0 | 23,5 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0450 | 030 | ENTR BR-101(B) (AURELINO LEAL) | ENTR BA-001 (CAUBI) | 609,1 | 36,2 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0452 | 030 | ENTR BA-001 (CAUBI) | ENTR BA-964 (P/ MARAÚ) | 645,3 | 14,7 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| 030BBA0470 | 030 | ENTR BA-964 (P/ MARAÚ) | CAMPINHO | 660,0 | 28,7 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| | | SUBTOTAL | | | 465,3 | | |
| 110BBA0590 | 110 | JEREMOABO | ENTR BR-235 | 75,1 | 4,6 | PAV | |

| | | | | | | | | |
|------------|-----|--|--------------------------------------|-------|-------|-------|-----|-------------------------------------|
| 110BBA0610 | 110 | ENTR BR-235 | ENTR BA-392 (ANTAS) | 79,7 | 115,7 | 36,0 | PAV | |
| 110BBA0612 | 110 | ENTR BA-392 (ANTAS) | ENTR BA-220 (CÍCERO DANTAS) | 115,7 | 142,1 | 26,4 | PAV | |
| 110BBA0630 | 110 | ENTR BA-220 (CÍCERO DANTAS) | ENTR BA-393 | 142,1 | 145,1 | 3,0 | PAV | |
| 110BBA0632 | 110 | ENTR BA-393 | ENTR BR-410/BA-394 (RIBEIRADOPOMBAU) | 145,1 | 172,3 | 27,2 | PAV | |
| 110BBA0650 | 110 | ENTR BR-410/BA-394 (RIBEIRA DO POMBAL) | ENTR BA-084(A)/395 (CIPÓ) | 172,3 | 202,8 | 30,5 | PAV | |
| 110BBA0670 | 110 | ENTR BA-084(A)/395 (CIPÓ) | ENTR BA-084(B) (NOVA SOURE) | 202,8 | 221,8 | 19,0 | PAV | |
| 110BBA0672 | 110 | ENTR BA-084(B) (NOVA SOURE) | ENTR BR-349 (OLINDINA) | 221,8 | 242,2 | 20,4 | PAV | |
| 110BBA0690 | 110 | ENTR BR-349 (OLINDINA) | ENTR BA-398 (P/CRISÓPOLIS) | 242,2 | 251,1 | 8,9 | PAV | |
| 110BBA0710 | 110 | ENTR BA-398 (P/CRISÓPOLIS) | ENTR BA-233(A) | 251,1 | 281,2 | 30,1 | PAV | |
| 110BBA0712 | 110 | ENTR BA-233(A) | ENTR BA-233(B) (P/ITAMIRA) | 281,2 | 284,3 | 3,1 | PAV | |
| 110BBA0714 | 110 | ENTR BA-233(B) (P/ITAMIRA) | INHAMBUPE | 284,3 | 295,0 | 10,7 | PAV | |
| 110BBA0716 | 110 | INHAMBUPE | ENTR BA-400 | 295,0 | 311,6 | 16,6 | PAV | |
| 110BBA0730 | 110 | ENTR BA-400 | ENTR BR-101(A) | 311,6 | 331,4 | 19,8 | PAV | |
| 110BBA0770 | 110 | ENTR BR-101(B) (P/ALAGOINHAS) | ENTR BA-868 (P/BURACICA) | 344,6 | 349,2 | 4,6 | PAV | |
| 110BBA0772 | 110 | ENTR BA-868 (P/BURACICA) | CATU | 349,2 | 371,8 | 22,6 | PAV | |
| 110BBA0774 | 110 | CATU | ENTR BR-420(A) | 371,8 | 376,2 | 4,4 | PAV | |
| 110BBA0790 | 110 | ENTR BR-420(A) | ENTR BA-871 (P/CASSARONGONGO) | 376,2 | 388,1 | 11,9 | PAV | |
| 110BBA0792 | 110 | ENTR BA-871 (P/CASSARONGONGO) | ENTR BA-512 (SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ) | 388,1 | 399,5 | 11,4 | PAV | |
| 110BBA0810 | 110 | ENTR BA-512 (SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ) | ENTR BR-324/420(B) | 399,5 | 408,6 | 9,1 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 320,3 | | |
| | | | | | | | | |
| 122BBA0510 | 122 | ENTR BA-156 (PARAMIRIM) | ENTR BR-030(A)/430/BA-569 (CAETITÉ) | 581,0 | 667,0 | 86,0 | LEN | Mina de Urânio - Segurança Nacional |
| 122BBA0550 | 122 | ENTR BR-030(B) (GUANAMBI) | ENTR BA-612 (P/CANDIBA) | 704,3 | 731,3 | 27,0 | PAV | Mina de Urânio - Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | 113,0 | | |
| | | | | | | | | |
| 324BBA0190 | 324 | ENTR BA-131(A)/373 | JACOBINA | 284,0 | 291,3 | 7,3 | PAV | Complementação do Eixo (BR-324/BA) |
| | | SUBTOTAL | | | | 7,3 | | |
| | | | | | | | | |
| 330BBA0250 | 330 | ENTR BR-116(B) | P/ JEQUIÉ | 718,3 | 722,6 | 4,3 | PAV | |
| 330BBA0252 | 330 | P/ JEQUIÉ | JEQUIÉ *TRECHO URBANO* | 722,6 | 724,1 | 1,5 | PAV | |
| 330BBA0270 | 330 | JEQUIÉ | ENTR BA-130(B) (JITAÚNA) | 724,1 | 746,7 | 22,6 | PAV | |
| 330BBA0272 | 330 | ENTR BA-130(B) (JITAÚNA) | ENTR BA-650 (PIAÚ) | 746,7 | 777,2 | 30,5 | PAV | |

| | | | | | | | | |
|------------|-----|--------------------------------------|------------------------------------|-------|---------|------|-----|------|
| 330BBA0290 | 330 | ENTR BA-650 (IPIAÚ) | BARRA DO ROCHA | 777,2 | 794,6 | 17,4 | PAV | |
| 330BBA0310 | 330 | BARRA DO ROCHA | ENTR BA-120 (UBATÁ) | 794,6 | 800,9 | 6,3 | PAV | |
| 330BBA0312 | 330 | ENTR BA-120 (UBATÁ) | ENTR BA-652 (P/IBIRAPITANGA) | 800,9 | 814,1 | 13,2 | PAV | |
| 330BBA0330 | 330 | ENTR BA-652 (P/IBIRAPITANGA) | ENTR BR-030/101 (UBAITABA) | 814,1 | 830,0 | 15,9 | PAV | |
| 330BBA0910 | 330 | JEQUIÉ | ENTR BR-116 | 0,0 | 4,1 | 4,1 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | 115,8 | | | |
| 367BBA0010 | 367 | ENTR BA-001(A) (SANTA CRUZ CABRÁLIA) | ENTR BA-001(B) (PORTO SEGURO) | 0,0 | 21,6 | 21,6 | PAV | |
| 367BBA0030 | 367 | ENTR BA-001(B) (PORTO SEGURO) | ENTR BR-101 (EUNÁPOLIS) | 21,6 | 84,2 | 62,6 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | 84,2 | | | |
| 410BBA0010 | 410 | ENTR BR-110 (RIBEIRA DO POMBAL) | ENTR BR-116 (TUCANO) | 0,0 | 33,8 | 33,8 | PAV | Eixo |
| | | SUBTOTAL | | | 33,8 | | | |
| 418BBA0050 | 418 | ENTR BR-101 | POSTO DA MATA | 84,5 | 90,6 | 6,1 | PAV | |
| 418BBA0052 | 418 | POSTO DA MATA | ENTR BA-693 (ARGOLO) | 90,6 | 106,8 | 16,2 | PAV | |
| 418BBA0054 | 418 | ENTR BA-693 (ARGOLO) | DIV BAMG | 106,8 | 123,9 | 17,1 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | 39,4 | | | |
| 420BBA0210 | 420 | ENTR BR-101(B) | ENTR BA-539 (LAJE) | 231,7 | 246,7 | 15,0 | PAV | |
| 420BBA0212 | 420 | ENTR BA-539 (LAJE) | ENTR BA-540 (MUTUIPE) | 246,7 | 259,7 | 13,0 | PAV | |
| 420BBA0214 | 420 | ENTR BA-540 (MUTUIPE) | JQUIRICA | 259,7 | 271,3 | 11,6 | PAV | |
| 420BBA0216 | 420 | JQUIRICA | UBAIRA | 271,3 | 283,3 | 12,0 | PAV | |
| 420BBA0218 | 420 | UBAIRA | ENTR BA-120(A) (ENGENHEIRO FRANÇA) | 283,3 | 299,3 | 16,0 | PAV | |
| 420BBA0220 | 420 | ENTR BA-120(A) (ENGENHEIRO FRANÇA) | ENTR BA-120(B)/553 (SANTA INÊS) | 299,3 | 309,3 | 10,0 | PAV | |
| 420BBA0230 | 420 | ENTR BA-120(B)/553 (SANTA INÊS) | ENTR BA-552 (ITAQUARA) | 309,3 | 335,1 | 25,8 | PAV | |
| 420BBA0232 | 420 | ENTR BA-552 (ITAQUARA) | ENTR BA-250(A) (JAGUAQUARA) | 335,1 | 344,5 | 9,4 | PAV | |
| 420BBA0250 | 420 | ENTR BA-250(A) (JAGUAQUARA) | ENTR BR-116(BA-250(B)) | 344,5 | 354,8 | 10,3 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | 123,1 | | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | 1.302,2 | | | |

d) Espírito Santo – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Ext. | Tipo |
|------------|-----|--|--|-------|-------|------|
| 259BES0010 | 259 | ENTR BR-101 (JOÃO NEIVA) | Km 15,3 | 0,0 | 15,3 | PAV |
| 259BES0015 | 259 | Km 15,3 | ENTR BR-484 (P/ 2ª PONTE SOBRE RIO DOCE) | 15,3 | 49,1 | PAV |
| 259BES0030 | 259 | ENTR BR-484 (P/ 2ª PONTE SOBRE RIO DOCE) | ENTR ES-248 (P/ MARILÂNDIA) | 49,1 | 49,8 | PAV |
| 259BES0070 | 259 | ENTR ES-248 (P/ MARILÂNDIA) | ENTR ES-080 | 49,8 | 57,4 | EOP |
| 259BES0075 | 259 | ENTR ES-080 | ENTR ES-164 (P/ PANCAS) | 57,4 | 83,1 | PAV |
| 259BES0080 | 259 | ENTR ES-164 (P/ PANCAS) | ENTR ES-446 (P/ ITAGUAÇU) | 83,1 | 101,1 | PAV |
| 259BES0085 | 259 | ENTR ES-446 (P/ ITAGUAÇU) | ENTR ES-165 (P/ AFONSO CLÁUDIO) | 101,1 | 102,3 | PAV |
| 259BES0095 | 259 | ENTR ES-165 (P/ AFONSO CLÁUDIO) | DIV ES/MG | 102,3 | 106,3 | PAV |
| | | SUBTOTAL | | | 106,3 | |
| 482BES0012 | 482 | INÍCIO PISTA DUPLA | ACESSO I CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 8,0 | 10,0 | DUP |
| 482BES0050 | 482 | ENTR ES-166 (COUTINHO) | ENTR ES-483 (P/ BURARAMA) | 40,3 | 49,2 | PAV |
| 482BES0055 | 482 | ENTR ES-483 (P/ BURARAMA) | ENTR ES-177 (JERÔNIMO MONTEIRO) | 49,2 | 61,9 | PAV |
| 482BES0070 | 482 | ENTR ES-177 (JERÔNIMO MONTEIRO) | ENTR ES-181(A) | 61,9 | 76,9 | PAV |
| 482BES0075 | 482 | ENTR ES-181(A) | ENTR ES-181(B)/387(A) (ALEGRE) | 76,9 | 83,9 | PAV |
| 482BES0090 | 482 | ENTR ES-181(B)/387(A) (ALEGRE) | ENTR ES-387(B) (CELINA) | 83,9 | 95,2 | PAV |
| 482BES0110 | 482 | ENTR ES-387(B) (CELINA) | ENTR BR-484/ES-185 (GUAÇUÍ) | 95,2 | 105,1 | PAV |
| 482BES0130 | 482 | ENTR BR-484/ES-185 (GUAÇUÍ) | ENTR ES-190 (DIV ES/MG) (DORES DO RIO PRETO) | 105,1 | 131,1 | PAV |
| | | SUBTOTAL | | | 92,8 | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | 199,1 | |

e) Goiás – Malha a ser reincorporada

| RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL | | | | | | | | | |
|---|-----|--|---|------|-------|------|-----------------------------|--|--|
| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito | | |
| 080BGO0090 | 080 | DIV DF/GO | ENTR BR-251(B) | 0,0 | 5,0 | PAV | Ligação à Capital Federal | | |
| 080BGO0095 | 080 | ENTR BR-251(B) | ENTR GO-230(A)/435 (PADRE BERNARDO) | 50 | 435 | PAV | Ligação à Capital Federal | | |
| 080BGO0110 | 080 | ENTR GO-230(A)/435 (PADRE BERNARDO) | ENTR BR-414/GO-230(B) (DOIS IRMÃOS) | 435 | 915 | PAV | Ligação à Capital Federal | | |
| | | SUBTOTAL | | | 91,5 | | | | |
| | | | | | | | | | |
| 414BGO0080 | 414 | ENTR GO-237(A) (NIQUELÂNDIA) | ENTR GO-237(B) | 2009 | 2039 | 3,0 | PAV | | |
| 414BGO0083 | 414 | ENTR GO-237(B) | QUEBRA LINHA | 2039 | 267,9 | 64,0 | PAV | | |
| 414BGO0090 | 414 | QUEBRA LINHA | Km 274,4 | 2679 | 2744 | 6,5 | EOP | | |
| 414BGO0100 | 414 | Km 274,4 | ENTR BR-080/GO-230(A)/342 (DOIS IRMÃOS) | 2744 | 2999 | 25,5 | EOP | | |
| 414BGO0110 | 414 | ENTR BR-080/GO-230(A)/342 (DOIS IRMÃOS) | ENTR GO-230(B) | 2999 | 3169 | 17,0 | EOP | | |
| 414BGO0111 | 414 | ENTR GO-230(B) | Km 325,4 | 3169 | 325,4 | 8,5 | EOP | | |
| 414BGO0112 | 414 | Km 325,4 | ENTR BR-251(A) | 3254 | 3319 | 6,5 | EOP | | |
| 414BGO0113 | 414 | ENTR BR-251(A) | ENTR BR-251(B)/GO-435 | 3319 | 3429 | 11,0 | EOP | | |
| 414BGO0115 | 414 | ENTR BR-251(B)/GO-435 | Km 355,5 | 3429 | 3555 | 12,6 | EOP | | |
| 414BGO0115 | 414 | Km 355,5 | ENTR BR-070(A) | 3555 | 3699 | 14,4 | EOP | | |
| 414BGO0130 | 414 | ENTR BR-070(B) (COCALZINHO DE GOIÁS) | ENTR GO-225 (CORUMBÁ DE GOIÁS) | 3719 | 3943 | 22,4 | PAV | | |
| 414BGO0132 | 414 | ENTR GO-225 (CORUMBÁ DE GOIÁS) | ENTR GO-338 (PLANALMIRA) | 3943 | 4116 | 17,3 | PAV | | |
| 414BGO0134 | 414 | ENTR GO-338 (PLANALMIRA) | ENTR BR-153/GO-222/330 (ANÁPOLIS) | 4116 | 441,7 | 30,1 | PAV | | |
| | | SUBTOTAL | | | 238,8 | | | | |
| | | | | | | | | | |
| 452BGO0010 | 452 | ENTR BR-060/GO-174 (RIO VERDE) | ENTR GO-501 (P/ OUROANA) | 0,0 | 39,0 | PAV | Grande relevância econômica | | |
| 452BGO0011 | 452 | ENTR GO-501 (P/ OUROANA) | ENTR GO-164(A) (P/ SANTA HELENA DE GOIÁS) | 390 | 409 | 19 | PAV | | |
| 452BGO0012 | 452 | ENTR GO-164(A) (P/SANTA HELENA DE GOIÁS) | ENTR GO-164(B) (P/ QUIRINÓPOLIS) | 409 | 478 | 69 | PAV | | |
| 452BGO0030 | 452 | ENTR GO-164(B) (P/QUIRINÓPOLIS) | ENTR GO-409 (P/ MAURILÂNDIA) | 478 | 651 | 17,3 | PAV | | |
| 452BGO0032 | 452 | ENTR GO-409 (P/ MAURILÂNDIA) | ENTR GO-410 | 651 | 772 | 121 | PAV | | |
| 452BGO0033 | 452 | ENTR GO-410 | ENTR GO-319(A) (P/ CASTELÂNDIA) | 772 | 792 | 20 | PAV | | |
| 452BGO0034 | 452 | ENTR GO-319(A) (P/ CASTELÂNDIA) | ENTR GO-319(B) | 792 | 834 | 42 | PAV | | |
| 452BGO0036 | 452 | ENTR GO-319(B) | BOM JESUS DE GOIÁS | 834 | 1304 | 470 | PAV | | |

| | | | | | | | | |
|------------|-----|---|---|-------|-------|-------|-----|-----------------------------|
| 452BGO0040 | 452 | BOM JESUS DE GOIÁS | ENTR GO-040 | 130,4 | 134,5 | 4,1 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BGO0050 | 452 | ENTR GO-040 | ENTR BR-154(A)/483(AYGO-206(A)(P/C.DOURADA) | 134,5 | 181,4 | 46,9 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BGO0060 | 452 | ENTR BR-154(A)/483(AYGO-206(A)(P/C.DOURADA) | ENTR GO-206(B) | 181,4 | 187,9 | 6,5 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BGO0070 | 452 | ENTR GO-206(B) | ENTR BR-153(A)/154(B)/483(B) | 187,9 | 196,9 | 9,0 | PAV | Grande relevância econômica |
| | | SUBTOTAL | | | | 196,9 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 527,2 | | |

Portaria nº 884, de 9 de setembro de 2003.
 Modificada pela Portaria nº 22, de 4 de fevereiro de 2005.
 Modificada pela Portaria nº 86, de 4 de maio de 2005.
 Modificada pela Portaria nº 276, de 5 de outubro de 2005.

f) Maranhão – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|---|---|-------|-------|------|------------------------------------|
| 222BMA0410 | 222 | ENTR MA-025/026/234 (CHAPADINHA) | ENTR MA-224 (FAZENDINHA) | 76,3 | 120,5 | PAV | Integração regional, interestadual |
| 222BMA0450 | 222 | ENTR MA-224 (FAZENDINHA) | ENTR MA-020(A) (VARGEM GRANDE) | 120,5 | 151,6 | PAV | Integração regional, interestadual |
| 222BMA0470 | 222 | ENTR MA-020(A) (VARGEM GRANDE) | ENTR MA-020(B) (P/ PRESIDENTE VARGAS) | 151,6 | 172,6 | PAV | Integração regional, interestadual |
| 222BMA0472 | 222 | ENTR MA-020(B) (P/ PRESIDENTE VARGAS) | ITAPECURU-MIRIM | 172,6 | 208,5 | PAV | Integração regional, interestadual |
| 222BMA0490 | 222 | ITAPECURU-MIRIM | ENTR BR-135(A) (OUTEIRO) | 208,5 | 221,6 | PAV | Integração regional, interestadual |
| | | SUBTOTAL | | | 145,3 | | |
| | | | | | | | |
| 226BMA0810 | 226 | ENTR BR-316/343(B) (DVP/MA)(TERESINATIMON) | ENTR MA-034 | 0,0 | 77,0 | IMP | Integração regional, interestadual |
| 226BMA0820 | 226 | ENTR MA-034 | Km 100 (INÍCIO PAVIMENTAÇÃO) | 77,0 | 100,0 | IMP | Integração regional, interestadual |
| 226BMA0830 | 226 | Km 100 (INÍCIO PAVIMENTAÇÃO) | RIO ITAPECURU | 100,0 | 112,7 | PAV | Integração regional, interestadual |
| 226BMA0840 | 226 | RIO ITAPECURU | ENTR BR-135(A)/MA-127 | 112,7 | 201,8 | PAV | Integração regional, interestadual |
| 226BMA0850 | 226 | ENTR BR-135(B) (PRESIDENTE DUTRA) | ENTR MA-259 (P/ TUNTUM) | 204,1 | 217,4 | PAV | Integração regional, interestadual |
| 226BMA0860 | 226 | ENTR MA-259 (P/ TUNTUM) | ENTR MA-012/272 (BARRA DO CORDA) | 217,4 | 299,9 | PAV | |
| 226BMA0870 | 226 | ENTR MA-012/272 (BARRA DO CORDA) | ENTR MA-328 (P/ JENIPAPO DOS VIEIRAS) | 299,9 | 335,9 | PAV | |
| 226BMA0880 | 226 | ENTR MA-328 (P/ JENIPAPO DOS VIEIRAS) | ENTR MA-006(A) (GRAJAU) | 335,9 | 414,2 | PAV | |
| 226BMA0885 | 226 | ENTR MA-006(A) (GRAJAU) | ENTR MA-006(B) (P. R GRAJAU(AC.B. ESTRELA)) | 414,2 | 418,3 | PAV | |
| 226BMA0890 | 226 | ENTR MA-006(B) (P. R GRAJAU (AC. B. ESTRELA)) | ENTR MA-275 | 418,3 | 479,5 | PAV | |
| 226BMA0910 | 226 | ENTR MA-275 | ENTR BR-010(A) (PORTO FRANCO) | 479,5 | 572,1 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | 569,8 | | |
| | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | 715,1 | | |

Portaria n° 887, de 9 de setembro de 2003.

Alterada pela Portaria n° 539, de 23 de dezembro de 2004.

g) Minas Gerais – Malha a ser reincorporada

MALHA RODOVIÁRIA A SER REINCORPORADA

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|---------------------------------------|---|-------|-------|------|------------------|
| 146BMG0010 | 146 | ENTR BR-354(A) (PATOS DE MINAS) | ENTR BR-352(A)/354(B)/365(A) | 0,0 | 5,1 | PAV | |
| 146BMG0050 | 146 | ENTR BR-365(B) | SANTANA DE PATOS | 30,9 | 41,0 | PAV | |
| 146BMG0055 | 146 | SANTANA DE PATOS | ENTR MG-230 (SERRA DO SALITRE) | 41,0 | 81,1 | IMP | |
| 146BMG0060 | 146 | ENTR MG-230 (SERRA DO SALITRE) | ENTR MG-187 | 81,1 | 101,5 | IMP | |
| 146BMG0070 | 146 | ENTR MG-187 | ENTR BR-262 | 101,5 | 154,5 | IMP | |
| 146BMG0140 | 146 | TAPIRA | SÃO ROQUE DE MINAS | 217,6 | 270,3 | LEN | |
| 146BMG0150 | 146 | SÃO ROQUE DE MINAS | VARGEM BONITA | 270,3 | 285,3 | LEN | |
| 146BMG0160 | 146 | VARGEM BONITA | SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA | 285,3 | 320,3 | LEN | |
| 146BMG0190 | 146 | ENTR BR-265/MG-050 (PASSOS) | BOM JESUS DA PENHA | 331,3 | 375,6 | EOP | |
| 146BMG0250 | 146 | ENTR BR-491(A) (GUAXUPÉ) | ENTR BR-491(B)/MG-446 (P/ MUZAMBINHO) | 427,5 | 451,4 | PAV | |
| 146BMG0253 | 146 | ENTR BR-491(B)/MG-446 (P/ MUZAMBINHO) | ENTR BR-369 (BOTELHOS) | 451,4 | 490,0 | PAV | |
| 146BMG0270 | 146 | ENTR BR-369 (BOTELHOS) | ENTR BR-267(A) (P/ BANDEIRA DO SUL) | 490,0 | 501,7 | PAV | |
| 146BMG0290 | 146 | ENTR BR-267(A) (P/ BANDEIRA DO SUL) | ENTR BR-459(A) | 501,7 | 513,9 | PAV | |
| 146BMG0300 | 146 | ENTR BR-459(A) | ENTR BR-267(B)/459(B) (POÇOS DE CALDAS) | 513,9 | 521,7 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | 369,9 | | |
| 154BMG0115 | 154 | ENTR BR-364(A) (CRUCILÂNDIA) | ENTR BR-497(A) | 103,3 | 129,3 | IMP | |
| 154BMG0120 | 154 | ENTR BR-497(A) | ENTR BR-497(B) (CAMPINA VERDE) | 129,3 | 138,3 | IMP | |
| | | SUBTOTAL | | | 35,0 | | |
| 265BMG0170 | 265 | ENTR BR-040 | ENTR MG-135/338 (BARBACENA) | 198,5 | 202,3 | PAV | |
| 265BMG0190 | 265 | ENTR MG-135/338 (BARBACENA) | ACESSO TIRADENTES | 202,3 | 249,1 | PAV | |
| 265BMG0205 | 265 | ACESSO TIRADENTES | ENTR BR-383/494 (SÃO JOÃO DEL REI) | 249,1 | 261,4 | PAV | |
| 265BMG0210 | 265 | ENTR BR-383/494 (SÃO JOÃO DEL REI) | ENTR MG-332 (P/ NAZARENO) | 261,4 | 299,6 | PAV | |
| 265BMG0225 | 265 | ENTR MG-332 (P/ NAZARENO) | ENTR MG-451 (ITUTINGA) | 299,6 | 308,7 | PAV | |
| 265BMG0230 | 265 | ENTR MG-451 (ITUTINGA) | ENTR BR-354 (LAVRAS) | 308,7 | 345,2 | PAV | |
| 265BMG0250 | 265 | ENTR BR-354 (LAVRAS) | ACESSO RIBEIRÃO VERMELHO | 345,2 | 355,8 | PAV | |

| | | | | | | | |
|------------|-----|--|--|-------|-------|-------|-----|
| 265BMG0265 | 265 | ACESSO RIBEIRÃO VERMELHO | ENTR BR-381 | 355,8 | 363,1 | 7,3 | PAV |
| 265BMG0270 | 265 | ENTR BR-381 | NEPOMUCENO | 363,1 | 375,1 | 12,0 | PAV |
| 265BMG0290 | 265 | NEPOMUCENO | ACESSO COQUEIRAL | 375,1 | 397,7 | 22,6 | PAV |
| 265BMG0305 | 265 | ACESSO COQUEIRAL | ENTR MG-167 (SANTANA DA VARGEIM) | 397,7 | 407,8 | 10,1 | PAV |
| 265BMG0310 | 265 | ENTR MG-167 (SANTANA DA VARGEIM) | ENTR BR-369(A) | 407,8 | 420,3 | 12,5 | PAV |
| 265BMG0311 | 265 | ENTR BR-369(A) | BOA ESPERANÇA | 420,3 | 428,7 | 8,4 | PAV |
| 265BMG0330 | 265 | BOA ESPERANÇA | ENTR BR-369(B) | 428,7 | 435,0 | 6,3 | PAV |
| 265BMG0350 | 265 | ENTR BR-369(B) | ENTR MG-170 (ILICINEA) | 435,0 | 469,7 | 34,7 | PAV |
| 265BMG0370 | 265 | ENTR MG-170 (ILICINEA) | ENTR MG-184 | 469,7 | 517,5 | 47,8 | LEN |
| | | SUBTOTAL | | | | 319,0 | |
| 267BMG0030 | 267 | ENTR BR-116(B) | ENTR MG-126 (BICAS) | 7,5 | 61,8 | 54,3 | PAV |
| 267BMG0050 | 267 | ENTR MG-126 (BICAS) | ENTR ANTIGA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA(B) | 61,8 | 93,0 | 31,2 | PAV |
| 267BMG0070 | 267 | ENTR ANTIGA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA(B) | ENTR MG-353 (JUIZ DE FORA) | 93,0 | 102,8 | 9,8 | PAV |
| 267BMG0090 | 267 | ENTR MG-353 (JUIZ DE FORA) | ENTR ANTIGA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA(A) | 102,8 | 111,7 | 8,9 | PAV |
| 267BMG0110 | 267 | ENTR ANTIGA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA(A) | ENTR BR-040(A) | 111,7 | 115,3 | 3,6 | PAV |
| 267BMG0130 | 267 | ENTR BR-040(B) | ENTR MG-135 | 118,5 | 138,2 | 19,7 | PAV |
| 267BMG0140 | 267 | ENTR MG-135 | ACESSO LIMA DUARTE | 138,2 | 162,4 | 24,2 | PAV |
| 267BMG0150 | 267 | ACESSO LIMA DUARTE | ENTR MG-457 (BOM JARDIM DE MINAS) | 162,4 | 213,4 | 51,0 | PAV |
| 267BMG0165 | 267 | ENTR MG-457 (BOM JARDIM DE MINAS) | ENTR BR-494 (ARANTINA) | 213,4 | 216,4 | 3,0 | PAV |
| 267BMG0170 | 267 | ENTR BR-494 (ARANTINA) | AIURUOCA | 216,4 | 270,4 | 54,0 | PAV |
| 267BMG0190 | 267 | AIURUOCA | ENTR BR-354(A)/383(A) | 270,4 | 290,8 | 20,4 | PAV |
| 267BMG0210 | 267 | ENTR BR-354(A)/383(A) | ACESSO BAEPENDI | 290,8 | 296,8 | 6,0 | PAV |
| 267BMG0230 | 267 | ACESSO BAEPENDI | ENTR BR-354(B) (CAXAMBU) | 296,8 | 303,8 | 7,0 | PAV |
| | | SUBTOTAL | | | | 293,1 | |
| 352BMG0135 | 352 | DOURADOQUARA | CASTANHA | 26,5 | 34,7 | 8,2 | IMP |
| 352BMG0140 | 352 | CASTANHA | ENTR MG-190(A) | 34,7 | 54,7 | 20,0 | IMP |
| 352BMG0150 | 352 | ENTR MG-190(A) | ENTR MG-190(B) (ABADIA DOS DOURADOS) | 54,7 | 64,4 | 9,7 | PAV |

Eixos

Eixos

Eixos

| | | | | | | | | | | |
|------------|-----|--|---------------------------------------|--|-------|-------|-------|-----|-------|--|
| 352BMG0160 | 352 | ENTR MG-190(B) (ABADIA DOS DOURADOS) | ENTR MG-188(A) (COROMANDEL) | | 64,4 | 88,4 | 24,0 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0170 | 352 | ENTR MG-188(A) (COROMANDEL) | ENTR MG-188(B) | | 88,4 | 92,9 | 4,5 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0173 | 352 | ENTR MG-188(B) | ACESSO LAGAMAR (ROCINHA) | | 92,9 | 127,2 | 34,3 | IMP | Eixos | |
| 352BMG0180 | 352 | ACESSO LAGAMAR (ROCINHA) | ENTR BR-146(A)/365(A) | | 127,2 | 192,2 | 65,0 | IMP | Eixos | |
| 352BMG0210 | 352 | ENTR BR-146(B)/354(A)/365(B) (P. DE MINAS) | ACESSO LAGOA FORMOSA | | 204,9 | 222,2 | 17,3 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0215 | 352 | ACESSO LAGOA FORMOSA | ACESSO CARMO DO PARANAIBA | | 222,2 | 255,0 | 32,8 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0220 | 352 | ACESSO CARMO DO PARANAIBA | ENTR MG-230 | | 255,0 | 267,0 | 12,0 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0225 | 352 | ENTR MG-230 | ENTR BR-354(B) | | 267,0 | 271,4 | 4,4 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0270 | 352 | ENTR MG-176 (ABAEITÉ) | ENTR MG-060 | | 386,4 | 395,3 | 8,9 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0290 | 352 | ENTR MG-060 | ENTR MG-164 (MARTINHO CAMPOS) | | 395,3 | 421,1 | 25,8 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0310 | 352 | ENTR MG-164 (MARTINHO CAMPOS) | PONTE S/ RIO PARÁ | | 421,1 | 458,6 | 37,5 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0315 | 352 | PONTE S/ RIO PARÁ | ENTR MG-423(A) (PITANGUI) | | 458,6 | 483,1 | 24,5 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0330 | 352 | ENTR MG-423(A) (PITANGUI) | ENTR MG-423(B) | | 483,1 | 490,5 | 7,4 | PAV | Eixos | |
| 352BMG0331 | 352 | ENTR MG-423(B) | ENTR BR-262 (PARÁ DE MINAS) | | 490,5 | 524,5 | 34,0 | PAV | Eixos | |
| | | SUBTOTAL | | | | | 370,3 | | | |
| 354BMG0150 | 354 | ENTR BR-352(B) (P/ARAPUÁ) | ACESSO RIO PARANAIBA | | 296,6 | 313,5 | 16,9 | PAV | | |
| 354BMG0170 | 354 | ACESSO RIO PARANAIBA | ENTR MG-235(A) (GUARDA DOS FERREIROS) | | 313,5 | 329,4 | 15,9 | PAV | | |
| 354BMG0190 | 354 | ENTR MG-235(A) (GUARDA DOS FERREIROS) | ENTR MG-235(B) | | 329,4 | 334,7 | 5,3 | PAV | | |
| 354BMG0210 | 354 | ENTR MG-235(B) | ENTR BR-262(A) | | 334,7 | 366,3 | 31,6 | PAV | | |
| 354BMG0250 | 354 | ENTR BR-262(B) | ENTR MG-176 (P/ BAMBUÍ) | | 378,8 | 417,6 | 38,8 | PAV | | |
| 354BMG0270 | 354 | ENTR MG-176 (P/ BAMBUÍ) | ENTR MG-170 (IGUATAMA) | | 417,6 | 450,5 | 32,9 | PAV | | |
| 354BMG0290 | 354 | ENTR MG-170 (IGUATAMA) | ARCOS | | 450,5 | 473,7 | 23,2 | PAV | | |
| 354BMG0310 | 354 | ARCOS | ENTR MG-439 | | 473,7 | 485,9 | 12,2 | PAV | | |
| 354BMG0320 | 354 | ENTR MG-439 | ENTR MG-050 | | 485,9 | 495,8 | 9,9 | PAV | | |
| 354BMG0330 | 354 | ENTR MG-050 | ACESSO FORMIGA | | 495,8 | 508,4 | 12,6 | PAV | | |
| 354BMG0350 | 354 | ACESSO FORMIGA | ENTR MG-164 (CANDEIAS) | | 508,4 | 544,5 | 36,1 | PAV | | |
| 354BMG0370 | 354 | ENTR MG-164 (CANDEIAS) | ENTR BR-369(A) | | 544,5 | 555,5 | 11,0 | PAV | | |
| 354BMG0380 | 354 | ENTR BR-369(A) | ENTR BR-369(B) (CAMPO BELO) | | 555,5 | 559,0 | 3,5 | PAV | | |
| 354BMG0390 | 354 | ENTR BR-369(B) (CAMPO BELO) | ENTR BR-381 (PERDÕES) | | 559,0 | 591,2 | 32,2 | PAV | | |
| 354BMG0510 | 354 | ENTR BR-267(B)/383(B) (CAXAMBU) | ENTR BR-460 (P/ SÃO LOURENÇO) | | 692,9 | 717,9 | 25,0 | PAV | | |
| 354BMG0530 | 354 | ENTR BR-460 (P/ SÃO LOURENÇO) | ENTR MG-350 (POUSO ALTO) | | 717,9 | 726,3 | 8,4 | PAV | | |
| 354BMG0550 | 354 | ENTR MG-350 (POUSO ALTO) | ENTR MG-158 (P/ ITANHANDU) | | 726,3 | 736,0 | 9,7 | PAV | | |

| | | | | | | | |
|-----|------------------------------------|------------------------------------|-------|-------|-------|-----|---|
| 354 | ENTR MG-158 (P/ ITANHANDU) | ITAMONTE | 736,0 | 744,1 | 8,1 | PAV | |
| 354 | ITAMONTE | ENTR BR-485 (GARGANTA DO REGISTRO) | 744,1 | 764,3 | 20,2 | PAV | |
| 354 | ENTR BR-485 (GARGANTA DO REGISTRO) | DIV MG/RJ | 764,3 | 764,5 | 0,2 | PAV | |
| | SUBTOTAL | | | | 353,7 | | |
| 356 | ENTR BR-040(B) | ENTR MG-030 (ITABIRITO) | 28,1 | 50,7 | 22,6 | PAV | Eixos |
| 356 | ENTR MG-030 (ITABIRITO) | ENTR MG-440 (CACHOEIRA DO CAMPO) | 50,7 | 75,7 | 25,0 | PAV | Eixos |
| 356 | ENTR MG-440 (CACHOEIRA DO CAMPO) | ENTR MG-502 (OURO PRETO) | 75,7 | 90,7 | 15,0 | PAV | Eixos |
| 356 | ENTR MG-502 (OURO PRETO) | ENTR MG-129/262 (MARIANA) | 90,7 | 108,7 | 18,0 | PAV | Eixos |
| 356 | ERVÁLIA | ENTR BR-116/265 (MURIAÉ) | 212,3 | 264,3 | 52,0 | EOP | Eixos |
| 356 | ENTR BR-116/265 (MURIAÉ) | DIV MG/RJ | 264,3 | 288,3 | 24,0 | PAV | Eixos |
| | SUBTOTAL | | | | 156,6 | | |
| 364 | ENTR BR-455 (DIV SP/MG) (PLANURA) | ENTR BR-262 (FRUTAL) | 0,0 | 32,1 | 32,1 | PAV | Ligar capitais de Estados entre si (São Paulo/SP - Cuiabá/MT) |
| 364 | ENTR BR-262 (FRUTAL) | ENTR BR-153(A) | 32,1 | 40,7 | 8,6 | PAV | Ligar capitais de Estados entre si (São Paulo/SP - Cuiabá/MT) |
| 364 | ENTR BR-153(B) | ENTR BR-154(A) | 72,1 | 142,1 | 70,0 | EOP | Ligar capitais de Estados entre si (São Paulo/SP - Cuiabá/MT) |
| 364 | ENTR BR-154(B) (GRUCILÂNDIA) | ENTR BR-461 (P/ GURINHATÁ) | 179,1 | 194,1 | 15,0 | IMP | Ligar capitais de Estados entre si (São Paulo/SP - Cuiabá/MT) |
| 364 | ENTR BR-461 (P/GURINHATÁ) | ENTR BR-385(A) | 194,1 | 277,7 | 83,6 | LEN | Ligar capitais de Estados entre si (São Paulo/SP - Cuiabá/MT) |
| | SUBTOTAL | | | | 209,3 | | |
| 367 | DIV BA/MG (SALTO DA DIVISA) | ENTR MG-405 (JACINTO) | 0,0 | 48,9 | 48,9 | IMP | |
| 367 | ENTR MG-405 (JACINTO) | INÍCIO PAVIMENTAÇÃO | 48,9 | 62,6 | 13,7 | EOP | |
| 367 | INÍCIO PAVIMENTAÇÃO | ENTR MG-406 (ALMENARA) | 62,6 | 102,6 | 40,0 | PAV | |
| 367 | ENTR MG-406 (ALMENARA) | ENTR MG-105 (JEQUITINHONHA) | 102,6 | 152,9 | 50,3 | PAV | |
| 367 | ENTR MG-105 (JEQUITINHONHA) | ENTR BR-116 | 152,9 | 217,6 | 64,7 | PAV | |
| 367 | ENTR BR-116 | ENTR BR-120/342(A) (ARAÇUAÍ) | 217,6 | 291,6 | 74,0 | PAV | |
| 367 | ENTR MG-114(A) | BERILO | 330,2 | 356,2 | 26,0 | IMP | |
| 367 | BERILO | CHAPADA DO NORTE | 356,2 | 377,9 | 21,7 | IMP | |
| 367 | CHAPADA DO NORTE | MINAS NOVAS | 377,9 | 398,0 | 20,1 | IMP | |
| 367 | MINAS NOVAS | ENTR MG-114(B)/308(A) | 398,0 | 417,6 | 19,6 | PAV | |
| 367 | ENTR MG-114(B)/308(A) | TURMALINA | 417,6 | 423,0 | 5,4 | PAV | |
| 367 | TURMALINA | ACESSO CATUTIBA | 423,0 | 454,0 | 31,0 | PAV | |
| | SUBTOTAL | | | | 415,4 | | |

| | | | | | | | | |
|------------|-----|--------------------------------------|--------------------------------------|-------|-------|-------|-----|-----------------------------|
| 452BMG0230 | 452 | ENTR MG-190 (PNOVA PONTE) | ACESSO SANTA JULIANA | 202,8 | 224,9 | 22,1 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BMG0235 | 452 | ACESSO SANTA JULIANA | ACESSO PEDRINÓPOLIS | 224,9 | 233,7 | 8,8 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BMG0237 | 452 | ACESSO PEDRINÓPOLIS | ENTR BR-462(A) (P/ PERDIZES) | 233,7 | 254,8 | 21,1 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BMG0240 | 452 | ENTR BR-462(A) (P/ PERDIZES) | ENTR BR-462(B) | 254,8 | 259,4 | 4,6 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BMG0250 | 452 | ENTR BR-462(B) | ENTR BR-262 | 259,4 | 298,7 | 39,3 | PAV | Grande relevância econômica |
| 452BMG0270 | 452 | ENTR BR-262 | ENTR BR-146 (ARAXÁ) | 298,7 | 305,0 | 6,3 | PAV | Grande relevância econômica |
| | | SUBTOTAL | | | | 102,2 | | |
| | | | | | | | | |
| 458BMG0070 | 458 | ENTR BR-116(B) | ENTR BR-381 (IPATINGA) | 94,9 | 144,9 | 50,0 | PAV | Grande relevância econômica |
| | | SUBTOTAL | | | | 50,0 | | |
| | | | | | | | | |
| 459BMG0015 | 459 | ENTR BR-146(B)/267(B) | CALDAS | 7,8 | 26,8 | 19,0 | PAV | |
| 459BMG0020 | 459 | CALDAS | ACESSO SANTA RITA DE CALDAS | 26,8 | 42,8 | 16,0 | PAV | |
| 459BMG0023 | 459 | ACESSO SANTA RITA DE CALDAS | ENTR MG-179 (POUSO ALEGRE) | 42,8 | 101,1 | 58,3 | PAV | |
| 459BMG0030 | 459 | ENTR MG-179 (POUSO ALEGRE) | ENTR BR-381 | 101,1 | 109,0 | 7,9 | PAV | |
| 459BMG0050 | 459 | ENTR BR-381 | ENTR MG-173 (SANTA RITA DO SAPUCAÍ) | 109,0 | 121,9 | 12,9 | PAV | |
| 459BMG0070 | 459 | ENTR MG-173 (SANTA RITA DO SAPUCAÍ) | ENTR MG-347 (P/ SÃO JOSÉ DO ALEGRE) | 121,9 | 145,5 | 23,6 | PAV | |
| 459BMG0090 | 459 | ENTR MG-347 (P/ SÃO JOSÉ DO ALEGRE) | ENTR MG-295 (PIRANGUINHO) | 145,5 | 151,5 | 6,0 | PAV | |
| 459BMG0110 | 459 | ENTR MG-295 (PIRANGUINHO) | ENTR BR-383 (ITAJUBÁ) | 151,5 | 158,8 | 7,3 | PAV | |
| 459BMG0130 | 459 | ENTR BR-383 (ITAJUBÁ) | ENTR MG-350 (WENCESLAU BRAZ) | 158,8 | 169,0 | 10,2 | PAV | |
| 459BMG0150 | 459 | ENTR MG-350 (WENCESLAU BRAZ) | DIV MG/SP | 169,0 | 207,1 | 38,1 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 199,3 | | |
| | | | | | | | | |
| 474BMG0050 | 474 | PIEADA DE CARATINGA | ENTR BR-116 (CARATINGA) | 158,5 | 166,9 | 8,4 | PAV | Eixo |
| | | SUBTOTAL | | | | 8,4 | | |
| | | | | | | | | |
| 494BMG0010 | 494 | ENTR BR-262 | ENTR MG-252 (P/ SÃO GONÇALO DO PARÁ) | 0,0 | 12,6 | 12,6 | PAV | |
| 494BMG0030 | 494 | ENTR MG-252 (P/ SÃO GONÇALO DO PARÁ) | ENTR MG-050(A) | 12,6 | 30,2 | 17,6 | PAV | |
| 494BMG0045 | 494 | ENTR MG-050(A) | ENTR MG-050(B) (P/ DIVINÓPOLIS) | 30,2 | 34,8 | 4,6 | PAV | |
| 494BMG0050 | 494 | ENTR MG-050(B) (P/ DIVINÓPOLIS) | ENTR MG-260 (P/ CLÁUDIO) | 34,8 | 71,1 | 36,3 | PAV | |

| | | | | | | | | |
|------------|-----|---------------------------|-----------------------------------|-------|-------|---------|-----|--|
| 494BMG0060 | 494 | ENTR MG-260 (P/ CLÁUDIO) | ENTR BR-369 (OLIVEIRA) | 71,1 | 99,2 | 28,1 | PAV | |
| 494BMG0075 | 494 | ENTR BR-369 (OLIVEIRA) | ENTR BR-381(A) | 99,2 | 108,4 | 9,2 | DUP | |
| 494BMG0090 | 494 | ENTR BR-381(B) | MORRO DO FERRO | 111,4 | 135,0 | 23,6 | PAV | |
| 494BMG0091 | 494 | MORRO DO FERRO | ENTR MG-335 (SÃO TIAGO) | 135,0 | 152,4 | 17,4 | PAV | |
| 494BMG0100 | 494 | ENTR MG-335 (SÃO TIAGO) | Km 171,0 | 152,4 | 171,0 | 18,6 | PAV | |
| 494BMG0101 | 494 | Km 171,0 | Km 173,0 | 171,0 | 173,0 | 2,0 | PAV | |
| 494BMG0102 | 494 | Km 173,0 | Km 185,0 | 173,0 | 185,0 | 12,0 | PAV | |
| 494BMG0103 | 494 | Km 185,0 | Km 187,0 | 185,0 | 187,0 | 2,0 | PAV | |
| 494BMG0104 | 494 | Km 187,0 | ENTR BR-383(A) (SÃO JOÃO DEL REI) | 187,0 | 195,3 | 8,3 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 192,3 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 3.074,5 | | |

h) Mato Grosso do Sul – Malha a ser reincorporada

| RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL | | | | | | | | | |
|---|-----|---------------------------------------|---|-------|-------|-------|-----|-------------------------------|--|
| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Km | Ext. | Tpo | RINTER-Requisito | |
| 060BMS0510 | 060 | ENTR BR-262(B) (SAÍDA P/ SIDROLÂNDIA) | ENTR MS-258 | 3734 | 421,7 | 48,3 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0520 | 060 | ENTR MS-258 | INÍCIO PISTA DUPLA (SIDROLÂNDIA) | 421,7 | 431,2 | 9,5 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0530 | 060 | INÍCIO PISTA DUPLA (SIDROLÂNDIA) | ENTR MS-162(A) | 431,2 | 433,6 | 2,4 | DUP | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0532 | 060 | ENTR MS-162(A) | FIM PISTA DUPLA | 433,6 | 433,9 | 0,3 | DUP | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0541 | 060 | FIM PISTA DUPLA | ENTR MS-162(B) | 433,9 | 438,3 | 4,4 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0550 | 060 | ENTR MS-162(B) | ESPERANÇA | 438,3 | 486,3 | 48,0 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0560 | 060 | ESPERANÇA | ENTR MS-166 (PEDRA) | 486,3 | 500,3 | 14,0 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0570 | 060 | ENTR MS-166 (PEDRA) | NIOAQUE | 500,3 | 536,3 | 36,0 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0580 | 060 | NIOAQUE | ENTR BR-419(A) (ACESSO NORTE NIOAQUE) | 536,3 | 537,2 | 0,9 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0600 | 060 | ENTR BR-419(A) (AC. NORTE NIOAQUE) | ACESSO SUL NIOAQUE | 537,2 | 540,6 | 3,4 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0610 | 060 | ACESSO SUL NIOAQUE | ENTR BR-267(A) | 540,6 | 578,5 | 37,9 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0632 | 060 | ENTR BR-267(B)/419(B) (JARDIM) | BOQUEIRÃO | 590,0 | 618,8 | 28,8 | PAV | Ligação à Capital Federal | |
| 060BMS0634 | 060 | BOQUEIRÃO | ENTR MS-270 | 618,8 | 629,8 | 11,0 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 060BMS0635 | 060 | ENTR MS-270 | ENTR MS-472 | 629,8 | 670,2 | 40,4 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 060BMS0636 | 060 | ENTR MS-472 | ENTR MS-384(A) | 670,2 | 674,9 | 4,7 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 060BMS0650 | 060 | ENTR MS-384(A) | ENTR MS-384(B) (F. BRASIL/ PARAGUAI) (BELA VISTA) | 674,9 | 681,8 | 6,9 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| | | SUBTOTAL | | | | 296,9 | | | |
| 463BMS0030 | 463 | ENTR BR-163 DOURADOS(P/CAAPAPÓ)) | ENTR MS-379 (P/ DOURADOS) | 0,0 | 7,4 | 7,4 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 463BMS0070 | 463 | ENTR MS-379 (P/ DOURADOS) | ACESSO P/MS-162 | 7,4 | 18,1 | 10,7 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 463BMS0090 | 463 | ACESSO P/MS-162 | ENTR MS-378 (POSTO GUAÍBA) | 18,1 | 48,2 | 30,1 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 463BMS0110 | 463 | ENTR MS-378 (POSTO GUAÍBA) | ENTR MS-380 (CAPEY) | 48,2 | 79,1 | 30,9 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 463BMS0130 | 463 | ENTR MS-380 (CAPEY) | ENTR MS-280 (P/ LAGOA BOREVI) | 79,1 | 88,8 | 9,7 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 463BMS0150 | 463 | ENTR MS-280 (P/ LAGOA BOREVI) | ENTR MS-386 (SANGA PUITÁ) | 88,8 | 102,8 | 14,0 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| 463BMS0170 | 463 | ENTR MS-386 (SANGA PUITÁ) | ENTR MS-380/384 (F. BRASIL/ PARAGUAI) (P. PORÁ) | 102,8 | 112,5 | 9,7 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional | |
| | | SUBTOTAL | | | | 112,5 | | | |

| | | | | | | | | |
|------------|-----|------------------------------------|---|-------|-------|-------|-----|--|
| 376BMS0010 | 376 | ENTR BR-163 (P/ DOURADOS) | ENTR MS-274 (P/INDÁPOLIS) | 0,0 | 4,3 | 4,3 | PAV | |
| 376BMS0012 | 376 | ENTR MS-274 (P/ INDÁPOLIS) | ENTR MS-278 (FÁTIMA DO SUL) | 4,3 | 28,3 | 24,0 | PAV | |
| 376BMS0030 | 376 | ENTR MS-278 (FÁTIMA DO SUL) | ENTR MS-147(A) (VICENTINA) | 28,3 | 36,1 | 7,8 | PAV | |
| 376BMS0032 | 376 | ENTR MS-147(A) (VICENTINA) | ENTR MS-147(B) (P/CULTURAMA) | 36,1 | 41,4 | 5,3 | PAV | |
| 376BMS0035 | 376 | ENTR MS-147(B) (P/ CULTURAMA) | ACESSO JATEÍ | 41,4 | 51,1 | 9,7 | PAV | |
| 376BMS0040 | 376 | ACESSO JATEÍ | ENTR MS-145(A) | 51,1 | 56,2 | 5,1 | PAV | |
| 376BMS0042 | 376 | ENTR MS-145(A) | ENTR MS-475 | 56,2 | 58,6 | 2,4 | PAV | |
| 376BMS0050 | 376 | ENTR MS-475 | GLÓRIA DE DOURADOS | 58,6 | 63,4 | 4,8 | PAV | |
| 376BMS0060 | 376 | GLÓRIA DE DOURADOS | FIM PISTA DUPLA *TRECHO URBANO* | 63,4 | 64,5 | 1,1 | DUP | |
| 376BMS0065 | 376 | FIM PISTA DUPLA | ENTR MS-145(B)/276(A) (DEODÁPOLIS) | 64,5 | 80,5 | 16,0 | PAV | |
| 376BMS0070 | 376 | ENTR MS-145(B)/276(A) (DEODÁPOLIS) | FIM PISTA DUPLA *TRECHO URBANO* | 80,5 | 81,2 | 0,7 | DUP | |
| 376BMS0080 | 376 | FIM PISTA DUPLA | ENTR MS-141 (IVINHEMA) | 81,2 | 118,0 | 36,8 | PAV | |
| 376BMS0090 | 376 | ENTR MS-141 (IVINHEMA) | VILA AMANDINA | 118,0 | 143,9 | 25,9 | PAV | |
| 376BMS0092 | 376 | VILA AMANDINA | ENTR MS-276(B) | 143,9 | 166,1 | 22,2 | PAV | |
| 376BMS0094 | 376 | ENTR MS-276(B) | ENTR MS-134(A)/274/473 (NOVA ANDRADINA) | 166,1 | 174,9 | 8,8 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 174,9 | | |
| | | | | | | | | |
| 487BMS0050 | 487 | ENTR BR-163(B)/MS-141(B) | DIV MS/PR (PORTO CAIUÁ) | 75,1 | 116,1 | 41,0 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 41,0 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 625,3 | | |

Termo de Transferência nº 16, publicado no D.O.U. em 19 de maio de 2003.

i) Paraíba – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|--------------------------------------|--------------------------------------|-------|-------|-------|------|------------------|
| 361BPB0010 | 361 | ENTR BR-230 (PATOS) | ENTR PB-312 (PIEMAS) | 0,0 | 54,4 | 54,4 | PAV | |
| 361BPB0015 | 361 | ENTR PB-312 (PIEMAS) | ACESSO OLHO D'ÁGUA | 54,4 | 63,8 | 9,4 | PAV | |
| 361BPB0020 | 361 | ACESSO OLHO D'ÁGUA | ENTR BR-426(A) (PIANCÓ) | 63,8 | 84,7 | 20,9 | PAV | |
| 361BPB0030 | 361 | ENTR BR-426(A) (PIANCÓ) | ENTR BR-426(B) | 84,7 | 89,7 | 5,0 | PAV | |
| 361BPB0035 | 361 | ENTR BR-426(B) | ENTR PB-366 | 89,7 | 94,6 | 4,9 | PAV | |
| 361BPB0040 | 361 | ENTR PB-366 | ENTR PB-366/372 (ITAPORANGA) | 94,6 | 113,0 | 18,4 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 113,0 | | |
| 412BPB0010 | 412 | ENTR BR-230 (FARINHA) | ENTR PB-160 (BOA VISTA) | 0,0 | 21,0 | 21,0 | PAV | |
| 412BPB0030 | 412 | ENTR PB-160 (BOA VISTA) | ENTR PB-176 | 21,0 | 50,4 | 29,4 | PAV | |
| 412BPB0040 | 412 | ENTR PB-176 | ENTR PB-148/216 (SÃO JOÃO DO CARIRI) | 50,4 | 58,1 | 7,7 | PAV | |
| 412BPB0050 | 412 | ENTR PB-148/216 (SÃO JOÃO DO CARIRI) | Km 64,5 | 58,1 | 64,5 | 6,4 | PAV | |
| 412BPB0055 | 412 | Km 64,5 | ENTR PB-210/214 (SUMÉ) | 64,5 | 109,0 | 44,5 | PAV | |
| 412BPB0070 | 412 | ENTR PB-210/214 (SUMÉ) | ENTR BR-110(A) | 109,0 | 129,0 | 20,0 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 129,0 | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 242,0 | | |

Portaria nº 892, de 9 de setembro de 2003.
Alterada pela Portaria nº 540, de 23 de dezembro de 2004.

j) Pernambuco – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|--------|----|---------------------------|------------------------|----|----|------|------|------------------|
| | | SUBTOTAL | | | | 0,0 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 0,0 | | |

Portaria nº 882, de 9 de setembro de 2003.

k) Piauí – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|--|--|-------|-------|------|---------------------------|
| 020BPI0370 | 020 | DIV BA/PI | ENTR PI-468 (CURRAIS) | 0,0 | 40,3 | LEN | Ligação à Capital Federal |
| 020BPI0375 | 020 | ENTR PI-468 (CURRAIS) | ENTR BR-324/PI-140/144 (SÃO RAIMUNDO NONATO) | 40,3 | 14,0 | LEN | Ligação à Capital Federal |
| 020BPI0380 | 020 | ENTR BR-324/PI-140/144 (SÃO RAIMUNDO NONATO) | CORONEL JOSÉ DIAS | 54,3 | 31,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 020BPI0390 | 020 | CORONEL JOSÉ DIAS | ENTR PI-141/465 (SÃO JOÃO DO PIAUÍ) | 85,3 | 63,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 020BPI0400 | 020 | ENTR PI-141/465 (SÃO JOÃO DO PIAUÍ) | NOVA SANTA RITA | 148,3 | 41,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 020BPI0415 | 020 | NOVA SANTA RITA | ENTR PI-245(A) | 189,3 | 26,0 | IMP | Ligação à Capital Federal |
| | | SUBTOTAL | | | 215,3 | | |
| | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | 215,3 | | |

Portaria n° 891, de 9 de setembro de 2003.

1) Paraná – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|---|---|-------|-------|-------|------|------------------------------|
| 158BPR0970 | 158 | ENTR BR-373 | ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO) | 491,5 | 520,1 | 28,6 | PAV | |
| 158BPR0990 | 158 | ENTR BR-480(A)/PR-493 (PATO BRANCO) | ENTR BR-280(A) | 520,1 | 528,5 | 8,4 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 37,0 | | |
| 163BPR0030 | 163 | ENTR BR-280(A)/373(A) (DIV SC/PR) | ACESSO DIONÍSIO CERQUEIRA (P/INSP CARGAS) | 0,0 | 7,5 | 7,5 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| 163BPR0032 | 163 | ACESSO DIONÍSIO CERQUEIRA (P/INSP CARGAS) | ENTR BR-280(B)/373(B) (BARRACÃO) | 7,5 | 9,0 | 1,5 | DUP | Fronteira-Segurança Nacional |
| 163BPR0100 | 163 | ENTR BR-467(A)/PR-180 (P/CASCATEL) | ENTR PR-182/317/585 (TOLEDO) | 202,9 | 242,0 | 39,1 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| 163BPR0120 | 163 | ENTR BR-467(B) (MAL CÂNDIDO RONDON) | ENTR PR-496 (P/ TERRA ROXA) | 282,6 | 334,0 | 51,4 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| 163BPR0125 | 163 | ENTR PR-496 (P/ TERRA ROXA) | ENTR BR-272(A) | 334,0 | 345,9 | 11,9 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| 163BPR0128 | 163 | ENTR BR-272(A) | ENTR BR-272(B) | 345,9 | 346,8 | 0,9 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | 112,3 | | |
| 272BPR0460 | 272 | ENTR BR-487(B) | CONJUNTO COHAPAR (FIM PISTA DUPLA) | 361,1 | 363,5 | 2,4 | DUP | |
| 272BPR0470 | 272 | CONJUNTO COHAPAR (FIM PISTA DUPLA) | ENTR PR-468(A) (JANIÓPOLIS) | 363,5 | 404,8 | 41,3 | PAV | |
| 272BPR0490 | 272 | ENTR PR-468(A) (JANIÓPOLIS) | ENTR PR-468(B) | 404,8 | 413,9 | 9,1 | PAV | |
| 272BPR0500 | 272 | ENTR PR-468(B) | ENTR PR-180 (GOIOERÊ) | 413,9 | 432,7 | 18,8 | PAV | |
| 272BPR0560 | 272 | ENTR PR-182 (FRANCISCO ALVES) | ENTR PR-496 (P/ TERRA ROXA) | 521,9 | 548,9 | 27,0 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| 272BPR0565 | 272 | ENTR PR-496 (P/ TERRA ROXA) | ENTR BR-163(A) | 548,9 | 563,6 | 14,7 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| 272BPR0570 | 272 | ENTR BR-163(B) | AV THOMAZ LUIZ ZEBALLOS (GUAÍRA) | 564,5 | 567,2 | 2,7 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | 116,0 | | |
| 280BPR0330 | 280 | ENTR BR-373(A)/PR-180 (MARMELEIRO) | ENTR PR-182 (P/ SALGADO FILHO) | 258,0 | 297,0 | 39,0 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| 280BPR0350 | 280 | ENTR PR-182 (P/ SALGADO FILHO) | ENTR BR-163(A) (DIV PR/SC) | 297,0 | 321,0 | 24,0 | PAV | Fronteira-Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | 63,0 | | |
| 373BPR0450 | 373 | ENTR BR-277(B) (TRÊS PINHEIROS) | ACESSO ÁGUA MINERAL SANTA CLARA | 382,2 | 394,6 | 12,4 | PAV | |
| 373BPR0455 | 373 | ACESSO ÁGUA MINERAL SANTA CLARA | ENTR PR-281(A) (P/ CHOPINZINHO) | 394,6 | 454,1 | 59,5 | PAV | |

| | | | | | | | | |
|-----|------------|---|--|-------|-------|-------|-----|-----------------------------|
| 373 | 373BPR0470 | ENTR PR-281(A) (P/CHOPINZINHO) | ENTR PR-281(B) | 454,1 | 460,0 | 5,9 | PAV | |
| 373 | 373BPR0475 | ENTR PR-281(B) | ENTR BR-158 (P/CORONEL VIVIDA) | 460,0 | 481,3 | 21,3 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 99,1 | | |
| 476 | 476BPR0030 | DIV SP/PR(CAB. NORTE DAPONTE S/RIO RIBEIRA) | ENTR PR-340 (TUNAS DO PARANÁ) | 0,0 | 53,3 | 53,3 | IMP | |
| 476 | 476BPR0040 | ENTR PR-340 (TUNAS DO PARANÁ) | ENTR PR-506 (BOCAIUVA DO SUL) | 53,3 | 93,3 | 40,0 | IMP | |
| 476 | 476BPR0050 | ENTR PR-506 (BOCAIUVA DO SUL) | ENTR PR-509 (ROSEIRA) | 93,3 | 109,4 | 16,1 | PAV | |
| 476 | 476BPR0055 | ENTR PR-509 (ROSEIRA) | ENTR BR-116 (CURITIBA ACESSO NORTE ATUBÁ) | 109,4 | 122,4 | 13,0 | PAV | |
| 476 | 476BPR0100 | ENTR PR-428 (LAPA) | ENTR PR-427 | 195,8 | 197,7 | 1,9 | PAV | Grande relevância econômica |
| 476 | 476BPR0110 | ENTR PR-427 | ENTR PR-281(A) (P/ANTÔNIO OLINTO) | 197,7 | 257,7 | 60,0 | PAV | Grande relevância econômica |
| 476 | 476BPR0120 | ENTR PR-281(A) (P/ANTÔNIO OLINTO) | ENTR PR-151(A) (P/LAJEADO) | 257,7 | 273,8 | 16,1 | PAV | Grande relevância econômica |
| 476 | 476BPR0125 | ENTR PR-151(A) (P/LAJEADO) | ENTR PR-151(B)/364 (SÃO MATEUS DO SUL) | 273,8 | 277,9 | 4,1 | PAV | Grande relevância econômica |
| 476 | 476BPR0130 | ENTR PR-151(B)/364 (SÃO MATEUS DO SUL) | ENTR PR-281(B) (P/RIO CLARO DO SUL) | 277,9 | 306,1 | 28,2 | PAV | Grande relevância econômica |
| 476 | 476BPR0140 | ENTR PR-281(B) (P/RIO CLARO DO SUL) | ENTR PR-160 (P/PAULO FRONTIN) | 306,1 | 325,4 | 19,3 | PAV | Grande relevância econômica |
| 476 | 476BPR0145 | ENTR PR-160 (P/PAULO FRONTIN) | ENTR BR-153(A) | 325,4 | 342,4 | 17,0 | PAV | Grande relevância econômica |
| | | SUBTOTAL | | | | 269,0 | | |
| 487 | 487BPR0070 | DIV MS/PR | PORTO CAMARGO | 0,0 | 12,0 | 12,0 | EOP | |
| 487 | 487BPR0150 | ENTR PR-180/323(B) (CRUZEIRO DO OESTE) | ENTR PR-479 (TUNEIRAS DO OESTE) | 117,7 | 137,2 | 19,5 | EOP | |
| 487 | 487BPR0153 | ENTR PR-479 (TUNEIRAS DO OESTE) | ENTR PR-465 (NOVA BRASÍLIA) | 137,2 | 165,3 | 28,1 | EOP | |
| 487 | 487BPR0154 | ENTR PR-465 (NOVA BRASÍLIA) | ENTR BR-272(A) (ANEL VIÁRIO DE CAMPO MOURÃO) | 165,3 | 186,9 | 21,6 | EOP | |
| | | SUBTOTAL | | | | 81,2 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 777,6 | | |

m) Rondônia – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|--|------------------------|-------|-------|------|------------------|
| 421BRO0010 | 421 | ENTR BR-364 (ARIQUEMES) | ENTR RO-457 | 0,0 | 11,0 | PAV | |
| 421BRO0015 | 421 | ENTR RO-457 | FIM DA PAVIMENTAÇÃO | 11,0 | 20,0 | PAV | |
| 421BRO0030 | 421 | Km 20 | Km 26 | 20,0 | 26,0 | IMP | |
| 421BRO0035 | 421 | Km 26 | ENTR RO-010 | 26,0 | 49,0 | IMP | |
| 421BRO0040 | 421 | DIV. MONTENEGRO CAMPO NOVO DE RONDÔNIA | Km 87 | 58,0 | 87,0 | EOP | |
| 421BRO0038 | 421 | ENTR RO-010 (MONTE NEGRO) | CAMPO NOVO DE RONDÔNIA | 49,0 | 58,0 | PAV | |
| 421BRO0050 | 421 | Km 87 | CAMPO NOVO DE RONDÔNIA | 87,0 | 110,0 | IMP | |
| 421BRO0070 | 421 | Km 110 (CAMPO NOVO DE RONDÔNIA) | Km 115 (FIM) | 110,0 | 115,0 | IMP | |
| | | SUBTOTAL | | | 115,0 | | |
| | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | 115,0 | | |

n) Rio Grande do Sul – Malha a ser reincorporada

| RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL | | | | | | | | |
|---|-----|-------------------------------------|-----------------------------------|-------|-------|-------|------|--------------------------------|
| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
| 153BRS1710 | 153 | ENTR BR-386(A)/RS-223 (P/CARAZINHO) | ENTR BR-386(B)/RS-332(A) | 168,8 | 199,4 | 30,6 | PAV | |
| 153BRS1790 | 153 | ENTR BR-287(B) (P/ SANTA MARIA) | ENTR RS-403 (CACHOEIRA DO SUL) | 345,4 | 382,4 | 37,0 | PAV | |
| 153BRS1810 | 153 | ENTR RS-403 (CACHOEIRA DO SUL) | ENTR BR-290(A) | 382,4 | 408,6 | 26,2 | PAV | |
| 153BRS1850 | 153 | ENTR BR-290(B) | ENTR BR-392 | 463,2 | 488,7 | 25,5 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS1870 | 153 | ENTR BR-392 | ENTR RS-625 (P/ MINAS DO CAMAQUÃ) | 488,7 | 515,7 | 27,0 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS1890 | 153 | ENTR RS-625 (P/ MINAS DO CAMAQUÃ) | Km 557,4 | 515,7 | 557,4 | 41,7 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS1895 | 153 | Km 557,4 | Km 590,0 | 557,4 | 590,0 | 32,6 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS1900 | 153 | Km 590,0 | ENTR BR-293 (SANTA TEREZA) | 590,0 | 599,1 | 9,1 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS1910 | 153 | ENTR BR-293 (SANTA TEREZA) | ACESSO LESTE BAGÉ | 599,1 | 605,8 | 6,7 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS1920 | 153 | ACESSO LESTE BAGÉ | ENTR BR-473(A) (AEROPORTO) | 605,8 | 614,7 | 8,9 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS1930 | 153 | ENTR BR-473(A) (AEROPORTO) | ENTR BR-473(B) (ACEGUÁ) | 614,7 | 669,5 | 54,8 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 153BRS9000 | 153 | ENTR BR-153 | P/PORTO CACHOEIRA DO SUL | 0,0 | 8,7 | 8,7 | PAV | |
| | | SUBTOTAL | | | | 308,8 | | |
| | | | | | | | | |
| 287BRS0310 | 287 | ENTR RS-241 (P/SÃO VICENTE DO SUL) | JAGUARI | 330,7 | 351,3 | 20,6 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 287BRS0330 | 287 | JAGUARI | ENTR BR-377 (SANTIAGO) | 351,3 | 398,1 | 46,8 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 287BRS0350 | 287 | ENTR BR-377 (SANTIAGO) | ENTR RS-168 (P/BOSSOROCA) | 398,1 | 409,8 | 11,7 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 287BRS0370 | 287 | ENTR RS-168 (P/BOSSOROCA) | ENTR RS-176(A) (ENCRUZILHADA) | 409,8 | 474,9 | 65,1 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 287BRS0390 | 287 | ENTR RS-176(A) (ENCRUZILHADA) | ENTR RS-176(B) | 474,9 | 479,0 | 4,1 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 287BRS0410 | 287 | ENTR RS-176(B) | ENTR RS-541 (NHÚ-PORÁ) | 479,0 | 509,7 | 30,7 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 287BRS0430 | 287 | ENTR RS-541 (NHÚ-PORÁ) | ENTR BR-285(A)/472 | 509,7 | 534,1 | 24,4 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | 203,4 | | |
| | | | | | | | | |
| 293BRS0010 | 293 | PELOTAS | ENTR BR-116(A)/392(A)/471(A) | 0,0 | 5,3 | 5,3 | PAV | |
| 293BRS0110 | 293 | ENTR BR-153 | ENTR BR-473 (P/ BAGÉ) | 172,4 | 189,1 | 16,7 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 293BRS0130 | 293 | ENTR BR-473 (P/ BAGÉ) | ENTR RS-630 (P/ DOM PEDRITO) | 189,1 | 250,9 | 61,8 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 293BRS0150 | 293 | ENTR RS-630 (P/ DOM PEDRITO) | ENTR BR-158(A) (P/ RAUL PIAULO) | 250,9 | 305,1 | 54,2 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |

| | | | | | | | | | |
|------------|-----|---|--|--|-------|-------|-------|-----|-------------------------------|
| 293BRS0190 | 293 | ENTR BR-158(B) (PSANTANADO LIVRAMENTO) | ENTR RS-183 | | 336,5 | 371,1 | 34,6 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 293BRS0200 | 293 | ENTR RS-183 | ENTR BR-377/RS-060 (QUARAI) | | 371,1 | 442,7 | 71,6 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | | 244,2 | | |
| 386BRS0130 | 386 | ENTR BR-158(B) (ESQUINA JABOTICABA) | ENTR RS-500 | | 74,3 | 112,6 | 38,3 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 386BRS0140 | 386 | ENTR RS-500 | ENTR RS-569 | | 112,6 | 128,7 | 16,1 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 386BRS0290 | 386 | ENTR BR-287(B) | ENTR BR-470 | | 392,6 | 401,5 | 8,9 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 386BRS0330 | 386 | ENTR BR-470 | ENTR BR-116(A) (CANOAS) | | 401,5 | 446,8 | 45,3 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | | 108,6 | | |
| 392BRS0170 | 392 | SANTANA DA BOA VISTA | ENTR BR-153 | | 199,7 | 244,3 | 44,6 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 392BRS0190 | 392 | ENTR BR-153 | ENTR RS-011 (CAÇAPAVA DO SUL) | | 244,3 | 257,4 | 13,1 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 392BRS0210 | 392 | ENTR RS-011 (CAÇAPAVA DO SUL) | ENTR BR-290 | | 257,4 | 273,5 | 16,1 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 392BRS0430 | 392 | ENTR RS-344 (P/ SANTA ROSA) | ENTR RS-544(A) (GUARANI DAS MISSÕES) | | 616,8 | 641,4 | 24,6 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 392BRS0440 | 392 | ENTR RS-544(A) (GUARANI DAS MISSÕES) | ENTR RS-544(B) (CERRO LARGO) | | 641,4 | 660,6 | 19,2 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 392BRS0450 | 392 | ENTR RS-544(B) (CERRO LARGO) | ENTR RS-168/307 (P/ SÃO PAULO DAS MISSÕES) | | 660,6 | 701,6 | 41,0 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 392BRS0470 | 392 | ENTR RS-168/307 (P/SÃO PAULO DAS MISSÕES) | ENTR BR-472 (FRONTBRASIL/ARGENTINA)(PORTOXAVIER) | | 701,6 | 719,6 | 18,0 | EOP | Fronteira- Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | | 176,6 | | |
| 468BRS0010 | 468 | ENTR RS-569 (PALMEIRA DAS MISSÕES) | ENTR BR-158/RS-330(A) | | 0,0 | 1,9 | 1,9 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0030 | 468 | ENTR BR-158/RS-330(A) | ENTR RS-330(B) | | 1,9 | 21,6 | 19,7 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0050 | 468 | ENTR RS-330(B) | ENTR RS-155 | | 21,6 | 63,4 | 41,8 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0070 | 468 | ENTR RS-155 | ENTR RS-210 | | 63,4 | 67,3 | 3,9 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0090 | 468 | ENTR RS-210 | ENTR RS-518 (P/ CAMPO NOVO) | | 67,3 | 73,4 | 6,1 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0110 | 468 | ENTR RS-518 (P/ CAMPO NOVO) | ENTR BR-472(A) (P/TRÊS PASSOS) | | 73,4 | 94,2 | 20,8 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0120 | 468 | ENTR BR-472(A) (P/TRÊS PASSOS) | ENTR BR-472(B)/RS-305 | | 94,2 | 106,3 | 12,1 | PAV | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0125 | 468 | ENTR BR-472(B)/RS-305 | TIRADENTES DO SUL | | 106,3 | 122,3 | 16,0 | EOP | Fronteira- Segurança Nacional |
| 468BRS0130 | 468 | TIRADENTES DO SUL | FRONT BRASIL/ARGENTINA | | 122,3 | 140,3 | 18,0 | EOP | Fronteira- Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | | 140,3 | | |
| 470BRS0330 | 470 | DIV SC/RS | ENTR RS-208/343 (BARRACÃO) | | 0,0 | 9,7 | 9,7 | PAV | Eixo |
| 470BRS0375 | 470 | VILA TURVO | ANDRÉ DA ROCHA | | 106,1 | 135,2 | 29,1 | IMP | |
| | | SUBTOTAL | | | | | 38,8 | | |

| | | | | | | | | |
|------------|-----|-----------------------------------|--|-------|-------|---------|-----|--------------------------------|
| 471BRS0150 | 471 | ENTR BR-392(A) | ENTR BR-116(A)/293(A) (P/PELOTAS) | 321,0 | 368,1 | 47,1 | PAV | Eixo |
| 471BRS0180 | 471 | ENTR BR-116(B)/293(B) | ACESSO PELOTAS | 371,0 | 377,2 | 6,2 | PAV | Eixo |
| 471BRS0190 | 471 | ACESSO PELOTAS | ENTR BR-392(B) (QUINTA) | 377,2 | 412,5 | 35,3 | PAV | Eixo |
| | | SUBTOTAL | | | | 88,6 | | |
| | | | | | | | | |
| 472BRS0070 | 472 | ENTR RS-210 (BOA VISTA DO BURICÁ) | ENTR RS-342 (P/TRÊS DE MAIO) | 114,3 | 132,1 | 17,8 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0090 | 472 | ENTR RS-342 (P/ TRÊS DE MAIO) | ENTR RS-162 (P/ CRUZEIRO) | 132,1 | 156,4 | 24,3 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0110 | 472 | ENTR RS-344(B) (P/ SANTA ROSA) | SANTO CRISTO | 164,1 | 182,6 | 18,5 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0185 | 472 | ENTR BR-285/287 (P/ SÃO BORJA) | ACESSO SUL SÃO BORJA | 397,6 | 400,7 | 3,1 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0190 | 472 | ACESSO SUL SÃO BORJA | ENTR RS-529 (P/ TUPARÁ) | 400,7 | 470,9 | 70,2 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0200 | 472 | ENTR RS-529 (P/ TUPARÁ) | ACESSO LESTE ITAQUI | 470,9 | 481,4 | 10,5 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0210 | 472 | ACESSO LESTE ITAQUI | ENTR BR-290(A)/293(A) (URUGUAIANA) | 481,4 | 575,3 | 93,9 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0225 | 472 | ENTR BR-290(B)/293(B) | ACESSO SUL URUGUAIANA | 576,3 | 580,3 | 4,0 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| 472BRS0230 | 472 | ACESSO SUL URUGUAIANA | FRONT BRASIL/URUGUAI (BARRA DO QUARAI) | 580,3 | 649,5 | 69,2 | PAV | Fronteira - Segurança Nacional |
| | | SUBTOTAL | | | | 311,5 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 1.620,8 | | |

o) Roraima – Malha a ser reincorporada

RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL

| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
|------------|-----|------------------------------------|------------------------------------|-------|-------|-------|------|---------------------|
| 210BRR0550 | 210 | ENTR BR-174(B)/RR-327/347 | RIO REPARTIMENTO | 314,3 | 358,0 | 43,7 | IMP | |
| 210BRR0560 | 210 | RIO REPARTIMENTO | Km 406 | 358,0 | 406,0 | 48,0 | IMP | |
| 210BRR0570 | 210 | Km 406 | ENTR RR-175/344 (MISSÃO CATRIMANI) | 406,0 | 457,0 | 51,0 | IMP | |
| 210BRR0580 | 210 | ENTR RR-175/344 (MISSÃO CATRIMANI) | FIM DA IMPLANTAÇÃO | 457,0 | 467,0 | 10,0 | IMP | |
| | | SUBTOTAL | | | | 152,7 | | |
| 432BRR0065 | 432 | ENTR RR-444 (P/COLÔNIA CONFIANÇA) | RIO QUITAUAU | 182,2 | 185,4 | 3,2 | IMP | Integração regional |
| 432BRR0070 | 432 | RIO QUITAUAU | CANTÁ | 185,4 | 193,3 | 7,9 | IMP | Integração regional |
| 432BRR0075 | 432 | CANTÁ | ENTR RR-207 | 193,3 | 214,6 | 21,3 | PAV | Integração regional |
| 432BRR0080 | 432 | ENTR RR-207 | ENTR BR-401 | 214,6 | 217,2 | 2,6 | PAV | Integração regional |
| | | SUBTOTAL | | | | 35,0 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 187,7 | | |

p) Tocantins – Malha a ser reincorporada

| RODOVIAS A SEREM REINCORPORADAS À MALHA FEDERAL | | | | | | | | |
|---|-----|---|---|-------|-------|------|------|---------------------------|
| Código | BR | Local de início do trecho | Local de fim do trecho | Km | Km | Ext. | Tipo | RINTER-Requisito |
| 010BTO0215 | 010 | ENTR BR-242(B) | ENTR TO-387(B) | 98,8 | 127,8 | 31,0 | EOP | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0220 | 010 | ENTR TO-387(B) | ENTR TO-050(A) (PRÍNCIPE) | 127,8 | 165,8 | 38,0 | EOP | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0225 | 010 | ENTR TO-050(A) (PRÍNCIPE) | BONFIM | 165,8 | 178,7 | 12,9 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0230 | 010 | BONFIM | ENTR TO-280 (NATIVIDADE) | 178,7 | 201,0 | 22,3 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0250 | 010 | ENTR TO-280 (NATIVIDADE) | CHAPADA DA NATIVIDADE | 201,0 | 209,7 | 8,7 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0255 | 010 | CHAPADA DA NATIVIDADE | ENTR TO-130(B) | 209,7 | 219,7 | 10,0 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0260 | 010 | ENTR TO-130(B) | ENTR TO-373 (SANTA ROSA DO TOCANTINS) | 219,7 | 261,3 | 41,6 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0265 | 010 | ENTR TO-373 (SANTA ROSA DO TOCANTINS) | ENTR TO-458 | 261,3 | 269,6 | 8,3 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0270 | 010 | ENTR TO-458 | ENTR TO-262(A) | 269,6 | 299,8 | 30,2 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0275 | 010 | ENTR TO-262(A) | ENTR TO-050(B)/262(B)/365(A) (SILVANÓPOLIS) | 299,8 | 303,2 | 3,4 | PAV | Ligação à Capital Federal |
| 010BTO0280 | 010 | ENTR TO-030(A)/050(A)/070(A) (TAQUARALTO) | ENTR TO-010/040 (B)/050(B)/070(B) (PALMAS) | 402,2 | 419,1 | 16,9 | EOD | Ligação à Capital Federal |
| | | SUBTOTAL | | | | 2233 | | |
| | | | | | | | | |
| | | MALHA A SER REINCORPORADA | | | | 2233 | | |

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1422103&filename=Tramitacao-MPV+708/2015

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=185276&tp=1>

PARECER Nº 15 - CN DA COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=191406&tp=1>

NOTA TÉCNICA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=185698&tp=1>

SINOPSE DE TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=2058404&ord=1&tp=completa

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2016

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoprtm/2016/atodopresidentedamesa-12-23-marco-2016-782639-publicacaooriginal-149831-cn.html>

LEGISLAÇÃO CITADA

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/MPV/Antigas_2002/82.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12379.htm

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. nº **788** /2016/SGM-P

Brasília, **24** de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do SENADO FEDERAL

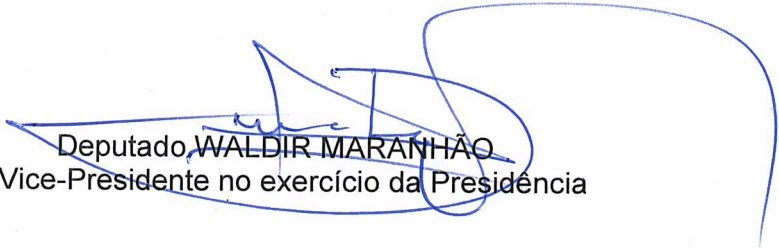
Assunto: **Envio de PLv para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2016 (Medida Provisória nº 708, de 2015), do Poder Executivo, que "Estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002".

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,


Deputado **WALDIR MARANHÃO**
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

| MPV N° 708/2015 | |
|---|---|
| Publicação no DOU | 31/12/2015 |
| Designação da Comissão | |
| Instalação da Comissão | |
| Emendas | até 07/02/2016 |
| Prazo na Comissão | * |
| Remessa do processo à CD | - |
| Prazo na CD | até 29/02/2016 (até o 28º dia) |
| Recebimento previsto no SF | 29/02/2016 |
| Prazo no SF | de 1º/03/2016 a 14/03/2016 (42º dia) |
| Se modificado, devolução à CD | 14/03/2016 |
| Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD | de 15/03/2016 a 17/03/2016 (43º ao 45º dia) |
| Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de | 18/03/2016 (46º dia) |
| Prazo final no Congresso | 1º/04/2016 (60 dias) |
| Prazo final prorrogado ⁽¹⁾ | 31/05/2016 |
| ⁽¹⁾ Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 12, de 2016 - DOU (Seção 1) de 24 / 03 / 2016. | |
| *Declaração incidental de inconstitucionalidade do <i>caput</i> do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia <i>ex nunc</i> - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN. | |

| MPV N° 708/2015 | |
|--|------------|
| Votação na Câmara dos Deputados | 23/05/2016 |
| Leitura no Senado Federal | |
| Votação no Senado Federal | |

Requerimentos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

REQUERIMENTO 368 DE 2016.

Memo GSHJOSE nº 05-063/2016

Brasília, 10 de maio de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Missão Oficial ao Parlatino
Anexo: Ofício do Parlatino, de 10 de maio de 2016

*Deferido nos
termos do art. 41
do Regimento Interno
em 27/05/16.*

Quirino

Senhor Presidente,

1. Com os meus cordiais cumprimentos, na qualidade de Membro do Parlamento Latinoamericano e Caribenho – PARLATINO, dirijo-me a Vossa Excelência para, com fundamento na Convocação contida no Ofício Parlatino, de 10/05/2016, solicitar a gentileza de autorizar que minha participação na Reunião da Comissão de Trabalho, Previdência Social e Assuntos Jurídicos daquele Fórum, e no Encontro Anual “Diversificando o poder político para construir sociedades inclusivas”, que se realizarão de 1 a 4 de junho de 2016, em Quito/Equador, seja considerada Missão Oficial do Art. 40 – com ônus.

Atenciosamente,

Senador HÉLIO JOSÉ
PMDB/DF





SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 032 /2016-PRESID.

Brasília, 25 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senado Federal

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência na Reunião da Comissão de Trabalho, Previdência Social e Assuntos Jurídicos, bem como do Encontro Anual "Diversificando o poder político para construir sociedades inclusivas", a serem realizados na cidade de Quito, no Equador, entre os dias 02 e 04 de junho de 2016, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



Deferido nos
termos do art. 41 do
Regimento Interno.
Em 27/05/16.

REQUERIMENTO Nº 369, de 2016



SF/16855.68650-03

Tendo sido convidado pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) para participar de seu XIV Congresso Internacional, a se realizar em Rosário (Argentina), requero, nos termos do art. 13 c/c art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, com ônus, no período de **1º a 4 de junho de 2016**, conforme convocatória anexa.

Portanto, nos termos do art. 39 do RISF, comunico que estarei ausente do País no período de **1º a 4 de junho de 2016**.

Sala das Sessões, em de maio de 2016.

Senador **Lindbergh Farias**

| | |
|--------------------------|-----------------|
| SECRETARIA GERAL DA MESA | |
| DOC.: | |
| Nº de Fis.: 002 | |
| Destino: | |
| Recebido por: WILDEFIL | |
| Matrícula: | Data: 25.5.2016 |
| | hora: 8:52 |
| Entregue por: DIEGO | |

Página: 1/2 24/05/2016 16:44:02

ecc2149e8589abf91940582f3dc649388f90653d





Rosário, Berço da Bandeira, maio de 2016

Sr. Lindemberg Faria

Senador

Prezado Senhor:

É com imenso prazer que me dirijo ao senhor a fim de apresentar-lhe a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) e convidar-lhe ao XIV Congresso Internacional de Cidades Educadoras.

A **AICE** é uma Associação de governos locais. Atualmente está constituída por cerca de 450 cidades de 36 países, unidas pelo comprometimento assumido com a Carta de Princípios de Cidades Educadoras. O conceito **Cidade Educadora** pretende expressar a certeza de que a cidade – além das instituições tradicionais – gera educação para todos os seus cidadãos e desde os mais variados âmbitos.

Neste quadro, a Associação promove oportunidades de diálogo, de formação e de intercâmbio entre as cidades parceiras, bem como a posta em prática de projetos conjuntos, bem com a edição de materiais de referência sobre o potencial educativo das cidades. Para mais informação, pode consultar nosso sítio web, www.edcities.org, ou a página da delegação, www.ciudadeseducadorasla.org.

Por outro lado, tenho também o prazer de comunicar-lhe que nossa cidade receberá entre os dias 1º e 4º de junho de 2016, o próximo Congresso Internacional da Associação: o **XIV Congresso Internacional da AICE**. O mesmo nós convocará sob o lema "*Cidades - territórios da convivência*" e proporá articular a troca de ideias e debates acerca de três eixos/desafios: construir as cidades, igualdade nas cidades, habitar as cidades. Para mais informação sobre o XIV Congresso Internacional Rosário 2016, pode consultar, www.congresoalice2016.gob.ar.

Permanecemos à sua disposição para qualquer informação complementar que possa ser necessária e o convidamos você a participar sem custo do XIV Congresso Internacional de Cidades Educadoras.

Receba minhas mais cordiais saudações. Conto com sua presença em Rosário!

Laura Alfonso
Diretora Geral, Escritório Regional para América Latina
Associação Internacional de Cidades Educadoras



SF/16644.22252-09

Página: 2/2 24/05/2016 16:36:22

149056ceabf19918f2bd2f35b2591e71fcd30a30



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CIDINHO SANTOS**

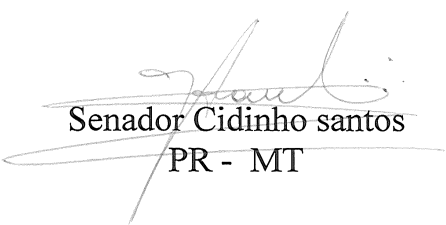
*Deferido nos
Termos do art. 41
do Regimento
Interno.
Em 27/05/16.
Assinada:*

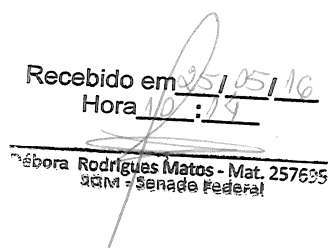
REQUERIMENTO Nº 370, DE 2016

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 30 de maio a 04 de junho próximo, quando estarei na República Popular da China, integrando a comitiva do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Senado Federal, na Reunião Ministerial do G-20, conforme autorização do Senhor Presidente Senador Renan Calheiros.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País no período citado acima.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2016


Senador Cidinho Santos
PR - MT

Recebido em 25/05/16
Hora 16:19

Débora Rodrigues Matos - Mat. 257635
SCM - Senado Federal



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº *135* /2016-PRESID.

Brasília, *24* de *MAIO* de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
BLAIRO MAGGI
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Excelentíssimo Senhor Senador **CIDINHO SANTOS** na Reunião Ministerial do G20, a ser realizada na cidade de Xi'an, bem como de encontro de trabalho com o Ministro de Agricultura da República Popular da China, a ser realizado em Pequim – China, entre os dias 30 de maio e 04 de junho de 2016, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



Vacância de Cargo na Mesa Diretora

Tendo em vista a reassunção do mandato do Senador Armando Monteiro, na qualidade de titular da senatória, ficou vago um lugar de Suplente de Secretário da Mesa do Senado Federal, que era ocupado pelo seu primeiro suplente, o Senador Douglas Cintra.

A Presidência comunica aos Senhores Senadores que procederá, oportunamente, à eleição, nos termos do art. 59 § 1º, do Regimento Interno, para preenchimento da referida vaga.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Adoção de medida provisória

A Senhora Presidente da República adotou, em 23 de maio de 2016, e publicou na Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, a Medida Provisória nº 728 de 2016.

“Revoga dispositivos da Medida Provisória no 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.”

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

PMDB

| | |
|------------------|----|
| Eunício Oliveira | 1. |
| Waldemir Moka | 2. |
| Rose de Freitas | 3. |

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV)

| | |
|-------------------|----------------|
| Cássio Cunha Lima | 1. Alvaro Dias |
| Ronaldo Caiado | 2. Paulo Bauer |

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

| | |
|--------------|---------------------|
| Paulo Rocha | 1. Lindbergh Farias |
| Acir Gurgacz | 2. Telmário Mota |

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

| | |
|--------------------------|-----------------------|
| Antonio Carlos Valadares | 1. Vanessa Grazziotin |
| Cristovam Buarque | 2. Randolfe Rodrigues |

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

| | |
|---------------|------------------|
| Otto Alencar | 1. Ivo Cassol |
| Wilder Moraes | 2. José Medeiros |

Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC)

| | |
|---------------------|---------------------|
| Elmano Férrer | 1. Eduardo Amorim |
| Wellington Fagundes | 2. Marcelo Crivella |

DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Bloco PP/ PTB/ PSC

| | |
|----------------|------------------------|
| Adail Carneiro | 1. Arnaldo Faria de Sá |
| Jovair Arantes | 2. Wilson Filho |

Bloco PMDB/ PEN

| | |
|--------------|----------------------------|
| Baleia Rossi | 1. Leonardo Quintão |
| Carlos Marun | 2. Veneziano Vital do Rêgo |

PT

| | |
|-----------------|-------------------|
| Afonso Florence | 1. Moema Gramacho |
| Ságuas Moraes | 2. Érika Kokay |

PSDB

| | |
|-------------------|------------------|
| Antonio Imbassahy | 1. Daniel Coelho |
|-------------------|------------------|

PR

| | |
|----------------|---------------|
| Aelton Freitas | 1. José Rocha |
|----------------|---------------|

PSD

| | |
|---------------|--------------------|
| Rogério Rosso | 1. Paulo Magalhães |
|---------------|--------------------|

PSB

| | |
|---------------|------------------|
| Tadeu Alencar | 1. Heitor Schuch |
|---------------|------------------|

DEM

| | |
|-------------------|-----------------|
| Pauderney Avelino | 1. Efraim Filho |
|-------------------|-----------------|

PRB

| | |
|----------------|----------------------|
| Márcio Marinho | 1. Marcelo Squassoni |
|----------------|----------------------|

PPS*

| | |
|--------------|------------------|
| Rubens Bueno | 1. Arnaldo Jordy |
|--------------|------------------|

É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 23/05/2016 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: 25/05/2016
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 29/05/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 07/07/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 03/08/2016 (a prorrogar)



2

**SENADO FEDERAL****Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista****MEMO Nº 014-BLDPRO/2016**

Brasília, 24 de maio de 2016.

À Sua Excelência
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

ASSUNTO: indicação de membros à MP nº 728/2016.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional, indico o Senador **Otto Alencar (PSD/BA)** e **Wilder Moraes (PP/GO)**, como **titulares** e os Senadores **Ivo Cassol (PP/RO)** e **José Medeiros (PSD/MT)**, como **suplentes**, para compor a Comissão Mista da Medida Provisória 728/2016 – que “Revoga dispositivos da Medida Provisória no 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

Atenciosamente,


Senador OMAR AZIZ
Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**1

OF./B/ 100 / 16.

Brasília, 24 de maio de 2016.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar os Deputados **TADEU ALENCAR (PSB-PE)** como titular e **HEITOR SCHUCH (PSB-RS)** como suplente da Medida Provisória nº 728, de 2016, que “Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, em substituição aos já indicados.

Respeitosamente,



Deputado **PAULO FOLETTO**
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO BLOCO PP/PTB/PSC

3



Ofício/LID.BLOCO/ nº 189/2016

Brasília, 25 de maio de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso

Assunto: Indicação de parlamentar para Medida Provisória 728/16

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **ADAIL CARNEIRO (PP-CE)** para integrar como **TITULAR** a **MP 728/16** que revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Atenciosamente,



Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC

Comunicações



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO BLOCO PP/PTB/PSC

A publicação
Em 27 / 05 / 2016

Ofício/LID.PP/ nº 179 /2016

Brasília, 23 de maio de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso

Assunto: Indicação de parlamentar para constituir Comissão Mista de Orçamento - CMO

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **MARIO NEGROMONTE JR (PP/BA)** para integrar como **SUPLENTE** a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO.

Atenciosamente,

Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**

Faça-se a substituição solicitada

Em 27/05/16



OF nº 229/GAB-LidPT

Brasília - DF, 24 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados **CARLOS ZARATTINI - PT/SP** e **BOHN GASS - PT/RS**, em substituição ao deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e **SÁGUAS MORAES - PT/MT** e como membros suplentes os deputados **SÁGUAS MORAES-PT/MT** e **PEDRO UCZAI - PT/SC**, em substituição as deputadas **BENEDITA DA SILVA - PT/RJ** e **MOEMA GRAMACHO - PT/BA**, na Medida Provisória nº 719, que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e a Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União.

Atenciosamente,

Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada

Faça-se a substituição solicitada
Em 25/05/16



Ofício nº 049/2016/LIDPV

Brasília, 23 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Assunto: Indicação de membros para Comissão Temporária

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado **Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)**, como Titular, em substituição ao deputado Sarney Filho (PV/MA), para integrar a Comissão Mista da Medida Provisória nº 719, de 2016, que "altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e a Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União".

Respeitosamente,


Deputado Evandro Gussi
Líder do PV

Recebi em 25/05/2016
Assinatura do Senador Presidente
Assinatura do Senador Relator



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 27/05/2016



OF nº 230/GAB-LidPT


Brasília - DF, 25 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titular o deputado **ANGELIM - PT/AC**, em substituição ao deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e como membros suplentes os deputados **BOHN GASS - PT/RS** e **CARLOS ZARATTINI - PT/SP**, em substituição as deputadas **BENEDITA DA SILVA - PT/RJ** e **MOEMA GRAMACHO - PT/BA**, na Medida Provisória nº 720, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2015, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada



Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Façam-se as substituições sugeridas
Em 24/05/2016



OF nº 231/GAB-LidPT

Brasília - DF, 25 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titular o deputado **JORGE SOLLA - PT/BA**, em substituição ao deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** como membros suplentes o deputado **CARLOS ZARATTINI - PT/ SP** e a deputada **MARIA DO ROSÁRIO - PT/RS**, em substituição as deputadas **MOEMA GRAMACHO -PT/BA** e **ERIKA KOKAY - PT/DF**, na Medida Provisória nº 723, que Prorroga o prazo de dispensa de que trata o caput do art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



OF nº 232/GAB-LidPT

Brasília - DF, 25 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados **PEDRO UCZAI - PT/SC** e **BOHN GASS - PT/RS**, em substituição ao deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e **SÁGUAS MORAES - PT/SP** como membros suplentes os deputados **SÁGUAS MORAES - PT/MT** e **CARLOS ZARATTINI - PT/SP**, em substituição as deputadas **MOEMA GRAMACHO - PT/BA** e **ERIKA KOKAY - PT/DF**, na Medida Provisória nº 724, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada

Recebido em
Gabinete do Dep. Afonso Florence
25/05/2016



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



Façam-se as substituições solicitadas.
Em 27/05/2016

OF nº 239/GAB-LidPT

Brasília - DF, 25 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados **BOHN GASS - PT/RS** e **CARLOS ZARATTINI - PT/SP**, em substituição ao deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e **SÁGUAS MORAES - PT/SP** como membros suplentes os deputados **SÁGUAS MORAES - PT/MT** e **PEDRO UCZAI - PT/SC**, em substituição as deputadas **MOEMA GRAMACHO - PT/BA** e **ERIKA KOKAY - PT/DF**, na Medida Provisória nº 725, que altera a Lei nº. 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, e dá outras providências.

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**

Façam-se as substituições solicitadas.
Em 27/05/16



OF nº 240/GAB-LidPT

Brasília - DF, 25 de maio de 2016.

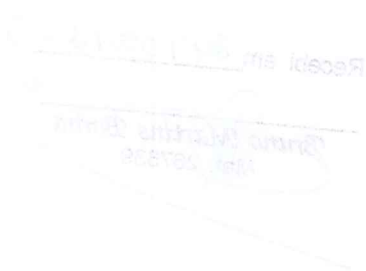
A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados **PEDRO UCZAI - PT/SC** e **BOHN GASS - PT/RS**, em substituição ao deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e **SÁGUAS MORAES - PT/SP** como membros suplentes os deputados **CARLOS ZARATTINI - PT/SP** e **SÁGUAS MORAES - PT/MT**, em substituição as deputadas **MOEMA GRAMACHO - PT/BA** e **ERIKA KOKAY - PT/DF**, na Medida Provisória nº 726, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada





SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – REDE

Faça-se a substituição solicitada
Em 27/05/16

BLSDEM - Memo. 035/2016

Brasília, 25 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Substituição de membro de Comissão Mista

Senhor Presidente,

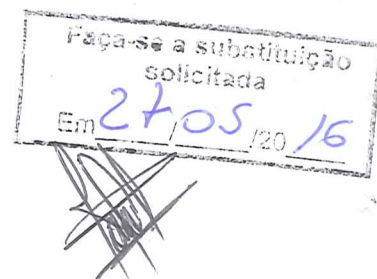
Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência a substituição do **Senador Cristovam Buarque**, membro titular, pelo **Senador Randolfe Rodrigues**, membro suplente, para compor a comissão mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 726, de 2016**. Para necessários esclarecimentos, informo que o **Senador Cristovam Buarque** ocupará a vaga de suplente, em substituição **Senador Randolfe Rodrigues**.

Respeitosamente,

Senadora Vanessa Grazziotin
Líder em exercício do Bloco Socialismo e Democracia



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS



Ofício nº 162-L-Democratas/16

Brasília, 24 de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 727**, de 12 de maio de 2016, que "Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e da outras providências", em minha substituição.

Respeitosamente,

Deputado **PAUDERNEY AVELINO**
Líder do Democratas

Recbto em 11/06/2016
Assinatura: Pauderney Avelino



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

À publicação
Em 28 / 05 / 2016

Ofício nº 164-L-Democratas/16

Brasília, 24 de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA** para ocupar o cargo de **relator** da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 727**, de 12 de maio de 2016, que "Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e da outras providências".

Respeitosamente,

Deputado **PAUDERNEY AVELINO**
Líder do Democratas

Assinatura do Senador



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



Fecim-se as substituições solicitadas.
Em 27.05.16

OF nº 241/GAB-LidPT

Brasília - DF, 25 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados **PEPE VARGAS - PT/RS** e **CARLOS ZARATTINI - PT/SP**, em substituição aos deputados **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e **SÁGUAS MORAES - PT/SP** como membros suplentes os deputados **PEDRO UCZAI - PT/SC** e **BOHN GASS - PT/RS**, em substituição as deputadas **MOEMA GRAMACHO - PT/BA** e **ERIKA KOKAY - PT/DF**, na Medida Provisória nº 727, que Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e da outras providências.

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada

Relatórios

- Ofício nº 2124/2016, na origem – Justiça Federal.

O respectivo relatório de gestão fiscal já está publicado no Diário Oficial da União.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

- Ofício nº 466/2016, na origem – Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região.

O respectivo relatório de gestão fiscal já está publicado no Diário Oficial da União.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTOS DE LICENÇA**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 9**

| Requerimento | Parlamentar | Fundamentação Legal | Período | Finalidade |
|-----------------|-----------------|---------------------|----------------------------|------------------------|
| RQM nº 217/2016 | Jorge Viana | RISF Art. 13 | 25/04/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 218/2016 | Marta Suplicy | RISF Art. 13 | 24/05/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 219/2016 | Sérgio Petecão | RISF Art. 13 | 25/05/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 220/2016 | Otto Alencar | RISF Art. 13 | 24/05/2016 e 25/05/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 221/2016 | Kátia Abreu | RISF Art. 13 | 24/05/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 222/2016 | Lídice da Mata | RISF Art. 13 | 25/05/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 223/2016 | Jader Barbalho | RISF Art. 13 | 24/05/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 224/2016 | Rose de Freitas | RISF Art. 13 | De 03/05/2016 a 05/05/2016 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 225/2016 | Rose de Freitas | RISF Art. 43, I | De 16/05/2016 a 30/05/2016 | Licença saúde. |

Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 0

| Requerimento | Parlamentar | Dispositivo | Período | Evento |
|--------------|-------------|-------------|---------|--------|
| | | | | |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

| | |
|------------------------|----|
| Dário Berger. | SC |
| Edison Lobão. | MA |
| Eduardo Braga. | AM |
| Eunício Oliveira. | CE |
| Garibaldi Alves Filho. | RN |
| Hélio José. | DF |
| Jader Barbalho. | PA |
| José Maranhão. | PB |
| João Alberto Souza. | MA |
| Kátia Abreu. | TO |
| Marta Suplicy. | SP |
| Raimundo Lira. | PB |
| Renan Calheiros. | AL |
| Roberto Requião. | PR |
| Romero Jucá. | RR |
| Rose de Freitas. | ES |
| Simone Tebet. | MS |
| Valdir Raupp. | RO |
| Waldemir Moka. | MS |

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

| | |
|-------------------------|-----------|
| Aécio Neves. | PSDB / MG |
| Aloysio Nunes Ferreira. | PSDB / SP |
| Alvaro Dias. | PV / PR |
| Antonio Anastasia. | PSDB / MG |
| Ataídes Oliveira. | PSDB / TO |
| Cássio Cunha Lima. | PSDB / PB |
| Dalirio Beber. | PSDB / SC |
| Davi Alcolumbre. | DEM / AP |
| Flexa Ribeiro. | PSDB / PA |
| José Agripino. | DEM / RN |
| José Aníbal. | PSDB / SP |
| Paulo Bauer. | PSDB / SC |
| Ricardo Ferraço. | PSDB / ES |
| Ricardo Franco. | DEM / SE |
| Ronaldo Caiado. | DEM / GO |
| Tasso Jereissati. | PSDB / CE |

Bloco de Apoio ao Governo - 13

PT-10 / PDT-3

| | |
|-------------------|----------|
| Acir Gurgacz. | PDT / RO |
| Angela Portela. | PT / RR |
| Fátima Bezerra. | PT / RN |
| Gleisi Hoffmann. | PT / PR |
| Humberto Costa. | PT / PE |
| Jorge Viana. | PT / AC |
| José Pimentel. | PT / CE |
| Lasier Martins. | PDT / RS |
| Lindbergh Farias. | PT / RJ |
| Paulo Paim. | PT / RS |
| Paulo Rocha. | PT / PA |
| Regina Sousa. | PT / PI |
| Telmário Mota. | PDT / RR |

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

| | |
|-------------------|----------|
| Armando Monteiro. | PTB / PE |
| Cidinho Santos. | PR / MT |

| | |
|----------------------|----------|
| Eduardo Amorim. | PSC / SE |
| Elmano Férrer. | PTB / PI |
| Fernando Collor. | PTC / AL |
| Magno Malta. | PR / ES |
| Marcelo Crivella. | PRB / RJ |
| Pedro Chaves. | PSC / MS |
| Vicentinho Alves. | PR / TO |
| Wellington Fagundes. | PR / MT |
| Zeze Perrella. | PTB / MG |

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

| | |
|---------------------------|------------|
| Antonio Carlos Valadares. | PSB / SE |
| Cristovam Buarque. | PPS / DF |
| Fernando Bezerra Coelho. | PSB / PE |
| João Capiberibe. | PSB / AP |
| Lidice da Mata. | PSB / BA |
| Lúcia Vânia. | PSB / GO |
| Randolfe Rodrigues. | REDE / AP |
| Roberto Rocha. | PSB / MA |
| Romário. | PSB / RJ |
| Vanessa Grazziotin. | PCdoB / AM |

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

| | |
|-------------------|----------|
| Ana Amélia. | PP / RS |
| Benedito de Lira. | PP / AL |
| Ciro Nogueira. | PP / PI |
| Gladson Cameli. | PP / AC |
| Ivo Cassol. | PP / RO |
| José Medeiros. | PSD / MT |
| Omar Aziz. | PSD / AM |
| Otto Alencar. | PSD / BA |
| Sérgio Petecão. | PSD / AC |
| Wilder Moraes. | PP / GO |

S/Partido - 2

| | |
|------------------|----|
| Reguffe. | DF |
| Walter Pinheiro. | BA |

| | |
|--|-----------|
| PMDB. | 19 |
| Bloco Parlamentar da Oposição. | 16 |
| Bloco de Apoio ao Governo. | 13 |
| Bloco Moderador. | 11 |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. | 10 |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista. | 10 |
| S/Partido. | 2 |
| TOTAL | 81 |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

| | | |
|--|----------------------------------|--------------------------------------|
| Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO) | Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN) | Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA) |
| Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG) | Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC) | Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS) |
| Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP) | Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR) | Raimundo Lira* (PMDB-PB) |
| Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR) | Hélio José* (PMDB-DF) | Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP) |
| Ana Amélia* (Bloco-PP-RS) | Humberto Costa* (Bloco-PT-PE) | Regina Sousa* (Bloco-PT-PI) |
| Angela Portela* (Bloco-PT-RR) | Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO) | Reguffe** (S/Partido-DF) |
| Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG) | Jader Barbalho* (PMDB-PA) | Renan Calheiros* (PMDB-AL) |
| Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE) | João Alberto Souza* (PMDB-MA) | Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES) |
| Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE) | João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP) | Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE) |
| Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO) | Jorge Viana* (Bloco-PT-AC) | Roberto Requião* (PMDB-PR) |
| Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL) | José Agripino* (Bloco-DEM-RN) | Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA) |
| Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB) | José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP) | Romário** (Bloco-PSB-RJ) |
| Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT) | José Maranhão** (PMDB-PB) | Romero Jucá* (PMDB-RR) |
| Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI) | José Medeiros* (Bloco-PSD-MT) | Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO) |
| Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF) | José Pimentel* (Bloco-PT-CE) | Rose de Freitas** (PMDB-ES) |
| Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC) | Kátia Abreu** (PMDB-TO) | Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC) |
| Dário Berger** (PMDB-SC) | Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS) | Simone Tebet** (PMDB-MS) |
| Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP) | Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA) | Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE) |
| Edison Lobão* (PMDB-MA) | Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ) | Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR) |
| Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE) | Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO) | Valdir Raupp* (PMDB-RO) |
| Eduardo Braga* (PMDB-AM) | Magno Malta* (Bloco-PR-ES) | Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM) |
| Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI) | Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ) | Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO) |
| Eunício Oliveira* (PMDB-CE) | Marta Suplicy* (PMDB-SP) | Waldemir Moka* (PMDB-MS) |
| Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN) | Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM) | Walter Pinheiro* (S/Partido-BA) |
| Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE) | Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA) | Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT) |
| Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL) | Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC) | Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO) |
| Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA) | Paulo Paim* (Bloco-PT-RS) | Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG) |

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

| | | |
|--|--|--|
| <p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (31,49,65,70)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (29,66,69) Telmário Mota (4,35,39,50,68) Gleisi Hoffmann (67,71,75) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 10 Paulo Rocha (31,49,65,70)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,66,69) Gleisi Hoffmann (67,71,75) Fátima Bezerra (36,72)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,35,39,50,68)</p> | <p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,60)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (86) Davi Alcolumbre (87) Ataídes Oliveira (88)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (16,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (38)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,60)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (21,76)</p> | <p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (15,25)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (61,80) Vanessa Grazziotin (19,23)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (61,80)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (63) Roberto Rocha (43,64)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (19,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (27,28)</p> |
| <p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (12,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (10,17,42,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (10,17,42,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (12,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (11)</p> | <p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,9,77,83)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (47,54,81) Elmano Férrer (78,82) Eduardo Amorim (79)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,82)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (47,54,81)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (53)</p> <p>Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,9,77,83)</p> | <p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (85) Rose de Freitas (89,91)</p> |
| <p>Governo</p> | | |

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).

7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
17. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
60. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
61. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).

67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
81. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
88. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
89. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. O senador Rose de Freitas está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 16/05/2016 a 30/05/2016.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 1. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 1. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾ | |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) | 1. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾ | |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) |

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------|------------------|
|------------------|------------------|

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final prorrogado: 10/06/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) | |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) | |

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

***. Em 10.05.2016, foi lido o Requerimento nº 332, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 30 dias.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾ | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 2. Senador Paulo Paim (PT-RS) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(2,17) | 4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾ | 5. VAGO ^(5,13,16) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾ | 1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽²⁵⁾ | 3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 4. VAGO ^(7,19) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾ | 5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾ | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽²³⁾ |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾ |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 3. VAGO ^(14,21) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾ | 2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁸⁾ | |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(20,22) | 1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(24,26) | 2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾ |

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**.. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
21. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
22. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
23. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
24. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 17.05.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. 24/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁶⁾

Instalação: 26/04/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾ | 1. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) | 2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁴⁾ | 4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 5. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) | |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) | 3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾ | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | 4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ^(1,3) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| Senador Romário (PSB-RJ) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾ | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) |
| Senador Zeze Perrella (PTB-MG) | 2. Senador Magno Malta (PR-ES) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾ | |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) | 2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) | 3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) |

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

** . Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾ | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7) |
| VAGO ^(6,10) | |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) ^(11,12) | 1. |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾ | |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 1. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 1. VAGO ⁽⁵⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾ | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 1. |

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
11. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
12. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Ofício nº 73/2016-GLPMDDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾ | |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾ |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾ | |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 1. |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10) | 2. |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾ | |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾ | |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹²⁾ | |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,14) | 1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) |

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 12/06/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | |
| Maioria (PMDB) | |
| VAGO ⁽²⁾ | 1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾ |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾ | |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾ | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾ | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾ | 1. VAGO ^(6,10) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾ |

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

*****. Em 27.04.2016, foi lido o Requerimento nº 314, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾ | 2. |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾ | |
| | |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 1. |
| VAGO ⁽⁶⁾ | 2. |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾ | |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾ |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾ | 2. |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾ | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾ | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8) |

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾ | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13) |
| Senador Zeze Perrella (PTB-MG) | 2. VAGO ^(9,11) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾ | |
| VAGO ^(1,15) | |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾ | 1. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁶⁾ | 2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾ |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) | |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾ | |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾ |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Romário (PSB-RJ) | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾ | |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) | 1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) |

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | |
| Maioria (PMDB) | |
| | 1. |
| | |
| | |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾ | |
| | 1. |
| | |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾ | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| | 1. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| | 1. |

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾ | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) | 1. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| VAGO ^(25,36) | 2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27) |
| Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾ | 5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾ |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | 6. Senador Jorge Viana (PT-AC) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) | 7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) | 8. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽⁴⁰⁾ | 1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 3. Senador José Maranhão (PMDB-PB) |
| Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44) | 4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾ |
| Senador Roberto Requião (PMDB-PR) | 6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) | 7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾ |
| Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37) | 8. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21) | |
| Senador José Agripino (DEM-RN) | 1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43) |
| VAGO ^(17,28,34) | 2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾ |
| Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾ | 4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) | 5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾ | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾ | |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35) | 1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾ |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI) |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42) |

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).
 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
 29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
 30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
 32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
 36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Roberto Requião (PMDB-PR) | 1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾ | |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) | 1. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) | |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 1. |

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾ | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾ | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) | 6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾ | 2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 3. Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) ^(25,26) |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) | 4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10) |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾ | 5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾ |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾ |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾ | |
| VAGO ^(14,15,23) | 1. VAGO ⁽¹⁷⁾ |
| VAGO | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8) |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾ | 3. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾ | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18) | 2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22) | |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3) |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) | 2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾ |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾ | 3. |

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMD).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾ | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) | 2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 4. Senadora Angela Portela (PT-RR) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 6. Senador Paulo Paim (PT-RS) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) | 7. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29) | 8. Senadora Ana Amélia (PP-RS) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) | 1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) | 2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾ |
| Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ^(32,36) | 3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾ |
| Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(42,44) | 4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 5. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾ | 6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15) | 7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(31,37) |
| Senador José Maranhão (PMDB-PB) | 8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30) | |
| Senador José Agripino (DEM-RN) | 1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 2. Senador Alvaro Dias (PV-PR) |
| Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16) | 3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32) | 4. VAGO ^(26,27,39) |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁴⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾ | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(20,21,38,40) |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(18,19,41,43) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾ |

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾ | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 1. VAGO ⁽⁸⁾ |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) |
| VAGO ⁽²¹⁾ | 3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾ |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 5. Senador Telmário Mota (PDT-RR) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾ | 7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾ | 8. Senadora Ana Amélia (PP-RS) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) ^(18,24) | 2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) | 4. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾ |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾ | 6. |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾ | 7. |
| | 8. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾ | |
| VAGO ^(14,15,20) | 1. VAGO ⁽¹³⁾ |
| Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13) | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) |
| Senador Alvaro Dias (PV-PR) | 3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10) | 5. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) |
| Senador Romário (PSB-RJ) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23) | 1. |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 2. |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25) | 3. |

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾ | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| VAGO ⁽²⁰⁾ | 2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾ | 3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 4. VAGO ^(5,14) |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) | 5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾ |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾ | 2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽²²⁾ |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 3. VAGO ⁽¹⁰⁾ |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾ | 4. VAGO ^(6,18) |
| Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) ⁽²⁴⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12) | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. Senador Alvaro Dias (PV-PR) |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) | 2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾ | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23) |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25) | 2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾ |

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | 1. |
| Senador Reguffe (S/Partido-DF) | 2. |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. |
| Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) | 2. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾ | |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 1. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. |

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) | 1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) | 3. |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 2. |
| VAGO ⁽¹⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾ | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. |

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7) | |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) | |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) |

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) | 1. Senador Benedito de Lira (PP-AL) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾ | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. VAGO |

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

*** Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

**** Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾ | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14) |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾ | 3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾ |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾ |
| VAGO ⁽²³⁾ | 5. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾ | 6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾ |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) | 1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12) | 3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾ |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾ | 4. |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾ | |
| VAGO ^(17,18,22) | 1. VAGO ⁽¹⁶⁾ |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾ | 2. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾ | 3. |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. Senador Romário (PSB-RJ) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 2. Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾ | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾ |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) | 2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾ |

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾ | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾ | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾ | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) | 1. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) | 3. VAGO ⁽¹⁶⁾ |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 5. VAGO ⁽⁹⁾ |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) | 6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾ |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) | 1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| Senador Roberto Requião (PMDB-PR) | 2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11) | 3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾ |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾ | 4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾ |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 5. Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾ | |
| Senador José Agripino (DEM-RN) | 1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾ | 3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20) |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7) | 4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) | 1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | 2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) |

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾ | |
| VAGO ⁽²²⁾ | 1. Senador Jorge Viana (PT-AC) |
| Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) | 2. Senadora Angela Portela (PT-RR) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | 5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13) |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19) | 6. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) | 1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA) |
| Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27) | 2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8) | 4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾ |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾ | 5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29) |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9) |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾ | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. VAGO ⁽¹⁸⁾ |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾ | 2. Senador José Agripino (DEM-RN) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16) | 4. |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 2. |
| | 3. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾ | |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26) | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30) |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14) |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14) | 3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾ |

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) | 1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾ | |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾ | |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁸⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) | 3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) |
| VAGO ^(18,28) | 4. VAGO ^(1,10) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) | 5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) | 1. VAGO ⁽²⁴⁾ |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12) | 2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) | 3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾ | 4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽²⁹⁾ |
| | 5. Senador Dário Berger (PMDB-SC) |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾ | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,30) |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16) | 2. VAGO |
| VAGO ^(6,13,17,26,30) | 3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾ |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾ | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾ |
| Senador Elmano Férrer (PTB-PI) | 2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27) |

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾ | |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| VAGO ⁽¹²⁾ | 2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) |
| Senador Zeze Perrella (PTB-MG) | 3. |
| VAGO ⁽⁹⁾ | 4. |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) | 5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 1. Senador José Maranhão (PMDB-PB) |
| Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) | 2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senador Dário Berger (PMDB-SC) | 3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6) |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾ | 5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾ | |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) | 1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) |
| VAGO ^(3,7) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| | 3. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) | 1. |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾ | 2. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾ | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 1. VAGO ⁽¹¹⁾ |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15) | 2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI) |

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾ | |
| VAGO | 1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 2. Senador Jorge Viana (PT-AC) |
| Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) | 3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾ |
| Senadora Angela Portela (PT-RR) | 4. Senador Telmário Mota (PDT-RR) |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) | 5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) | 1. VAGO ⁽¹⁹⁾ |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾ | 4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾ | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. Senador José Agripino (DEM-RN) |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) | 2. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 3. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾ | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾ | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 1. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12) | 2. |

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾ | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. VAGO ^(13,19) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 3. Senador Ivo Cassol (PP-RO) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) | 4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10) | 1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA) |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾ | |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) | 1. VAGO ^(14,15,18) |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9) | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21) |

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) | 1. VAGO ⁽⁸⁾ |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) | 2. |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 3. |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) | 4. |
| | 5. |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) | 1. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) | 2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) | 3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) | 4. |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽⁹⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾ | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) | 1. |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) | 2. |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) | 2. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾ | |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) | 1. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾ | 2. |

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

| SENADORES | CARGO |
|------------------|-----------------------|
| | COORDENADOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) | |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 1. Senadora Angela Portela (PT-RR) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) | 3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾ | 4. |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) | 1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) |
| Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁶⁾ | 2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 3. |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10) | 1. VAGO ^(4,5,15) |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾ | 2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾ |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾ | 3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | 1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾ |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) | |
| Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12) | 1. |
| Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14) | 2. |
| Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93) | |
| (/) | |

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.º0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

15. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

| MEMBROS |
|----------------------------------|
| PMDB |
| Senadora Simone Tebet (MS) |
| PT |
| Senadora Fátima Bezerra (RN) |
| PSDB |
| Senador Antonio Anastasia (MG) |
| PSB |
| Senadora Lúcia Vânia (GO) |
| PDT |
| Senador Lasier Martins (RS) |
| PR |
| Senador Wellington Fagundes (MT) |
| PSD |
| Senador Hélio José (PMDB-DF) |
| DEM |
| Senador José Agripino (RN) |
| PP |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| PTB |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) |
| PPS |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| PCdoB |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| REDE |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |
| PSC |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| PRB |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(1,2,3,4)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(2,4)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 23/05/2016**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

3. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

| MEMBROS |
|---|
| PMDB |
| VAGO |
| PT |
| VAGO |
| PSDB |
| |
| PTB |
| VAGO |
| PP |
| VAGO |
| PDT |
| |
| PSB |
| VAGO |
| DEM |
| VAGO |
| PR |
| VAGO |
| PSD |
| VAGO |
| PCdoB |
| VAGO |
| PV |
| VAGO |
| PRB |
| VAGO |
| PSC |
| VAGO |
| PSOL |
| VAGO |
| Representante da sociedade civil organizada |
| VAGO |
| Pesquisador com produção científica relevante |
| VAGO |
| Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente |
| VAGO |

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

| MEMBROS |
|---|
| PMDB |
| Senador Garibaldi Alves Filho (RN) |
| PT |
| Senador Lindbergh Farias (RJ) |
| PSDB |
| Senador Cássio Cunha Lima (PB) |
| PSB |
| Senadora Lídice da Mata (BA) |
| PDT |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| PR |
| Senador Magno Malta (ES) |
| PSD |
| Senador Otto Alencar (BA) |
| DEM |
| Senador José Agripino (RN) |
| PP |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| PTB |
| Senador Elmano Férrer (PI) |
| PPS |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| PCdoB |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| PSC |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| PRB |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| PSOL |
| Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾ |

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

| MEMBROS |
|------------------------------------|
| PMDB |
| Senadora Simone Tebet (MS) |
| PT |
| Senador Paulo Paim (RS) |
| PSDB |
| Senador Cássio Cunha Lima (PB) |
| PSB |
| Senadora Lídice da Mata (BA) |
| PDT |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| PR |
| Senador Vicentinho Alves (TO) |
| PSD |
| Senador Otto Alencar (BA) |
| DEM |
| VAGO ⁽²⁾ |
| PP |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| PTB |
| Senador Elmano Férrer (PI) |
| PPS |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| PCdoB |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| PSC |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| PRB |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| REDE |
| Senador Randolfê Rodrigues (AP) |

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|---|------------------------|
| Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾ | PMDB |
| Senadora Simone Tebet (PMDB/MS) | PMDB |
| Senador Jorge Viana (PT/AC) | PT |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) | PSDB |
| Senador Otto Alencar (PSD/BA) | PSD |

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

| SENADOR | CARGO |
|---|--------------|
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾ | PROCURADORA |

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

| SENADOR | CARGO |
|-------------------------------|----------------|
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) | OUVIDORA-GERAL |

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

| MEMBROS |
|--------------------------------------|
| PMDB |
| Senadora Simone Tebet (MS) |
| PT |
| Senadora Fátima Bezerra (RN) |
| PSDB |
| Senador Antonio Anastasia (MG) |
| PSB |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PE) |
| PDT |
| Senador Reguffe (S/Partido-DF) |
| PR |
| Senador Wellington Fagundes (MT) |
| PSD |
| Senador Sérgio Petecão (AC) |
| DEM |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) |
| PP |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| PTB |
| Senador Douglas Cintra (PE) |
| PPS |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| PCdoB |
| Senadora Vanessa Grazziotin (AM) |
| PSC |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| PRB |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| REDE |
| Senador Randolfe Rodrigues (AP) |

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

| MEMBROS |
|--|
| DEM |
| Senador José Agripino (RN) |
| PCdoB |
| Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾ |
| PDT |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| PMDB |
| Senador Jader Barbalho (PA) |
| PP |
| Senadora Ana Amélia (RS) |
| PPS |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) |
| PR |
| Senador Blairo Maggi (MT) |
| PRB |
| Senador Marcelo Crivella (RJ) |
| PSB |
| Senador Roberto Rocha (MA) |
| PSC |
| Senador Eduardo Amorim (SE) |
| PSD |
| Senador Omar Aziz (AM) |
| PSDB |
| Senador Tasso Jereissati (CE) |
| PT |
| Senador Jorge Viana (AC) |
| PTB |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) |
| REDE |
| Senador Randolfê Rodrigues (AP) |

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 03/05/2016

Instalação: 05/05/2016

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| PMDB | |
| Waldemir Moka - MS | 1. Marta Suplicy - SP |
| VAGO ⁽⁹⁾ | 2. VAGO |
| Eunício Oliveira - CE | 3. VAGO |
| Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) | |
| Paulo Paim - PT/RS ^(8,15) | 1. Regina Sousa - PT/PI |
| Telmário Mota - PDT/RR | 2. Fátima Bezerra - PT/RN |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) | |
| Flexa Ribeiro - PSDB/PA ⁽⁴⁾ | 1. Dalirio Beber - PSDB/SC ⁽¹¹⁾ |
| VAGO ⁽⁷⁾ | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) | |
| Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE | 1. Cristovam Buarque - PPS/DF |
| Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB) | |
| Wellington Fagundes - PR/MT | 1. Zeze Perrella - PTB/MG |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Otto Alencar - PSD/BA ⁽¹²⁾ | 1. Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽¹²⁾ |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|-----------------------------------|--|
| PR, PSD, PROS | |
| Milton Monti - PR/SP | 1. Lúcio Vale - PR/PA |
| Vicentinho Júnior - PR/TO | 2. Luiz Cláudio - PR/RO |
| Ronaldo Fonseca - PROS/DF | 3. George Hilton - PROS/MG |
| Júlio Cesar - PSD/PI | 4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS |
| Irajá Abreu - PSD/TO | 5. VAGO |
| PP, PTB, PSC | |
| Simão Sessim - PP/RJ (6) | 1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6) |
| Arthur Lira - PP/AL (6) | 2. Covatti Filho - PP/RS (6) |
| Nelson Meurer - PP/PR (6) | 3. VAGO |
| Sérgio Moraes - PTB/RS (6) | 4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6) |
| Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (18) | 5. VAGO |
| PMDB, PEN | |
| José Priante - PMDB/PA | 1. Celso Maldaner - PMDB/SC |
| Junior Marreca - PEN/MA | 2. Daniel Vilela - PMDB/GO |
| Saraiva Felipe - PMDB/MG | 3. Dulce Miranda - PMDB/TO |
| Sergio Souza - PMDB/PR | 4. Marx Beltrão - PMDB/AL |
| PT | |
| Assis Carvalho - PI (3) | 1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3) |
| Beto Faro - PA (3) | 2. Caetano - BA (3) |
| Reginaldo Lopes - MG (3) | 3. Paulão - AL (3) |
| Waldenor Pereira - BA (3) | 4. Valmir Assunção - BA (3) |
| PSDB | |
| Duarte Nogueira - SP (10) | 1. João Gualberto - BA (16) |
| Geraldo Resende - MS | 2. Nelson Marchezan Junior - RS (16) |
| Rodrigo de Castro - MG | 3. Nilson Leitão - MT |
| PRB, PTN, PTdoB, PSL | |
| Cleber Verde - PRB/MA | 1. Ronaldo Martins - PRB/CE |
| Ademir Camilo - PTN/MG (17) | 2. Jozi Araújo - PTN/AP (17) |
| PSB | |
| Bebeto - BA | 1. Tereza Cristina - MS |
| Luciano Ducci - PR | 2. Rodrigo Martins - PI (5) |
| DEM | |
| Claudio Cajado - BA | 1. Juscelino Filho - MA |
| Paulo Azi - BA | 2. Marcos Rogério - RO (14) |
| PDT | |
| Dagoberto - MS (2) | 1. André Figueiredo - CE (2,13) |
| SD | |
| Benjamin Maranhão - PB | 1. Wladimir Costa - PA |
| PCdoB | |
| Davidson Magalhães - BA | 1. Rubens Pereira Júnior - MA |
| PPS (1) | |

| TITULARES | SUPLENTE |
|-----------------|----------------------|
| Leandre - PV/PR | 1. Alex Manente - SP |

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goés, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
3. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
4. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
6. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
7. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
9. Vago em virtude do afastamento do Senador Romero Jucá, que assumiu cargo no Executivo, em 13.05.16.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
11. Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
12. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
15. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Markezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|---------|
|-----------------|---------|

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|---------|
|-----------------|---------|

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM**Senado Federal**

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|---------|
|-----------------|---------|

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI****Senado Federal**

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|---------|
|-----------------|---------|

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

| ÁREA TEMÁTICA | RELATOR SETORIAL |
|---------------|------------------|
|---------------|------------------|

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------------|
| Maioria (PMDB) | |
| Hélio José - PMDB/DF (4,16,21) | 1. VAGO |
| Dário Berger - PMDB/SC (21) | 2. VAGO |
| Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21) | 3. VAGO |
| Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) | |
| Jorge Viana - PT/AC (2) | 1. VAGO |
| Donizeti Nogueira (2) | 2. VAGO |
| Cristovam Buarque - PPS/DF (2) | 3. Ivo Cassol - PP/RO (2) |
| Gladson Cameli - PP/AC (2) | 4. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) | |
| Flexa Ribeiro - PSDB/PA | 1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP |
| Maria do Carmo Alves (5) | 2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5) |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) | |
| Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE | 1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM |
| Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB) | |
| Zeze Perrella - PTB/MG (22) | 1. Pedro Chaves - PSC/MS (22,23,24) |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|---------------------------------|--|
| PMDB, PEN | |
| Eros Biondini - PROS/MG | 1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO |
| Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15) | 2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS |
| Roberto Balestra - PP/GO | 3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6) |
| Sergio Souza - PMDB/PR | 4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18) |
| Jony Marcos - PRB/SE (8) | 5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13) |
| PT, PSD, PR, PROS, PCdoB | |
| Angelim - PT/AC | 1. Alessandro Molon - REDE/RJ |
| Leônidas Cristino - PDT/CE | 2. Átila Lins - PSD/AM (3) |
| Jaime Martins - PSD/MG (3) | 3. Ivan Valente - PSOL/SP (11) |
| Leonardo Monteiro - PT/MG (10) | 4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17) |
| PSDB, PSB | |
| Ricardo Tripoli - PSDB/SP | 1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP |
| Sarney Filho | 2. Janete Capiberibe - PSB/AP |
| PDT (1) | |
| Giovani Cherini - RS | 1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7) |

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.

20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
23. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
24. Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

Proxima Reunião: 31/05/2016 às 15:00

| CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|---|
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL) |
| Líder da Maioria Deputado Andre Moura (PSC/SE) ⁽⁶⁾ |
| Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE) |
| Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾ |
| Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾ |
| Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾ |

| SENADO FEDERAL |
|---|
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) |
| Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) |
| Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador José Agripino (DEM/RN) |
| Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾ |
| Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾ |
| Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾ |

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Maioria (PMDB) | |
| Simone Tebet - PMDB/MS | 1. VAGO |
| Rose de Freitas - PMDB/ES | 2. VAGO |
| VAGO ⁽²⁴⁾ | 3. VAGO |
| Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT) | |
| Angela Portela - PT/RR | 1. Fátima Bezerra - PT/RN |
| Marta Suplicy - PMDB/SP | 2. Regina Sousa - PT/PI |
| Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) | |
| Lúcia Vânia - PSB/GO | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE) | |
| Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM | 1. Lídice da Mata - PSB/BA |
| Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB) | |
| Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾ | 1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾ |
| PP | |
| Ana Amélia - RS | 1. VAGO |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------------------|
| PMDB, PEN | |
| Conceição Sampaio - PP/AM | 1. VAGO (25) |
| Dulce Miranda - PMDB/TO | 2. Josi Nunes - PMDB/TO |
| Elcione Barbalho - PMDB/PA | 3. Raquel Muniz - PSD/MG |
| Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21) | 4. Rosângela Gomes - PRB/RJ |
| Jozi Araújo - PTN/AP | 5. Simone Morgado - PMDB/PA |
| Júlia Marinho - PSC/PA | 6. Soraya Santos - PMDB/RJ |
| Darcísio Perondi - PMDB/RS (22) | 7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7) |
| Tia Eron - PRB/BA (11) | 8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16) |
| Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2) | 9. VAGO |
| Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3) | 10. VAGO |
| Christiane de Souza Yared - PR/PR (7) | 11. VAGO |
| Iracema Portella - PP/PI (8) | 12. VAGO |
| PT, PSD, PR, PROS, PCdoB | |
| Clarissa Garotinho - PR/RJ | 1. José Rocha - PR/BA |
| VAGO (12) | 2. VAGO (12) |
| VAGO (4,23) | 3. Benedita da Silva - PT/CE (15) |
| Luizianne Lins - PT/CE (4) | 4. Margarida Salomão - PT/MG (15) |
| Moema Gramacho - PT/BA (4) | 5. Maria do Rosário - PT/RS (15) |
| Rogério Rosso - PSD/DF (5) | 6. Beto Salame - PP/PA |
| Alice Portugal - PCdoB/BA (6) | 7. VAGO |
| Givaldo Carimbão - PHS/AL | 8. VAGO |
| PSDB, PSB | |
| Bruna Furlan - PSDB/SP | 1. Eliziane Gama - PPS/MA (18) |
| Carmen Zanotto - PPS/SC | 2. VAGO |
| Janete Capiberibe - PSB/AP | 3. VAGO |
| Keiko Ota - PSB/SP | 4. VAGO |
| VAGO (13) | 5. VAGO |
| Mariana Carvalho - PSDB/RO (10) | 6. VAGO |
| PDT | |
| Flávia Moraes - GO (9) | 1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20) |
| PSOL (1) | |
| Jean Wyllys - RJ | 1. VAGO |

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

| CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|----------------------------------|
| Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ) |
| Deputado Sergio Souza (PMDB/PR) |
| Deputado Sergio Zveiter |
| Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ) |
| Deputado Sandro Alex (PSD/PR) |
| Deputado Bruno Araújo |
| VAGO |

| SENADO FEDERAL |
|--|
| Senador Romero Jucá (PMDB/RR) |
| Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) |
| Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) |
| Senador Jorge Viana (PT/AC) |
| Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA) |
| Senador Blairo Maggi |
| VAGO |

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PR-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

| TITULARES | SUPLENTEs |
|--|------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo | |
| Humberto Costa - PT/PE | 1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2) |
| Fátima Bezerra - PT/RN | 2. Angela Portela - PT/RR |
| Lindbergh Farias - PT/RJ (2) | 3. Gladson Cameli - PP/AC |
| Maioria (PMDB) | |
| VAGO (8) | 1. Waldemir Moka - PMDB/MS |
| Roberto Requião - PMDB/PR | 2. Dário Berger - PMDB/SC |
| Valdir Raupp - PMDB/RO | 3. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Oposição | |
| Paulo Bauer - PSDB/SC | 1. VAGO |
| Davi Alcolumbre - DEM/AP (7) | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia | |
| Antonio Carlos Valadares - PSB/SE | 1. Lídice da Mata - PSB/BA |
| Bloco Moderador | |
| Cidinho Santos - PR/MT (21) | 1. Eduardo Amorim - PSC/SE |

CÂMARA DOS DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTE |
|---------------------------------|---|
| PMDB, PEN | |
| Arthur Oliveira Maia - PPS/BA | 1. Afonso Hamm - PP/RS |
| Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO | 2. Carlos Andrade - PHS/RR |
| Celso Russomanno - PRB/SP | 3. Carlos Gomes - PRB/RS |
| Dilceu Sperafico - PP/PR | 4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19) |
| Edio Lopes - PR/RR | 5. Maia Filho - PP/PI (14) |
| José Fogaça - PMDB/RS | 6. Fernando Monteiro - PP/PE |
| Paes Landim - PTB/PI (15) | 7. Osmar Serraglio - PMDB/PR |
| Marcelo Aro - PHS/MG | 8. Benito Gama - PTB/BA (15,16) |
| Renato Molling - PP/RS | 9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4) |
| Takayama - PSC/PR | 10. Wilson Filho - PTB/PB (10) |
| Mandetta - DEM/MS (5) | 11. VAGO |
| PSD | |
| Arlindo Chinaglia - PT/SP | 1. Givaldo Vieira - PT/ES |
| Benedita da Silva | 2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13) |
| Danlei de Deus Hinterholz - RS | 3. Hugo Leal - PSB/RJ |
| Domingos Neto - CE | 4. Jorginho Mello - PR/SC |
| Ságuas Moraes - PT/MT (11) | 5. VAGO |
| Rômulo Gouveia - PB (6) | 6. Jaime Martins - MG (6) |
| Luiz Cláudio - PR/RO | 7. VAGO (11) |
| Remídio Monai - PR/RR (22) | 8. Zeca do Pt - PT/MS (9) |
| PSDB, PSB | |
| Eduardo Barbosa - PSDB/MG | 1. Sandro Alex - PSD/PR (18) |
| Geovania de Sá - PSDB/SC | 2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12) |
| Roberto Freire - PPS/SP | 3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1) |
| Rocha - PSDB/AC | 4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17) |
| Jose Stédile - PSB/RS (1) | 5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20) |
| Heráclito Fortes - PSB/PI (1) | 6. VAGO |
| PDT | |
| Damião Feliciano - PB | 1. Weverton Rocha - MA |
| PSOL | |
| Jean Wyllys - RJ | 1. VAGO |

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|--|
| Presidente Deputado Eduardo Cunha |
| 1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA) |
| 2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR) |
| 1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP) |
| 2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) |
| 3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP) |
| 4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR) |
| Líder da Maioria VAGO |
| Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo |
| Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL) |
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) |

| MESA DO SENADO FEDERAL |
|--|
| Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) |
| 1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC) |
| 2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR) |
| 1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO) |
| 2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG) |
| 3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC) |
| 4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR) |
| Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO |
| Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR) |
| Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB) |
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) |

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | Walter Vieira Ceneviva | Paulo Machado de Carvalho Neto |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | José Francisco de Araújo Lima | Márcio Novaes |
| Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III) | Marcelo Antônio Rech | Maria Célia Furtado ^(2,4) |
| Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV) | Roberto Dias Lima Franco | Liliana Nakonechnyj |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | Celso Augusto Schröder | Maria José Braga |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | José Catarino do Nascimento | Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | Sydney Sanches | Jorge Coutinho |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | Pedro Pablo Lazzarini | Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Ronaldo Lemos | Patrícia Blanco |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Miguel Ângelo Cançado | Ismar de Oliveira Soares |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira | Murillo de Aragão ⁽⁵⁾ |

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------|--------------|
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | VAGO ⁽³⁾ | Aldo Rebelo |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Fernando César Mesquita | Davi Emerich |

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

